

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAGED
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

FÁTIMA DE SOUZA MOREIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER EM BELÉM: UM ESTUDO SOBRE A GESTÃO
COLETIVA IMPLEMENTADA PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL NO
PERÍODO DE 2001 A 2004.**

SALVADOR

2008

FÁTIMA DE SOUZA MOREIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER EM BELÉM:
UM ESTUDO SOBRE A GESTÃO COLETIVA IMPLEMENTADA PELO PODER
PÚBLICO MUNICIPAL, NO PERÍODO DE 2001 A 2004.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação, Cultura Corporal e Lazer.

Orientadora: Professora Doutora Maria Cecília de Paula Silva.

SALVADOR

2008

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER EM BELÉM:
UM ESTUDO SOBRE A GESTÃO COLETIVA IMPLEMENTADA PELO PODER
PÚBLICO MUNICIPAL, NO PERÍODO DE 2001 A 2004.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação, defendida e aprovada com distinção, no dia 01 de abril de 2008, pela banca de avaliadores constituída pelos professores doutores:

Profª Drª Maria Cecília de Paula - Orientadora
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino
Universidade Metodista de Piracicaba-UNIMEP

Prof. Dr. Antonio Câmara
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Profª Dr. Miguel Bordas
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof. Dr. Augusto César Leiro
Universidade Estadual da Bahia - UNEB

À oportuna experiência do Governo do Povo/ CABANO em Belém, pelo exemplo de governo que buscou fortalecer o poder popular, que em minha formação política, foi uma das mais ricas experiências, na luta pela construção da emancipação de homens e de mulheres da classe trabalhadora.

A meus pais: **Murilo de Almeida Moreira** (*in memoriam*) e **Ely Souza Moreira** que são totalmente responsáveis pela minha formação na convicção e na defesa de valores éticos, solidários e humanizantes.

AGRADECIMENTOS

A meus pais

A meu sobrinho Frederico D. Lacerda Moreira, que sempre foi um grande apoio e companheiro durante as minhas idas a campo, e durante a escritura de minha dissertação.

Aos meus irmãos: Nazareth Moreira, Sérgio, Elizabeth Moreira. As minhas “roqueiras” sobrinhas Ellem e Karla, pelos momentos de descontração e de carinho. Ao meu cunhado Carlos pela acolhida em Curitiba.

As “manas” amigas pesquisadoras: Roseli Sousa e Sandra Cruz que contribuíram com reflexões e trocas de idéias durante a construção de minha dissertação.

A grande amiga Livia Araújo, que com sua imensa humanidade, acolhida e carinho foi um alimento precioso nesse longo caminho. Ao amigo mano Paulo Lima pela força neste período. As grandes amigas e cúmplice em Sampa: Sandra Alencar, Lucília, Jurandir, pelo carinho, cumplicidade, momentos de alegrias e troca de idéias nessa trajetória. A amiga Ceres, pela disponibilidade e força nesta fase da minha vida. Ao grande amigo Fernando Carneiro, que embora distante, sempre revelava sua torcida banhada de poesia e leveza, acolhendo com carinho essa etapa em minha vida.

Ao grande amigo e professor Marcellino, meu carinho, admiração e agradecimento, pela disponibilidade e significativas contribuições.

A todos os amigos e amigas, que acompanharam essa construção, desejando força e sucesso, turma de Belém, turma da LEPEL e HCEL, amigos do Programa PPGE, a grande amiga Eloísa Campos. As amigas que me acolheram em suas casas em Salvador: Adriana D’agostin, Telma e Silvana Rosso. A amiga pernambucana Ivone Melo, que também era “estrangeira” em terras soteropolitanas, pela acolhida, pela amizade e trocas de idéias.

A minha orientadora, Prof^a Dra M^a Cecília de Paula, pela confiança no meu trabalho e apoio na construção dessa pesquisa.

À SEMEC e SEDUC pelo apoio e fomento à minha formação acadêmica.

À comunidade do Centro Comunitário COMBAT, meu especial agradecimento, pela disponibilidade e valiosa contribuição.

Aos professores da UFBA: Celi Taffarel, Antonio Câmara, Jorge Almeida, pela riquíssima contribuição política e acadêmica durante o curso de Pós Graduação/ UFBA em Salvador.

Fátima Macapá Moreira

“[...] Não haverá ‘liberdade’ verdadeira enquanto os privilégios que a lei concede aos homens impedirem a liberdade da mulher, enquanto o operário não se emancipar do jugo do capital, enquanto o camponês trabalhador não se libertar do jugo do capitalista [...]” Lênin (1987, p.69)

“O ponto de vista da vida, da prática, deve ser o ponto de vista primeiro e fundamental da teoria do conhecimento.”

Lênin (1987, p.71)

MOREIRA, Fátima de Souza. **Políticas públicas de lazer em Belém**: um estudo sobre a gestão coletiva implementada pelo poder público municipal no período de 2001 a 2004. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.

RESUMO

Este estudo de caso resulta de inquietações **sobre as concepções de lazer apresentadas** nas políticas públicas desenvolvidas no país e seus **modelos de gestão**. Apresentou o objetivo de analisar, a partir das ações de lazer da Secretaria Municipal de Educação - SEMEC / Coordenadoria de Esporte e Lazer- CEAL de Belém (PA), os métodos e estratégias de gestão pública implementadas no centro comunitário COMBAT, questionando a promoção da participação popular na construção de políticas na cidade. A investigação norteou-se pela seguinte questão: **As ações de lazer, do poder público municipal no Centro comunitário COMBAT de 2001 a 2004 promoveram uma gestão participativa com a comunidade?** Nossa opção teórico-metodológica foi pela utilização das matrizes teóricas marxistas, representadas principalmente por Gramsci. Ouvimos Sujeitos da comunidade e da equipe gestora que vivenciaram as ações dos projetos *“Felizidade”* e *“Lazer: Porque Esta Rua é Minha”* (bairro da Castanheira, centro comunitário COMBAT). Os resultados revelaram que a participação na gestão, efetivou-se em algumas etapas e com graus de decisão em nível da consulta e deliberação, não chegando ao nível da formulação das políticas de lazer. Estes aspectos indicam que a metodologia utilizada para a articulação entre os dois projetos *“Felizidade”* e *“Lazer: Porque Esta Rua é Minha”*, oportunizou possibilidades do exercício de construção coletiva tanto para equipe gestora como para a comunidade (ação- reflexão – ação).

Palavras-chave: Políticas públicas. Lazer. Participação popular. Gestão participativa.

MOREIRA, Fátima de Souza. **Políticas públicas de lazer em Belém:** um estudo sobre a gestão coletiva implementada pelo poder público municipal no período de 2001 a 2004. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.

ABSTRACT

This study has resulted from my own inquisitiveness over the **entertainment conception presented** by the public policies and developed throughout the country, as well as its **management models**, which possibly uncover in its format and methods, the contradictions of a capitalist society. It was meant to analyze, the methods and strategies for public management implemented by the COMBAT community center, departing from the entertainment programs provided by the Education Municipal Secretary -SEMEC / Sports and Entertainment Coordination - CEAL from Belém (PA), questioning the effective promotion of popular participation in the construction of municipal policies. The investigation has been oriented by the following issue: **Have the actions taken by the government at COMBAT Municipal Center from 2001 through 2004, effectively promoted participative management involving the community?** Our theoretical and methodological orientation, led us to the utilization of Marxist's perspectives, mainly represented by Gramsci. We have interviewed subjects from the community and members of the team of managers who have experienced actions of the projects "*Felizcidade*" and "*Lazer- Porque Esta Rua é Minha*" – "*Happycity*" and "*Entertainment – Because this is my street*" (Castanheira city ward, COMBAT community Center). The results revealed the participation in the management process, has proved effective at some stages and showed different degrees of decision at the levels of consultation and deliberation, however, not reaching the elaboration of such policies. These aspects point to the fact that the methodology applied to articulate the two projects: "*Felizcidade*" and "*Lazer: Porque Esta Rua é Minha*", fostered possibilities for the practice of team constructive work not only for the managers' group, but also for the community itself (action- reflection–action).

Keywords: Public policies, Leisure, Popular participation, Participative management

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	Atividade cultural no COMBAT.....	17
FIGURA 02	Pequeno “mercadinho” no bairro Castanheira.....	17
FIGURA 03	Fotos do COMBAT.....	28
FIGURA 04	Mapa da Região Amazônica.....	40
FIGURA 05	Mapa da Região Norte.....	41
FIGURA 06	Mapa do Estado do Pará.....	41
FIGURA 07	Mapa da cidade de Belém.....	42
FIGURA 08	Mapa da cidade : divisão por bairros.....	45
FIGURA 09	Fotos Shopping Castanheira.....	46
FIGURA 10	Ações de lazer do COMBAT.....	48
FIGURA 11	Atividade com comunidade do Combat.....	66
FIGURA 12	Comunidade do COMBAT.....	66
FIGURA 13	II Encontro com as Comunidades - 2004.....	91
FIGURA 14	Grafitagem na área externa do COMBAT.....	132

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. A CIDADE QUE ABRIGA SONHOS : TRAJETOS ENTRE SEMEC/ CEAL E A COMUNIDADE	17
1.1 Definindo o percurso metodológico.....	18
1.2 A realidade do Centro de Organização dos Moradores do Atalaia: “um bom Combat” as mazelas do capital	26
1.3 SEMEC / CEAL: Princípios e Diretrizes da Educação Cabana.....	31
1.3.1 Da Ação Comunitária ao Tema Gerador:.....	34
1.3.2 “Felizidade” e “Lazer: Porque Esta Rua é Minha”.....	36
1.4 A cidade que abriga os sonhos da comunidade.....	40
2. ABORDAGEM EM POLÍTICAS PÚBLICAS.....	48
2.1 O Percurso do neoliberalismo no Brasil.....	49
2.2 Políticas Públicas: algumas reflexões	57
3. O LAZER COMO DIREITO SOCIAL: REFERENCIAS PARA UMA POLÍTICA SETORIAL.....	66
3.1 As concepções de lazer: referencias para uma política setorial.....	67
3.2 As Políticas Públicas de Lazer no Brasil: do benefício social a busca do direito social.....	74
4. GESTÃO PARTICIPATIVA.....	91
4.1 Democracia, participação e gestão: caminhos para uma nova cultura política....	92
4.2 Democracia representativa e democracia participativa.....	95
4.3 Participação Popular como categoria fundante.....	103
4.4 Gestão Participativa.....	119

5. DEMOCRATIZAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA DE LAZER EM BELÉM: a realidade apresentada pela Ceal e a comunidade do Combat.....	132
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS	160

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trata das políticas públicas de lazer em Belém, no período de 2001 a 2004, e seu foco são as dinâmicas das gestões democráticas. No campo das ciências humanas e sociais, muito tem se pesquisado e publicado sobre o tema da participação, sobre o papel da democracia no mundo contemporâneo e sobre as experiências de gestões participativas nas Administrações Públicas. Contudo, o debate sobre a participação e a gestão participativa nas políticas públicas não está esgotado, pois em se tratando de tempo histórico podemos afirmar que estamos diante de um fenômeno “recente” que apresentou no Brasil, nas últimas décadas, um campo de experiências de gestão democrática relativamente novo.

O processo democrático no País foi deflagrado no final dos anos 80, tendo como marco legal a Constituição da República de 1988 – que neste ano de 2008 estará completando apenas 20 anos. Nesse sentido, a temática apresentada nesta pesquisa está muito longe de se esgotar e a contribuição desta para o debate poderá servir, sem qualquer pretensão, para muitas que virão, principalmente, no tocante à participação.

Diante dessa realidade, seguimos a investigação sem negar o legado histórico da democracia brasileira, com diferentes experiências de governos democráticos, de gestões com o modelo do Orçamento Participativo – OP, como no caso de Porto Alegre (RS), Recife (PE), Diadema (SP), Salvador (BA), entre outras cidades, e que se tornaram um fértil campo de observação e de análise em território nacional. Estudos esses que alicerçaram esta pesquisa. Assim, chamamos a atenção para a concepção de democracia e de participação que permeia as relações entre Estado e Sociedade e seus valores ideológicos que balizam as experiências em governos definidos como democráticos.

Uma gestão participativa no aparelho estatal implica a existência de uma comunidade que fomente uma cultura política de participação. Em uma dinâmica dialética, o Estado que propõe a implementação de uma gestão participativa junto à comunidade, leva a materialidade de novas experiências coletivas, bem como a cultura orgânica de associativismos e de organização popular, tencionando os diferentes sistemas e espaços de tomada de decisão – estratégicos no aparelho do Estado, e efetivando pela socialização da política a ampliação de espaços democratizados na máquina pública.

A pesquisa, aqui apresentada, revela que mediante a ampliação do envolvimento e do conhecimento político por parte da população, a participação passa a assumir um papel fundamental na socialização da política para a democratização das relações de poder em um

Estado Ampliado. Participação, aqui compreendida, como a possibilidade de o poder de decisão ser dado de forma coletiva com a população exercendo esse poder diante da rês pública.

Partindo-se dessa premissa, o objetivo em pauta foi investigar se as ações de lazer implementadas pelo poder público municipal por meio de Projetos de Lazer, no período de 2001 a 2004, promoveram uma gestão participativa com a comunidade, para em seguida identificar as concepções de lazer da comunidade e dos gestores envolvidos nos Projetos do Centro Comunitário.

A pesquisa surgiu a partir de várias inquietações em nosso percurso profissional, de muitas reflexões sobre concepções de lazer nas políticas públicas desenvolvidas no país, motivadas pelos dos modelos de gestão que possivelmente revelam em suas instâncias de participação e em seus métodos de execução as contradições de uma sociedade capitalista. Tais reflexões perpassam nossa experiência como professora de Educação Física efetiva do quadro da Secretária Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) / Coordenadoria de Esporte e Lazer da Secretaria Municipal de Educação (CEAL) e de nossa experiência também como membro da equipe coordenadora da política pública municipal destinada ao esporte e ao lazer, no período da gestão do “Governo do Povo”¹, especialmente, nos projetos supramencionados.

Os Projetos de Lazer realizados pela CEAL esboçavam o princípio da participação da comunidade na gestão da Administração Pública, o que nos levou a problematizar sobre duas grandes vertentes reveladas na gestão da CEAL que foram centrais na formulação e na execução das ações de lazer, especificamente: uma referente às formas de participação, e a outra, referente ao cotidiano nas discussões que permeiam o lazer, concernentes à efetivação de projetos relacionados ao lazer.

O trabalho investigativo foi pautado na seguinte questão: as ações de lazer, implementadas pelo Poder Público Municipal no Centro de Organização dos Moradores do Bairro do Atalaia (COMBAT), no período de 2001 a 2004, promoveram uma gestão participativa com a comunidade? Para essa investigação utilizamos o método de *estudo de caso*, que para Robert Yin (2005, p.30) constitui: “[...] o experimento, não representa uma amostragem” e, ao fazer isso, seu objetivo é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatísticas)”. Ouvimos Sujeitos que vivenciaram as ações dos projetos “**Felicidade**” e “**Lazer: Porque Esta Rua é Minha**”, durante os anos de

¹ A gestão municipal de Belém (no período de 1997 a 2004), passou a ser denominada pelo governo que assumia a prefeitura da cidade de “**Governo do Povo**”

2001 a 2004, realizadas no bairro da Castanheira, no centro comunitário COMBAT. Foram entrevistadas pessoas que trabalhavam na CEAL: 1 coordenador, 1 técnico, 1 monitor e que pertenciam à comunidade: 3 lideranças comunitárias, 6 moradores do bairro.

Optamos pelas matrizes teóricas marxistas, representadas principalmente por Gramsci, e pelas concepções de autores contemporâneos em diferentes campos, que desenvolvem trabalhos com base nessas matrizes ou que dialogam criticamente com as matrizes histórico-dialéticas. A partir desse referencial teórico, trabalhamos com três categorias, a saber: **Participação Popular, Gestão Participativa e Concepção de Lazer.**

Diante disso, a proposta deste estudo é revelar, a partir da experiência concreta, as contradições, os métodos, as estratégias, os princípios e os valores que sustentaram a gestão dos projetos e das ações realizadas pela SEMEC / CEAL junto à comunidade do bairro da Castanheira. A experiência analisada revelou caminhos reais para ampliação de uma cultura democrática a partir das organizações populares, dos diferentes segmentos de associativismo comunitários, como também, das políticas de lazer implementadas pela SEMEC / CEAL, articuladas às políticas gerais do Congresso da Cidade, que evidenciaram uma série de novos subsídios e de formas institucionais, como: método pedagógico, princípios, critérios de participação, espaços de deliberação e normas, que se constituíram em um novo desenho institucional (AVRITZER, 2003). Os termos constitutivos das formas de gestões democráticas como associativismo comunitário e desenho institucional são elementos novos que se destacaram durante o percurso de nossas análises, o que demanda um outro momento para análise desses novos aspectos que iremos comentar de forma breve, no último capítulo deste trabalho.

Esta pesquisa é esboçada em quatro capítulos, a saber: no primeiro capítulo **“A cidade que abriga sonhos: trajetos entre SEMEC/ CEAL e a comunidade”**, apresentamos o caminho metodológico percorrido em nossa pesquisa, informamos a opção de trabalho com o referencial teórico metodológico do materialismo histórico-dialético, com centralidade nos referenciais gramsciano. Anunciamos, ainda, as etapas desenvolvidas na pesquisa, os sujeitos envolvidos, o processo de coleta de dados, como também as categorias de análise que orientaram nosso estudo. No mesmo capítulo, informamos sobre o universo de pesquisa com os sujeitos que vivenciaram as ações na SEMEC/ CEAL e no COMBAT, desenvolvidas por meio de Projetos de Lazer, com destaque para os Projetos “Felizidade” e “Lazer: Porque Esta Rua é Minha”.

Avaliamos, também, como importante, para maior apropriação e melhor informação do contexto social e político de nosso estudo, ir além das definições de método e de

caracterização do universo da pesquisa. Nesse sentido, apresentamos, em um breve relato, as características, as singularidades, as particularidades da realidade da região amazônica – a cidade de Belém, Metrópole da Amazônia – que expressa conflitos e contradições de uma grande metrópole.

No segundo capítulo denominado **“Abordagem em Políticas Públicas”**, apresentamos o cenário político econômico que vem hegemonizando as políticas públicas estatais. Assim, o projeto neoliberal, suas implicações e seu percurso, no Brasil. Também discutiremos algumas abordagens em Políticas Públicas a partir das referências construídas nas análises das políticas públicas de educação e de esporte, baseadas, respectivamente, nos estudos de Azevedo (2004), e de Linhales (2001) que dialogam com as concepções e com os modelos de Estado e sua relação intrínseca com os sistemas políticos dominantes.

No terceiro capítulo, trataremos **do tema “O Lazer como direito social: referências para uma política setorial”**, apresentando uma breve análise sobre as diferentes concepções de lazer, baseada em uma revisão bibliográfica sobre o tema, segundo os aportes teóricos de Marcellino (2002), Marcellino (2007), Padilha (2000), Padilha (2006) Mascarenhas (2004), Silva (2004) Pinto (2006) entre outros. Em seguida, pontuamos como essas diferentes concepções de lazer vão se constituindo como referências no país. Concepções que são analisadas sob o prisma da trajetória histórica da construção e da consolidação das políticas públicas de Lazer no Brasil.

No quarto capítulo denominado **“Gestão Participativa”**, analisamos dois projetos que disputam a hegemonia na sociedade – liberal e democrático participativo (no campo marxista) – da apropriação semântica e da estratégia política dos termos **participação, cidadania, democracia e gestão participativa**, suas relações com a implementação de ações pelo aparelho estatal conservador, das experiências de contra hegemonia no campo da gestão pública para superação da “ordem vigente”, como também das relações entre Estado e Sociedade Civil. Tratamos nesse contexto das formas de apropriação no discurso e na prática desses termos, que fazem parte do arcabouço teórico político que compõe o processo democrático no país, pautados nos estudos a partir do referencial teórico de Marx (2004), Gramsci (2007), Lênin (2007), Coutinho (2000), Chauí (1990), Gohn (2005), Gohn (2007), Boron (1994), Dagnino (2004), Avritzer (2003), Negt (1984), entre outros.

No último capítulo **“Democratização e Gestão Pública da Educação e Lazer em Belém: a realidade apresentada pela CEAL e a comunidade do COMBAT”** elucidamos a

pesquisa realizada sobre a experiência vivida entre a SEMEC e o COMBAT no campo das políticas participativas em Lazer, seus métodos, suas formas, seus conteúdos culturais de lazer desenvolvidos, suas concepções, seus avanços e suas fragilidades, etc.

Ressalta-se que esta pesquisa pretende contribuir para o debate sobre as Gestões Participativas em Políticas Públicas de Lazer em Belém e na região Amazônica. A intencionalidade deste estudo, reforçando o que já foi mencionado anteriormente, também é contribuir para futuras pesquisas que se proponham a discutir possíveis alternativas para a implementação emancipatórias de políticas de lazer e efetivamente democráticas na cidade de Belém. Sendo assim, o estudo encontra-se aberto às críticas e às contribuições acadêmicas pertinentes ao tema em pauta.

**A CIDADE QUE ABRIGA SONHOS: TRAJETOS ENTRE SEMEC / CEAL E
COMUNIDADE**

Fig. 1- Atividade cultural no COMBAT



FONTE: COMBAT - 2003

**Fig.2-Pequeno “mercadinho” no bairro
Castanheira**



**FONTE: REGISTRO DE CAMPO DA PESQUISA-
2007**

1. A CIDADE QUE ABRIGA SONHOS: TRAJETOS ENTRE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMEC /CEAL E COMUNIDADE DO COMBAT.

Neste capítulo, apresentaremos os caminhos percorridos nas etapas de construção e de materialização de nossa investigação: a delimitação de nosso universo, os sujeitos investigados, o método aplicado, as categorias de análise, o referencial teórico-metodológico, etc. O objeto desta é a gestão participativa nas políticas públicas de lazer em Belém centrado na questão: **As ações de educação pelo e para o lazer, implementadas pelo poder público municipal por meio dos projetos “Lazer: Porque esta rua é minha” e “Felizidade”, no Centro comunitário COMBAT, no período de 2001 a 2004, promoveram uma gestão participativa com a comunidade?**

No primeiro momento, apresentaremos o referencial teórico-metodológico utilizado em nossa investigação: 1.1. Definindo o percurso metodológico. Em seguida, apresentaremos o universo de nossa pesquisa, organizado em três momentos: 1.1.1- Os sujeitos, que vivenciaram as ações da SEMEC/ CEAL no COMBAT, sua faixa etária, tempo de moradia no bairro, tempo de contato com os projetos, etc; 1.1.2-A Realidade do Centro de Organização dos Moradores do Bairro Atalaia: “um bom combat” às mazelas do capital; e 1.1.3 - SEMEC / CEAL: princípios e diretrizes da educação cabana.

Na seqüência, abriremos um parêntese para contextualizar nosso universo no âmbito da cidade de Belém, no tópico: 1.2. A cidade que abriga os sonhos da comunidade, sua localização regional e suas características urbanas, bem como o modelo de gestão pública desenvolvida pela administração pública municipal, no período de nossa pesquisa.

1.1. DEFININDO O PERCURSO METODOLÓGICO

Para dar início ao estudo proposto sobre a gestão participativa nas políticas públicas de lazer, o apoio do pensamento de Gramsci (2007) se faz necessário, considerando-se o fato da necessidade de compreensão e de superação do modelo político e cultural da democracia liberal, como também das análises simplistas e unidimensionais da complexidade do processo democrático e de participação que se materializa na distância entre governantes e governados. Assim, o conceito de hegemonia, de Estado e de sociedade civil é central na análise do objeto de nossa pesquisa. Articulamos esse referencial marxista gramsciano na constituição de nossa investigação, para sustentarmos a construção de uma nova síntese da realidade pesquisada.

Uma vez que “Romper com o modo de pensar dominante ou com a ideologia dominante é, pois, condição necessária para instaurar-se um método dialético de investigação” (FRIGOTTO, 1991, p.77).

A pesquisa investigou alguns aspectos constitutivos do processo democrático a partir do referencial de dois grandes modelos político-ideológicos: os pressupostos teóricos do liberalismo e do socialismo e suas determinações e contradições na trajetória das políticas públicas de lazer em seu modelo de gestão participativa. Entendemos assim, que este estudo, ao mesmo tempo, pode contribuir para elucidar propostas de ampliação de teorias sobre a temática em Belém, como também para o campo de políticas democráticas de lazer no Brasil.

A proposta de implementação de uma gestão participativa em políticas públicas de lazer no município de Belém é muito recente e foi apresentada nas duas gestões do governo de esquerda na cidade, no período de 1997 a 2004. Realidade apresentada diante de um contexto político de crescimento e de aprofundamento do projeto neoliberal no Pará e no Brasil.

Como afirmou Marx (2004) em sua obra “*A origem do Capital*”, a essência do sistema capitalista está na separação radical entre o produtor e os meios de produção e no desenvolvimento desta produção. A classe trabalhadora vai suportando as condições desumanas de forma espontânea, em função da educação, da tradição e dos costumes de seu povo. Diante dessa perspectiva, em nossa investigação trabalhamos com o conceito de totalidade, que partindo do concreto apresenta elemento para sustentar análises dos nexos destas relações, necessários para superar esta realidade, entendendo totalidade como “*um processo de concretização que procede das partes para o todo e do todo para as partes, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade*” (KOSIK, op. cit., p.30).

Frigotto (1991) apresenta três etapas em um método de investigação, “com um tríplice movimento: de crítica, de construção do conhecimento ‘novo’, e da nova síntese no plano do conhecimento e da ação”. Concordamos com o autor, quando aponta que o critério básico da verdade do conhecimento é a prática social. Portanto, o método, a concepção de realidade de mundo, a questão ideológica, as relações de poder e de classe não podem ser fragmentados e analisados isoladamente, pois assim, as teorias, as categorias podem correr o risco de se tornarem vazias de historicidade, além de abstratas e especulativas (Ibidem, p.79).

Convém ressaltar que compreendemos metodologia como um aspecto constituinte de todo o processo da pesquisa, e não somente como uma relação de procedimentos, de

estratégias e de técnicas de pesquisa. A partir desse referencial, entendemos que abarcar o fenômeno em suas múltiplas dimensões, implica “[...] *apreender o específico, o singular, à parte e seus liames imediatos ou mediatos com a totalidade mais ampla; as contradições e, em suma, as leis fundamentais que estruturam o fenômeno pesquisado*” (FRIGOTTO, 1991, p.80).

O presente estudo foi centrado na perspectiva de analisar e de compreender a especificidade de uma experiência de gestão nas políticas públicas de lazer, que apresenta diversos aspectos que referendam uma “generalização”, quando se trata de um estudo de caso, pois de acordo com Robert Yin (2005):

“Neste sentido, o estudo de caso, como o experimento, não representa uma “amostragem” e, ao fazer isso, seu objetivo é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatísticas). Ou como descrevem três notáveis cientistas sociais em seu estudo de caso *único* feito anos atrás, o objetivo é fazer uma análise “generalizante” e não “particularizante”(Lipset, Trow e Coleman, 1956)” (ibidem, p.30).

Segundo o autor, o Estudo de Caso ainda investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real. *Esse Estudo de Caso não é uma tática para a coleta de dados nem meramente uma característica do planejamento em si (STOECKER, 1991), mas uma estratégia de pesquisa abrangente. (YIN, 2005, p.3,).*

O estudo de caso *único*, segundo Yin (2005, p.61-63) baseia-se em pelo menos cinco fundamentos lógicos que dão sustentação e justificativas para esse tipo de caso: **o caso decisivo** (que apresenta uma experiência bem sucedida de uma teoria significativa); **um caso raro ou extremo** (ocorre geralmente na psicologia clínica, com uma lesão ou distúrbio específico que pode ser tão raro que vale a pena documentar e analisar); **caso representativo ou típico** (que tem como objetivo capturar as circunstâncias e as condições de uma situação lugar-comum ou do dia-a-dia, um projeto típico entre muitos projetos diferentes); **caso revelador** (quando se tem a oportunidade de observar e analisar um fenômeno previamente inacessível à investigação científica) e o **caso longitudinal** (estudar o mesmo caso único em

dois ou mais pontos diferentes no tempo). Nosso estudo de caso único fundamentou-se na lógica de um caso decisivo e representativo, sendo que a experiência foi selecionada porque já apresentava um histórico de inovações, pois foi apontado pelo discurso oficial como uma experiência representativa, e que, portanto, não se poderia afirmar se realmente implementou políticas participativas ou não.

Definimos um percurso histórico nesse período de gestão do Governo Popular em Belém, a partir da seleção e das primeiras análises de documentos oficiais que apontaram o período da segunda gestão (de 2001 a 2004), como o período que caminhava para a consolidação das políticas públicas implementadas na cidade.

Com a definição da segunda gestão, como período histórico de nossa pesquisa, partimos para um território na cidade, onde as demandas para área de lazer eram apontadas nos encontros, nas assembléias, nas plenárias do Orçamento Participativo e no Congresso da Cidade. Partindo da análise dessa realidade, a delimitação da pesquisa foi se definindo, considerando os bairros de maior mobilidade e de participação dos moradores. Chegamos, então, ao bairro da Castanheira.

Realizamos, paralelamente, um levantamento de pesquisas acadêmicas desenvolvidas sobre a gestão do governo democrático e popular em Belém e observamos que foram realizadas algumas pesquisas no campo da Educação e da Gestão e Planejamento do Congresso da Cidade, nas áreas da Geografia, do Urbanismo, da Educação, da Assistência Social e da Arquitetura. No campo das políticas públicas de esporte e lazer, ainda não foi desenvolvida nenhuma pesquisa sobre a experiência da gestão Participativa nas políticas públicas de lazer em Belém, como também não detectamos nenhuma pesquisa nas universidades locais, nos cursos de Educação Física sobre a história e a construção do sistema esportivo e de lazer, nem da história da construção de políticas públicas de esporte e lazer em Belém. Fato que nos revelou a importância de nosso estudo, para iniciar este registro e subsidiar novas pesquisas nesse campo de estudo, em Belém².

Entre as fases desenvolvidas, a construção do estudo se estruturou a partir da:

1) Delimitação da unidade-caso: com as entradas a campo, antecipadamente feito com o acesso aos documentos da SEMEC/ CEAL, com a ida à SEMEC, mais,

² Em relação aos projetos (de forma pontual) de lazer, desenvolvidos na cidade no período de 1997 a 2004, pela CEAL, temos a produção de pelo menos 9 TCC's do Curso de Educação Física da UEPA . Em relação à Universidade Federal do Pará, o curso de Educação Física da UFPA / Belém, por ter apenas dois anos de existência, ainda não realiza, de forma sistemática, as pesquisas acadêmicas – TCC's.

especificamente, à CEAL. Após uma pré-análise dos documentos referentes aos Projetos FELIZCIDADE e LPRM, observamos em alguns relatórios de assessoramento e de acompanhamento da CEAL que afirmavam ter no Distrito Administrativo do Entroncamento/DAENT, no Centro Comunitário COMBAT, um exemplo de participação nas ações de lazer.

A partir desses primeiros levantamentos e das análises, em nosso estudo exploratório, definimos a estrutura de nosso projeto a partir do problema de pesquisa: **As ações de lazer implementadas pelo poder público municipal (*pela CEAL*) através dos projetos “Lazer : por que esta rua é minha” e “Felizidade” no Centro comunitário COMBAT, no período de 2001 a 2004, promoveram uma gestão participativa com a comunidade? Os projetos “Lazer: porque esta rua é minha” e “Felizidade”, realizados na comunidade do COMBAT, garantiram espaços de participação com autonomia popular? Qual a concepção de lazer da comunidade, dos gestores e educadores, envolvidos nos Projetos desenvolvidos no Centro Comunitário?**

- **Critérios de escolhas dos sujeitos:**

Definimos como critério de seleção dos sujeitos citados a representatividade, pois *“uma vez que nenhum meio social é homogêneo e a representação adequada das pessoas envolvidas, em um caso particular, normalmente exigirá que se colete algumas amostras - a menos que o total da população investigada possa ser estudado adequadamente e com igual profundidade”* (MOLINA NETO, 1999, 98). Dessa maneira detalhamos o perfil dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa.

a) Coordenador, Técnico e monitor da CEAL – a seleção se deu pela condição de terem atuado no acompanhamento e no assessoramento das ações do FELIZCIDADE E DO LPRM, no bairro da Castanheira, no período definido de 2001 a 2004; e ainda terem acompanhado um dos Congressos Distritais e Temáticos realizados pelo Governo/ Secretaria no Distrito do bairro da Castanheira.

b) Representantes da comunidade – a seleção se deu pela idade superior a 12 anos, por eles terem vivido e participado das ações dos projetos de lazer na comunidade no referido período e morarem no bairro, pelo menos há mais de 6 anos, além de terem estabelecido

alguma forma de contato, como participação nas ações ou vínculo com o centro Comunitário COMBAT.

De posse dessas informações chegamos à CEAL e ao COMBAT e percebemos que em função das mudanças na gestão municipal nos dois anos que se passaram, muitos informantes em potencial não foram encontrados. Na CEAL, os técnico-temporários foram demitidos desta instituição, os monitores não tiveram seus contratos renovados, os técnicos voltaram para a rede a fim de ministrar aulas de educação física nas escolas; Já no centro comunitário, alguns moradores que exerciam liderança tinham viajado e outros passaram a residir em outro município do Estado do Pará. Mas, com esforço, conseguimos chegar a três pessoas da equipe gestora que cumpriam os critérios de escolha dos sujeitos para esta pesquisa, bem como os da comunidade. A partir da ajuda de duas lideranças locais, chegamos ao número de nove moradores do bairro, que também se encaixavam nos critérios de escolha dos referidos Sujeitos. Por isso o critério mais viável foi o da representatividade.

Ainda nesta etapa, realizamos o levantamento dos documentos oficiais para análise documental e para a elaboração do roteiro de entrevistas. O memorial descritivo / condução dos relatos orais, foram definidos nesta etapa. Os instrumentos utilizados para coleta de informações foram: a entrevista estruturada e semi-estruturada, a observação participante (relatos orais) e a análise dos documentos produzidos sobre a temática, no período.

2) **A sistematização dos dados e a análise interpretativa** dos mesmos foram feitas em paralelo com as coletas de informações, com a leitura reflexiva do diário de campo, do registro de observações, da análise das transcrições das entrevistas. Em seguida, depois de tabuladas as falas coletadas e analisados os dados, chegamos as três categorias de análise já citadas anteriormente: **participação popular, concepção de lazer, e gestão participativa.**

Realizamos a análise dos dados partindo da triangulação das fontes, pois “[...] a investigação em um estudo de caso se baseia em várias fontes de evidência, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo” (YIN, 2005, p.33). Para isso confrontou-se as seguintes fontes: análises dos documentos institucionais, diário de bordo, observação participante, memorial descritivo (relatos orais) e as entrevistas. A partir daí foi possível ter uma visão ampla da realidade investigada, de acordo com as informações coletadas, e a seguir confrontadas com o nosso marco teórico de referência. Neste momento da análise dos dados, fizemos um grande esforço para superar a percepção imediata, as análises mecânicas,

expressando o conhecimento apreendido da realidade, para estabelecer as relações entre a parte e a totalidade.

Após apresentação do caminho metodológico percorrido em nossa pesquisa, apresentaremos os Sujeitos que vivenciaram tais experiências nas políticas públicas de lazer em Belém.

OS SUJEITOS

Em nosso trabalho definimos como universo de pesquisa os Sujeitos que vivenciaram as ações na SEMEC / CEAL e no COMBAT, nos projetos “Felizcidade” e “Lazer: Porque Esta Rua é Minha”, executados no período de 2001 a 2004, no bairro Castanheira, mais especificamente no centro comunitário COMBAT.

Na SEMEC, a pesquisa envolveu a equipe que compunha a CEAL, assim discriminada: 1(um) Coordenador da Equipe Técnica de Esporte e Lazer, 1 (um) técnico e 1 (um) monitor, que monitorava as ações no bairro. Enquanto que, no Centro Comunitário COMBAT, a pesquisa envolveu moradores do bairro, assim também discriminados: 6(seis) moradores que vivenciaram as ações dos projetos e 3 (três) representantes da comunidade (entre lideranças e produtores culturais) que atuavam no Centro e organizaram as ações dos projetos junto à CEAL.

Para efeito de organização, trabalhamos com dois agrupamentos de sujeitos: Equipe Gestora e Comunidade. Diante de nossas entrevistas e idas a campo, levantamos, por meio de coleta de dados, de roteiro de entrevista semi-estruturado, o perfil desses Sujeitos. Na equipe Gestora, todos são licenciados em educação Física e estão numa faixa etária entre 28 e 39 anos. Quanto ao vínculo com a SEMEC, dois são funcionários efetivos - hoje atuando como Professores de Educação Física da rede municipal, e um que continua atuando como técnico na CEAL. Os três têm uma média de tempo de vínculo com a SEMEC que varia entre 06 e 13 anos de trabalho. Sendo um do sexo masculino e dois do sexo feminino, totalizando três membros da equipe gestora.

Na Comunidade temos uma média de idade que varia entre 22 e 45 anos. Todos possuem o ensino médio completo, apenas dois estão cursando o 3º grau (em pedagogia), moram em casa própria e apresentam um tempo de moradia no bairro que varia de 10 a 38 anos. Ressalta-se que os moradores tiveram contato com os projetos da CEAL desde 2000. As três lideranças comunitárias fizeram parte do mesmo grupo que coordenou o COMBAT,

compondo pelo menos umas das três gestões consecutivas, no período de 2001 a 2006. Os moradores participaram das atividades dos projetos realizadas no bairro. Entre os seis: dois jovens e quatro adultos. Sendo 3(três) homens e 6(seis) mulheres, totalizando 10(dez) membros da comunidade.

Nessa relação social política de homens e mulheres sujeitos de nossa pesquisa, percebemos e conhecemos suas particularidades e singularidades, porém foi necessário irmos além, com a perspectiva de suplantar a aparência e revelar a essência. Nosso estudo buscou revelar suas características e o contexto social, conhecendo e inquirindo um pouco mais sobre a história da comunidade do COMBAT e da equipe da SEMEC / CEAL e seus projetos “Felizidade” e “Lazer: porque esta rua é minha”, como veremos a seguir.

1.2 A REALIDADE DO CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DO ATALAIA : “UM BOM COMBAT” ÀS MAZELAS DO CAPITAL

O bairro Castanheira apresenta características de um bairro que cresceu localizado às margens da rodovia BR 316, via que dá acesso à cidade de Belém. Em sua origem, era caracterizado como um bairro “de ocupação urbana” que começou a ser habitado por poucas famílias que chegaram ao local.

“Quando vim pra cá a 37 anos atrás, mais ou menos em 1960 [...] aqui não tinha bairro, era tudo igapó, de alves (árvore) grandes, eu vim da Pedreira pra cá [...] aqui não tinha passagem para lugar nenhum, tinham poucas casas, a minha chupana (casa) era aqui pra dentro, não tinha água nem luz.[...] a BR 316 e a Augusto Montenegro era tudo piçarra”. (comunidade)³

O bairro passou a chamar-se Castanheira em 1995 por alusão a uma antiga árvore de castanheira de grande porte, que ficava localizada na entrada do bairro- às margens da BR 316 e que, em virtude do crescimento urbano, a árvore foi derrubada. Tal árvore deu origem também ao nome do atual Shopping Center localizado no bairro: Shopping Castanheira. Após reuniões com a comunidade, em 1995, o bairro integrou-se ao espaço formal da cidade através da Lei de Ordenamento do Território Municipal que criou novos bairros dividindo-os através dos Distritos Administrativos. Esse bairro possui uma população de mais de 22.572 pessoas, com cerca de 6 mil 281 domicílios. (CODEM) – Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém, 2007).

³ As falas que são apresentadas nesta seção são algumas falas de lideranças da comunidade que foram registradas, em nossa ida a campo, em conversas “informais” sobre a história do bairro, e que não fazem parte do material da pesquisa sobre o nosso objeto. São falas que avaliamos importante registrar e apresentar, revelando a concreticidade das relações vividas na história do bairro. São momentos de registros em nosso diário de bordo, antes da aplicação do roteiro de entrevista.

Uma das lideranças do bairro (L1) e também participante do Centro COMBAT (Centro de Organização dos Moradores do Bairro da Atalaia), conta que o nome do bairro, antes da divisão, era Atalaia e pertencia ao município de Ananideua. Este nome foi dado pelo prefeito da época. Foi já no final dos anos 1990, com as constantes lutas e organização dos moradores, que por estarem na fronteira entre os dois municípios Belém e Ananideua , ficavam, por conta deste impasse, muitas vezes fora de atendimento e de acesso a muitos serviços públicos básicos, como saúde, educação, saneamento, água, luz etc. Assim lutaram junto as duas prefeituras por uma definição de responsabilidade pelo bairro. Em 1995, então, foi consoilidada a divisão do bairro, passando o Bairro da Castanheira a fazer parte do Município de Belém e o Bairro do Atalaia, do Município de Ananideua.

“O Centro Comunitário foi fundado na década de 70 e teve como objetivo organizar as lutas dos moradores do Bairro da Atalaia, hoje conhecido como Castanheira.”(liderança).

“Começou a aparecer uns marginais em uma mata que ficava onde hoje é o COMBAT. Ai os moradores, nossos maridos, derrubaram a mata. Foi quando não apareceu o dono do terreno e alguém se prontificou a fazer uma casa comunitária, justamente para se reunir, mais ou menos em 1962”. (comunidade) . O Centro comunitário COMBAT teve sua origem informal nas lutas iniciais pela construção do bairro, mas sua fundação formal e organização oficial, registrada em cartório, segundo estatuto do Centro de 2004, data de 17 de setembro de 1977.

Observamos como foi a retomada da organização da comunidade via COMBAT na década de 90, conforme relatos das lideranças do bairro, que participaram da direção do Centro na época. Eles encontraram o Centro desativado pela antiga direção, ficando o espaço abandonado e sendo depredado pelos vândalos. Diante dos grandes problemas de infraestrutura do bairro, eles e outras lideranças do mesmo iniciaram um movimento de retomada da organização da comunidade do Castanheira. Contaram com uma ajuda importante de uma liderança política do local. E segundo conta a liderança, em 1998, seu grupo buscou o Centro e conheceu, naquela época a então presidente do Centro Comunitário, que teve apoio, em uma eleição complicada e com restrita participação, do prefeito de Ananideua, Pioneiro (do PSDB).

Assim a comunidade percebeu, após a movimentação do grupo, que a direção do centro tinha outros “interesses” com o COMBAT.

O Grupo juntamente com a comunidade convocou uma Assembléia no Centro e retiraram a presidenta. Membros do grupo tinham ligações com a Pastoral da Juventude que era ligada à igreja Betânia que, atualmente, é a Igreja Imaculada Conceição. Essa igreja fez um elo com a comunidade Nsa. de Lurdes, que na época funcionava como uma CEB's (Comunidades Eclesiais de Base). O grupo ganhou a eleição para o Centro, realizada em dezembro de 2000, na qual concorreram duas chapas. O processo eleitoral que antes não acontecia, com comissão eleitoral, regimento eleitoral e convocação da comunidade para votar, foi organizado pelo grupo que cadastrou quase 3 mil votantes, nas eleições de 2002. Ficaram no COMBAT em 3 gestões: 2001 a 2002 (1ª gestão); 2003 a 2004 (2ª gestão); 2005 a 2006 (3ª gestão). Atualmente (Fig.3) a gestão 2007 a 2008 é de um novo grupo de lideranças no bairro, pois por vários problemas com o grupo anterior, como desarticulação da comunidade, mudança de domicílio de algumas lideranças, etc., eles não participaram das eleições . O atual presidente é Rosivaldo de Lima Costa (gestão 2007-2008).

Fig. 3 - FOTOS COMBAT



Fonte: REGISTRO DE CAMPO DA PESQUISA – 2007.

Diante das falas dos moradores sobre a história da origem do bairro, sobre a luta pela conquista de melhorias no bairro e na organização do Centro Comunitário -COMBAT, percebemos várias informações acerca das características socioeconômicas e culturais do bairro. Informações que confrontadas com os dados do Instituto Brasileiro de geografia e estatística (IBGE) / 2000 e da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM), revelam a veracidade das narrativas.

A realidade do bairro expressa nas falas dos moradores e constatada nos dados do IBGE, revela a ausência de infra-estrutura do mesmo e conseqüentemente a ausência do poder público, que reafirma a trajetória das reformas e dos modelos de modernização do Estado, implantados na década de 1990, concretizando as políticas neoliberais no país. Assim, os princípios neoliberais em políticas de Estado vêm gerando a rediscussão do papel do Estado com a idéia de um Estado mínimo que entre tantas outras características traz “[...] a diminuição dos impostos sobre o capital e diminuição dos gastos e receitas públicas e, conseqüentemente, dos investimentos em políticas sociais” (FRIGOTTO, 2002, p. 80,81).

Na busca pela identidade do bairro Castanheira, tivemos acesso também à significativa documentação do Centro Comunitário e observamos como a mobilização social dos moradores, suas lutas e suas conquistas foram sendo corporificadas em suas memórias oficiais. Percebemos que no período de 2001 a 2006, quando o grupo retomou a organização comunitária por meio do COMBAT, várias ações foram articuladas e realizadas junto à Prefeitura de Belém além de serem estabelecidas importantes relações entre os diversos canais de participação, implementados na época por ocasião do Congresso da Cidade por meio de Conselhos Distritais, de Plenárias Setoriais, de Plenárias Temáticas, de Conselhos Escolares, de Encontro de Esporte, Arte e Lazer com as Comunidades; de Conselho Municipal de Esporte e Lazer, etc. Essas ações, de alguma forma, deram retorno às mobilizações e às demandas oriundas da comunidade do COMBAT.

De acordo com o atual Estatuto do COMBAT, reformulado em observância à nova redação da Lei novo código civil brasileiro – Lei nº 10.252/2002, em Assembléia Geral Extraordinária do dia 28 de junho de 2004, foram modificados a estrutura administrativa e os objetivos do COMBAT saindo da estrutura de Presidente e Vice, para a formação de órgãos dirigentes, que são: Assembléia Geral, Coordenação Administrativa e Conselho Fiscal. Portanto, a Coordenação Administrativa do COMBAT, como o órgão gerenciador da entidade, é constituída dos seguintes membros:

a) Coordenação Geral; b) Vice-Coordenador Geral; c) 1º Secretário; d) 2º Secretário; e) 1º Coordenador de Finanças; f) 2º Coordenador de Finanças; g) Coordenador de Patrimônio; h) Coordenador de Esporte, Cultura e Lazer; i) Coordenador de Formação e Relações Públicas; j) Coordenador de Assuntos de Saúde; k) Coordenador de Assuntos Sociais e Cidadania; l) Coordenador de Infância, Juventude e Terceira Idade. Muitas dessas coordenações foram aprovadas pelo novo estatuto, como as coordenações de Patrimônio, de Esporte e Lazer, de Assuntos de Saúde, de Assuntos Sociais e de Cidadania, de Infância e de Terceira Idade.

A Coordenação Administrativa passou a ser escolhida pela comunidade por voto direto, em sistema de eleição com chapas e o critério mínimo para votar e ser votado era ser morador do bairro. (ESTATUTO COMBAT, 2004).

Nas informações registradas em nosso diário de bordo, nas narrativas acerca das atividades de lazer vividas no Bairro, observamos um cenário que não se diferencia da realidade dos demais bairros periféricos da cidade pela ausência de políticas públicas do setor, pela ações de lazer relatadas pela comunidade, apresentando como prática de conteúdos de lazer esportivo e social o acesso a bares (bebidas) e a festas populares e no próprio Centro.

“Há muitos moradores que têm seus times de futebol. Tendo um jovem chamado Jailson que organizava o campeonato de futebol das crianças, com cobranças de taxas, acontecendo os jogos nas arenas pagas. Já existia antes do período de 1995 uma disputa do jogo de futebol entre os moradores da rua Santa Inês e da rua Jarbas Passarinho, todo o dia 1º do ano, que depois passou a ser solteiros e casados [...] O lazer é muito freqüente nos bares do bairro e nos clubes, com bebidas, e em clubes fora do bairro. Os moradores usam muito a arena esportiva localizada no Conjunto Ulisses Guimarães (fora do bairro)[...] No bairro do Atalaia tem uma praça que está abandonada e depredada, e está sem nome[...]A quadra do COMBAT é o único espaço de lazer para as crianças de forma gratuita. Nosso grupo do centro (no período de 2001 a 2006) organizava projetos de lazer para a comunidade. O Shopping localizado no bairro não é acessado pelos moradores , o baixo nível econômico dos moradores não corresponde ao acesso a praça de lazer do shopping. Cerca de 60% dos moradores não utilizam o shopping para recurso algum em função de suas condições financeiras.” (Liderança Comunitária)”

“O lazer daqui sempre foi só festa, tinha um bar ali, tinha outro acolá, e ainda tem, pra perturbar a vida da gente. O lazer que tinha era em tempo de Carnaval e São João que o Combat ainda faz. Agora tem o shopping pra quem gosta, eu não vou lá, não gosto, não subo a escada rolante de jeito nenhum, eu vou, mas com medo [...]” (comunidade)

A presença de um Shopping Center no Bairro, também não determina que seja um espaço de acesso da grande maioria dos moradores, porém sabemos que com o advento da mídia e da cultura de massa, esse passa a ser mais um espaço que hegemoniza a cultura de consumo na cidade.

Os caminhos das atividades de Lazer percorridos entre a rua, o Centro Comunitário e a trajetória histórica da comunidade do COMBAT são dimensões que ainda estão sendo descobertas e compreendidas pela comunidade como direitos a serem conquistados e reivindicados pelos moradores, sejam eles lideranças comunitárias ou não. Um universo concreto, com contradições que vai revelando o contexto social de nosso estudo, materializando assim nosso objeto de análise.

1.3 SEMEC / CEAL: PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO CABANA

Com a vitória da “Frente Belém Popular” nas eleições de 1996, o “Governo do Povo” em suas Diretrizes Básicas apresentava que os Princípios Programáticos do Governo baseavam-se em quatro (4) pontos fundamentais que norteavam “[...] *as ações de planejamento, de execução e de gestão da máquina pública, que são: Democratização do Estado, Participação Popular, Transformação da Cultura Política Local e Inversão de Prioridades nas Ações Governamentais*” (GOVERNO DO POVO – DIRETRIZES BÁSICAS - 1997 a 2000, 1997, p.07-10).

Neste contexto, as políticas públicas de Educação e Lazer foram pautadas nesses pilares. O Projeto da Escola Cabana foi implementado em Belém em 1997. A experiência de

Belém configurada pela Escola Cabana⁴ se sustentou nos princípios da participação popular e na inclusão social e teve como diretrizes:

- a) democratização do acesso e permanência com sucesso;
- b) gestão democrática;
- c) qualidade social da educação;
- d) valorização dos trabalhadores da educação.

Essas diretrizes também nortearam as ações de esporte, arte e lazer. A educação passou a ser uma política setorial prioritária para aquela gestão municipal. Após a deliberação política da Secretaria Municipal de Educação para extinguir o departamento de Educação Física e Desportos – pois tal estrutura fragmentada das áreas de conhecimento e de disciplinas não respondia às concepções de educação e de currículo pautadas nos princípios histórico-crítico de Educação, apresentados pela gestão. A SEMEC defendia o princípio da interdisciplinaridade, da educação como ato de emancipação humana, compreendendo a escola como Espaço Cultural. (PMB, SEMEC, 1999).

As políticas de Esporte e Lazer, seguindo os Princípios Programáticos do “Governo do Povo” pautavam-se em políticas sociais no campo do Lazer e Esporte definidos pelo Programa de Governo “[...] o esporte e lazer como bem social, é parte integrante do direito à cidade, deve ser mais uma opção de lazer acessível a toda a população, contribuindo para a democratização da cidade [...]” (GOVERNO DO POVO – DIRETRIZES BÁSICAS (1997-2000), 1997, p.13).

Nessa perspectiva, segundo texto do Caderno de Educação n.03 (2004), a SEMEC passava, em agosto de 1998, como órgão do executivo municipal, a responder pelas políticas públicas de Educação, Esporte, Arte e Lazer para a cidade. Com a extinção do departamento de Educação Física e Desporto, foi criada a Coordenadoria de Esporte, Arte e Lazer – CEAL, e simultaneamente as ações do Departamento de Desporto – DEDES da FUMBEL passaram a ser dirigidas e executadas pela nova Coordenadoria – CEAL, na SEMEC. A Secretaria como um todo passou por uma mudança administrativa, foram excluídos os departamentos e criados as coordenadorias e instâncias internas colegiadas. As definições de ações implementadas na cidade tiveram caráter colegiado/ coletivo, como resultado de debates e de demandas gerados

⁴ **Cabana**, em homenagem a **Revolução Cabana** que ocorreu no Pará, no século XIX, em 1835 – foi um dos mais importantes movimentos populares de resistência ao imperialismo imposto pelos colonizadores portugueses no Brasil Império. Essa revolução que provocou levantes populares, que clamava por justiça social, pelo fim da escravidão e pela participação das classes populares, culminando com a chegada de uma legítima força política popular ao governo da então Província do Grão Pará.

nos fóruns de Participação da comunidade como: Orçamento Participativo – na primeira gestão – e Congresso da Cidade – na segunda gestão.

A SEMEC, em suas instâncias colegiadas, apresentava os Colegiados por Equipe Técnicas (reuniões de técnicos e de coordenadores por Equipe), por Coordenadorias (reuniões com Coordenadores de Equipes específicas de cada Coordenadoria), por Intercoordenadorias (reuniões dos Coordenadores das Equipes de duas ou mais coordenadorias), e pelo Colegiado Central (reuniões de Diretores com a presença do Secretário) (RELATÓRIO ANUAL CEAL, 2004).

As políticas públicas na área educacional observadas no Caderno da Escola Cabana, n. 01(1999), apresentam o projeto da Escola Cabana, que buscava a superação da concepção conservadora e tradicional de educação, compreendendo o esporte, a arte e o lazer como manifestações culturais presentes na história cotidiana dos diferentes contextos escolares. Concebendo, assim, a escola como pólo aglutinador dessas manifestações. Fazendo com que a comunidade escolar fosse instigada a romper as estruturas históricas e tradicionais da hierarquia entre conhecimento científico (teoria) e conhecimento popular (prático), objetivando a superação clássica da dicotomia entre o *pensar e o fazer*.

O Projeto da Escola Cabana referendava a escola como espaço cultural, que deveria possibilitar que as práticas de esporte, arte e lazer, reveladas em seu currículo, se constituíssem em um importante espaço para construção de novos saberes assim como para a criação de uma cultura contra hegemônica, caracterizando-se como “verdade instituída” de uma escola que suaviza os conflitos, que nega o debate, (CADERNO DA ESCOLA CABANA, n.01, 1999) que não revela a realidade de um sistema excludente e opressor. Conforme defende Paulo Freire,

[...] Da educação que, não podendo jamais ser neutra, tanto pode estar a serviço da decisão, da transformação do mundo, da inserção crítica nele, quanto a serviço da imobilização, da permanência possível das estruturas injustas, da acomodação dos seres humanos á realidade tida como intocável. (FREIRE, 2000, 53-61).

A SEMEC lançava o desafio de “disputar” junto à comunidade a implementação de políticas públicas que pudessem instaurar na cidade o entendimento do duplo aspecto

educativo do lazer, como objeto (educação para o lazer) e como veículo (educação pelo lazer) (MARCELLINO, 1987).

No Caderno de Educação n.03 (2004), a Política de formação da CEAL apresenta como eixos: Interdisciplinaridade, Participação Popular e Diversidade Cultural que buscava ampliar a inclusão social, apontando para uma diretriz metodológica da pesquisa qualitativa assumida como pesquisa-ação⁵, mediante a construção do conhecimento via Tema Gerador. A realidade de cada comunidade, a história de vida de cada aluno, passavam a constituir aspectos importantes para a atitude investigativa e analítica dos educadores, que assim deveriam reorientar suas práticas e seus conteúdos referentes ao lazer, ao esporte e à arte como componentes da cultura humana e como direitos sociais.

1.3.1 Da Ação Comunitária ao Tema Gerador:

A CEAL, conforme registros em relatórios anuais e em livros publicados, iniciou suas políticas públicas de esporte, arte e lazer pautadas na formação de animadores sócio-culturais, baseadas na estratégia de “Ação Comunitária”, desenvolvida a partir da consultoria do Profº Dr. Nelson Carvalho Marcellino, ainda na primeira gestão (1997 a 2000). Essa estratégia de Ação Comunitária compreendia um processo de participação coletiva entre a comunidade atendida pela política de lazer e a Secretaria promotora das ações, que considerava “[...] *a necessidade do conhecimento da situação, ou seja, do conhecimento da realidade, de interesses e aspirações de determinada clientela, sua participação efetiva no planejamento, na organização e na avaliação das ações; e a integração com órgãos e instituições locais [...]*”. Garantindo-se assim um espaço de construção conjunta entre a comunidade e a equipe da CEAL, na elaboração das atividades de lazer a serem desenvolvidas na comunidade. Portanto, a “Ação Comunitária” é entendida, na sua efetivação prática, como:

⁵ Pesquisadores e sujeitos /realidade pesquisada estão envolvidos em conjunto com a intencionalidade crítica de detectar as problemáticas e as alternativas de superação das mesmas. Realizada em três etapas: Estudo da realidade, que se caracteriza por um estudo do contexto (junto com a comunidade); Organização do conhecimento, após a organização das falas significativas coletadas, são **elencados os Temas Geradores**, que ira balizar a organização do conteúdo a ser desenvolvido com a comunidade; e a Aplicação do conhecimento: que é a execução das ações /conteúdos do lazer a serem desenvolvidos para a superação dos temas geradores, revelados nas falas significativas da comunidade.

“[...] um trabalho sócio-educativo que consiste numa intervenção deliberada em determinada comunidade, através de atividades programadas em conjunto com pessoas e instituições locais, objetivando despertar e ampliar sua consciência para os problemas da comunidade sensibilizá-las para a mobilização e coordenação de lideranças e predispor-las para a ação que vise o encaminhamento de soluções daqueles problemas, ou a tentativa de realização de aspirações relacionadas com a comunidade como um todo” (REQUIXA, 1973 apud MARCELLINO, 1994.).

A ação era marcada inicialmente pela interação da comunidade com a equipe técnica denominada de processo de “Capacitação de Animadores Sócio-Culturais” cujos membros poderiam ser da comunidade, professores de educação física, arte-educadores, profissionais de turismo, pedagogos, assistentes sociais, etc, desde que estivessem interessados no desenvolvimento de programas de Lazer. Assim todas as etapas da ação de lazer eram discutidas em um curso de capacitação que trazia como metodologia um formato lúdico, desenvolvido por meio de técnicas de Dinâmica de Grupo adaptadas, como, por exemplo: “normas do grupo”, “regras de trânsito”, “dinâmica de papéis”, etc. O conteúdo curso de “capacitação” era centrado em três eixos interligados entre si e trabalhados simultaneamente: “Teoria do Lazer”, “Trabalho em Grupos” e “Ação Comunitária”.⁶

Observamos que o trabalho com a “Ação Comunitária” se configurou como a primeira etapa vivida pela CEAL, para efetivação de políticas públicas com caráter participativo no campo do lazer em Belém.

Na análise do relatório da gestão DEDES/ 1993-96, a política de lazer realizada pela Fumbel /DEDES apresentou os projetos executados na gestão anterior, como “Brinca Belém”, “Colônia de Férias”, “Projeto Verão”, ao “Governo do Povo”. Esses projetos revelaram uma metodologia de ação pautada no método tradicional e conservador de implementação de políticas públicas de lazer, a exemplo dos famosos “pacotes de lazer” levados à comunidade, sem estudo prévio da realidade, sem ouvir a comunidade e, muito menos, garantir-lhe a participação nas ações, na elaboração e na execução das atividades propostas.

⁶ Ver mais em MARCELLINO, N.C. 1994. *Capacitação de animadores sócio-culturais*. Campinas: UNICAMP, FEF, DEL; Brasília, D.F.: MED, SEED, PFDC, 48p.

Assim, a Ação Comunitária, como estratégia articulada com o tema gerador, revelou-se como uma etapa qualitativa nas políticas públicas de lazer coordenadas pela CEAL. Tal proposta pode ser verificada na proposta metodológica dos Projetos “Felizidade” e “Lazer: porque esta rua é minha”.

Na segunda gestão, a linha política da Prefeitura foi radicalizar a Participação Popular na tentativa de consolidar uma nova cultura de participação, na cidade. Na busca dessa consolidação, instituiu-se o Congresso da Cidade, planejamento socialmente construído, que vai dar a linha de ação a todos os setores da Prefeitura Municipal de Belém (PMB). A partir de então, a SEMEC / CEAL passou a aprimorar sua política de formação. Em decorrência dessa política de ação, o Projeto da Escola Cabana, juntamente com a nova estrutura curricular que implementou o ensino na perspectiva da pesquisa-ação via tema gerador, foi aprovado, após amplo debate envolvendo professores, alunos, comunidade e trabalhadores de educação em geral, durante a I Conferência Municipal de Educação, em 1999.

A CEAL, por sua vez, direcionou suas atividades sob essa perspectiva, segundo a qual educandos e educadores articulados à sua comunidade passaram a reorientar seu cotidiano sob a ótica dialógica e dialética dos pressupostos teóricos de Paulo Freire⁷. (Caderno de Educação nº 10 - Travessias Inclusivas de Saberes, 2004).

Diante disso, os projetos “Felizidade” e “Lazer: porque esta rua é minha” precisaram ser reorientados visando à radicalização no que tange à participação, a partir de uma efetiva alteração da realidade analisada. “Conseqüentemente, a ação comunitária foi qualificada como parte da etapa do projeto ‘Felizidade’, articulando *método participativo e investigativo da realidade* determinados indicadores de saída e de superação dos problemas levantados pela comunidade e pela equipe da CEAL. (CADERNO DE EDUCAÇÃO, nº03, 2004).

1.3.2 “Felizidade” e “Lazer: Porque Esta Rua é Minha”

Como apresentadas anteriormente, as ações de lazer da CEAL foram resultantes das diretrizes do Programa de Governo (que expressavam o acúmulo do programa político da

⁷ Segundo Mello, no artigo “*Escola de Direitos: reinvenção do currículo*”, publicado no Caderno de Educação, nº 10, 2004; o conhecimento para Paulo Freire, se processa com base na experiência vivida, valorizando o “saber da experiência feita” e as “*visões de mundo dos sujeitos que, em um diálogo de natureza epistemológico, é condição para se extrair as temáticas significativas para o trabalho pedagógico*” (ibidem, p.39)

“Frente Belém Popular”), da reflexão e da superação do que já havia de programação e de projetos da gestão anterior, desenvolvidos pela SEMEC (pólos esportivos – escolinhas de modalidades esportivas) e pela FUMBEL(DEDES). Assim a equipe da CEAL, de acordo com suas concepções de lazer, reorientou algumas ações e criou outras. Nesse contexto, surgiram os Projetos “Felizidade” e “Lazer: porque esta rua é minha- LPRM” conforme registros no caderno de Educação n.03 de 2004 “ [...]O projeto “*Brinca Belém*”(*gestado pela FUMBEL até 1996*) *ganhou nova metodologia de ação com a participação permanente de monitores,[...]foi inserida mais uma etapa no projeto: a de formação, que passou a ser chamado de FELIZCIDADE ”* (p.53-54), após essa etapa, foram realizadas oficinas com os diferentes conteúdos de lazer: esportivo, artístico, literário, para a comunidade.

Em 1999, as ações foram reestruturadas com o objetivo de potencializar os projetos, refletindo-se que o momento de formação da comunidade deveria ser potencializado, *aprofundando assim o debate sobre os aspectos do lazer e oportunizando a participação da comunidade para realizar, com autonomia, ações de caráter mais permanente em seus bairros*. Esta etapa permaneceu com o mesmo nome FELIZCIDADE. A outra etapa dessa separação, realizada em articulação com a comunidade, com produtores culturais dos bairros tinha como objetivo elaborar uma proposta de rua de lazer, a fim de materializar que era debatido no FELIZCIDADE. Assim, no mesmo ano de 1999, foi criado outro projeto chamado LAZER: PORQUE ESTA RUA É MINHA (LPRM) .(CADERNO DE EDUCAÇÃO, n°03, 2004).

O Projeto FELIZCIDADE se caracterizava como uma ação de formação da comunidade sobre o lazer, baseado no princípio da *ação comunitária* e acontecia, de acordo com o Planejamento anual da CEAL /2004, pelo menos duas vezes por semestre em cada Distrito Administrativo⁸, pois como etapa de formação para debater os aspectos referentes às práticas de lazer nos bairro, tinha a possibilidade de reunir em torno de 30 a 35 lideranças comunitárias de diferentes bairros. A reunião era realizada em um espaço público ou não (como salão de igrejas, auditórios de órgãos estaduais ou municipais, sala em escolas públicas, centro comunitários ou associação de moradores, etc), escolhido pela própria comunidade com duração de quatro noites, totalizando uma carga horária de 12 horas, pois era o horário mais viável para a comunidade participar, como se confirma em :

⁸ Organização administrativo – política que agrupava certo número de bairro por áreas de proximidade na cidade- Belém passou a ter 8 distritos administrativos: DAGUA, DABEN, DAENT, DASAC, DAICO, DAOUT, DAMOS e DABEL Cada distrito agrupa aproximadamente 6 a 9 bairros.

“[...] ação desenvolvida em co-gestão com as comunidades os Distritos de Belém, a fim de aprofundar o debate sobre o lazer e estimular a sua prática, garantindo o acesso e a participação de todas as faixas etárias e a vivência dos diversos conteúdos do lazer, seja ele artístico, social, esportivo, turístico, etc.” (PROJETO “Felizidade” - 2003).

O Projeto LAZER: PORQUE ESTA RUA É MINHA (LPRM) se caracterizava como uma ação de rua de lazer nos bairros da cidade, organizado para ser realizado pelo menos duas a três vezes por semestre, em cada distrito, pois deveria reunir (e isso nem sempre acontecia) uma representatividade de diferentes comunidades dos vários bairros que faziam parte daquele distrito. Era realizado sempre em um domingo (quando a comunidade apresentava alguma dificuldade, excepcionalmente era realizado no sábado), pois neste dia se configurava como um dia “livre” para a grande maioria dos moradores dos bairros de Belém. As atividades eram definidas juntamente com a comunidade e baseadas no princípio da *ação comunitária*, fato garantido a partir de um planejamento participativo realizado pela Equipe da CEAL junto às comunidades, articulando o FELIZCIDADE – que demandava em seu tempo de formação sobre o lazer, um determinado espaço para organização da rua de lazer-LPRM. (PROJETO “Lazer: porque esta rua é minha”, 2000).

Em 2000, já com a hora pedagógica – HP⁹, estruturada semanalmente pelas equipes da CEAL, as ações desses dois projetos passaram a ser reavaliadas, considerando as avaliações realizadas junto à comunidade. Conforme registro em documentos dessa Coordenadoria, a pesquisa “Entre o lazer que se discute e o lazer que se vive”, realizada a respeito dos projetos pela equipe técnica foi nortada pelas seguintes questões: *Como estão sendo visualizadas pelos atores sociais as propostas de lazer para Belém nesses dois projetos? Como está acontecendo, na prática, a autonomia da comunidade para viver o lazer?* (CADERNO DE EDUCAÇÃO, nº03, 2004, p. 67).

Nessa pesquisa, realizada pela equipe Técnica de Esporte e Lazer – ETEL, as categorias trabalhadas foram agrupadas em participação /inclusão, atendimento /funcionamento, espaços ofertados /possibilidades/ dificuldades, co-gestão /autogestão. A equipe concluiu que houve avanços nas ações realizadas com a comunidade, como se atesta:

⁹ Etapa de Formação continuada dos educadores da SEMEC, que se constitui em encontros quinzenais no próprio espaço educativo (de quatro horas diárias sem aluno – garantidos na CH dos educadores), realizados durante todo o ano, para estudos, reflexões e reorientações metodológicas das ações educativas desenvolvidas (a HP permanece até hoje na rede). A CEAL também garantia este momento de Formação continuada com suas equipes.

“[...] Por certo existe uma nova concepção de lazer pairando no ar da cidade; é possível notar um trabalho diferenciado nas muitas falas citadas neste texto[...] é possível ver a população participando mais, vivendo mais momentos de lazer,[...] Entenda-se este momento como o início de um longo processo de descoberta, [...] muito ainda temos que responder, discutir, orientar [...]” (CADERNO DE EDUCAÇÃO, n.03, 2004, p 67-68).

Observamos que a CEAL, no momento da pesquisa institucional, realizada pelos próprios membros da equipe gestora com participação dos educadores envolvidos nas ações, demarcou um momento importante de avaliação e de retomada de suas políticas de ação para a cidade.

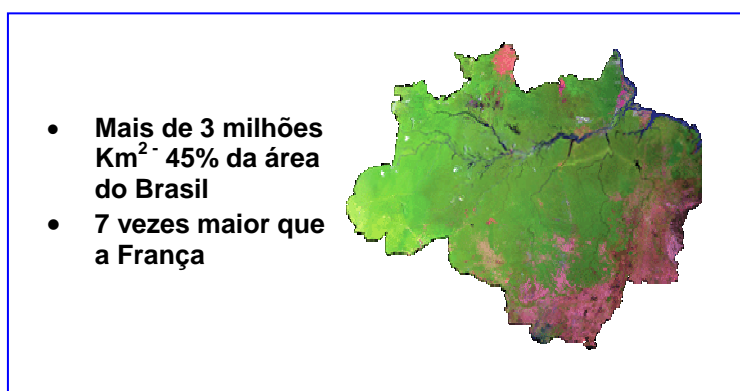
Verificou-se, então, que o debate acerca da realidade da comunidade do COMBAT, considerando sua trajetória de luta e sua organização como centro comunitário e da SEMEC/CEAL evidenciando sua história com a administração das políticas de lazer para cidade, seus projetos e sua forma de organização e de gestão, sugeriu superar as análises totalizantes de achar que as políticas de lazer são iguais em qualquer gestão, ou ainda que o lazer é somente “um conjunto de atividades que pode ser desenvolvido de qualquer forma” e em qualquer lugar. Enfim, a idéia é superar essas análises “totalizantes” e buscar revelar suas contradições e suas relações de poder “naturalizadas”.

Assim, após conhecermos o universo de nossa pesquisa e o referencial teórico-metodológico utilizados, partiremos para a próxima seção, abrindo um parêntese, para termos a oportunidade de conhecer e ampliar nossas informações sobre o contexto (espacial e social) e o cenário político do objeto de nossa pesquisa.

1.4 A CIDADE QUE ABRIGA OS SONHOS DA COMUNIDADE

A cidade é espaço onde vidas humanas se realizam, onde a felicidade é buscada, onde o sonho de uma sociedade feliz se expressa fortemente nas lutas do povo, nas lutas de classes; onde se expressam, também, com vigor as desigualdades sócio-espaciais e ambientais. A cidade deve ser apreendida em duas dimensões indissociáveis: como um espaço uno e como espaço dividido. É uno porque é uma totalidade. Fala-se, por exemplo, em uma única cidade do Rio de Janeiro, ou de Paris, ou da cidade de Belém. É Espaço dividido, porque se expressa tanto material quanto imaterialmente e porque física e socialmente é desigual. A dimensão material (física) da cidade, a que se pode ver e pegar (prédios, monumentos, avenidas, praças, florestas urbanas, etc.) denuncia a desigualdade (RODRIGUES, 2002 a, p 34).

Fig. 4 - MAPA DA REGIÃO AMAZÔNICA



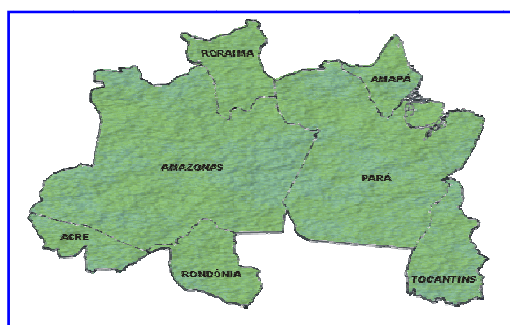
FONTE: Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGEP/ 2003

O Estado do Pará, localizado na região norte (Fig.4 e 5), revela a identidade da cultura amazônica, parte do cenário da Amazônia brasileira, região que expressa em suas características geo-culturais uma estreita relação com seus rios, relação materializada em uma

organização sócio-espacial das suas cidades, que é formada a partir dos rios que comportam 1/5 da água doce mundial.

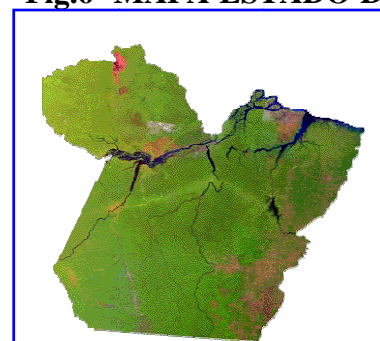
A Amazônia brasileira que há muitos anos vem sendo pensada e gerida por um modelo desenvolvimentista liberal, territorialmente é a maior região brasileira com 3.869.164,50 km², o que equivale a 45,27% do território brasileiro. Possui 36% da população, onde 3,81 milhões de pessoas encontram-se em estado de indigência. Apresenta suas contradições como uma região rica em diversidade natural e cultural e que historicamente vem liderando o cenário da criminoso exploração de recursos naturais, com uma devastação de cerca de 550 mil Km² de florestas destruídas no Século XX (6 vezes o território de Portugal). Como também liderando no Brasil, junto à região Nordeste a aquisição dos maiores índices de pobreza e de subdesenvolvimento. (SEGEP, 2003).

Fig. 5- MAPA REGIÃO NORTE PARÁ



Fonte:SEGEP, 2003.

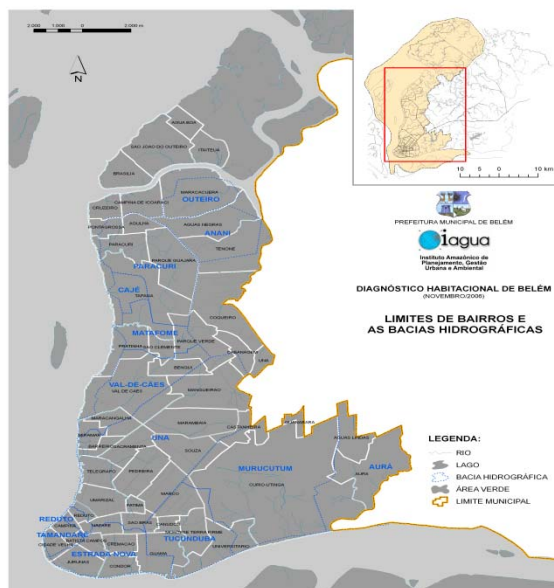
Fig.6- MAPA ESTADO DO



Fonte: SEGEP, 2003.

O Estado do Pará (Fig. 6) faz parte do conjunto de sete estados da região. Geograficamente é o segundo maior estado brasileiro com 1.253.154,5 km², sendo 14,66% de todo território brasileiro. Apresenta uma realidade socioeconômica característica de regiões em desenvolvimento, com dois milhões de pessoas em estado de indigência. Como resultado de um modelo de desenvolvimento verticalizado e desigual, caracteriza-se por apresentar 40% da população predominantemente urbana, 66 % da população total do estado ou 4,1 milhões de pessoas residindo nas cidades. (SEGEP, 2003).

Fig. 7 - MAPA DA CIDADE DE BELÉM



FONTE: Instituto Amazônico de Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental - IAGUA, 2008

Belém, neste cenário, apresenta suas contradições e seus desafios. A cidade possui 43 ilhas – 65,64% da área total (Fig 7), caracterizando sua parte continental cortada por furos e igarapés, compondo 14 bacias hidrográficas. O crescimento da cidade se deu a partir da orla fluvial, com ocupação de terrenos de cota baixa e das margens dos rios e dos igarapés, popularmente chamada de “baixadas”, gerando, na formação de áreas de ocupação, uma realidade sócio-econômica-cultural precária, sem infra-estrutura e sem moradia. (SEGEP, 2003).

Constituiu-se historicamente em uma das principais vias de entrada na região norte do Brasil, devido à sua privilegiada posição geográfica. É banhada pelos rios, situada às margens do Rio Guamá, próximo à foz do rio Amazonas. Por via terrestre, sua localização é no extremo Norte da malha rodoviária brasileira [BR 316 (Nordeste), BR 010 (Belém Brasília) e PA 150 (Alça Viária)]. Sua população em 2007 é estimada em 1.408. 847 hab. (IBGE, 2007). Em seus quase 400 anos de história, a cidade vivenciou o período áureo da borracha, no início do século XX, quando o município recebeu inúmeras famílias européias, o que veio a influenciar grandemente a arquitetura de suas edificações, ficando conhecida como Paris N'América. Hoje, apesar de ser cosmopolita e moderna em vários aspectos, Belém não perdeu o ar tradicional das fachadas dos casarões, das igrejas e das capelas do período colonial.(CAPELOSSI, 1992).

Belém, denominada de Metrópole da Amazônia, apresenta, como todo grande centro urbano, diferentes faces. Como escreveu Rodrigues (2002, a), no início do século XX, a cidade apresentava uma realidade, era uma cidade dividida: **sua área central** conta com grande concentração de equipamentos públicos e de serviços, com 90 % de área urbanizada; **sua área periférica** apresentava uma paisagem urbana com pouca presença do poder público, resultando na carência de serviços e de equipamentos e gravemente marcada pela ausência de saneamento básico. Era uma cidade dividida, refletindo um modelo de gestão que historicamente veio pautando a ação dos gestores públicos municipais que se orientavam pela lógica do modelo capitalista de produção que acentua a divisão de classes e, conseqüentemente, a exclusão social. Nesse sentido, ofertava serviços e equipamentos àqueles que, por sua condição de classe, já eram os privilegiados, deixando a grande maioria da população excluída do acesso a esses bens culturais. Essa mesma lógica era encontrada na área do lazer na cidade com os grandes equipamentos de lazer concentrados no centro da cidade, com uma política de animação pautada nas ações eventuais e em valores excludentes (RODRIGUES, 2002, a).

Belém, com seus quase 400 anos¹⁰ de fundação, veio convivendo com relações conflituosas no campo político e econômico, com elites econômicas que “bancavam” suas eleições para os executivos e legislativos municipais, e assim, garantiam a definição das aplicações dos recursos públicos na cidade, o que gerou uma realidade de exclusão, de injustiça social e econômica para maioria da população localizada nos bairros periféricos da cidade, constituindo um desenvolvimento urbano, segundo Matos (2001), “[...] *injusto em termos espaciais e sociais*”. (p.125).

Diante desse contexto, a cidade, nos anos de 1990, mais precisamente no ano de 1996, vinha de uma seqüência de governos no campo político liberal e conservador (reservando-se no poder partidos conservadores tradicionais como, PFL- hoje DEM, PSDB e PMDB), que há muitos anos não conseguiam minimamente dar retorno às demandas da maioria da população, localizada na linha da extrema pobreza, na periferia da cidade.

A década de 1990, em Belém, é marcada pelo acúmulo da organização da sociedade civil, resquícios das décadas de 70 e 80, principalmente, com a organização dos movimentos populares e com a organização de sindicatos de categorias como: trabalhadores da Educação- SINTEPP, da Saúde - SINDSEPA, etc. Nesse período é forte a presença do Movimento de Luta Pela Moradia (1975) que originou as duas mais representativas entidades do movimento

¹⁰ A cidade tem a sua data de fundação registrada em 12 de janeiro de 1616. Em 2008 completará 392 anos.

popular da cidade, a Comissão de Bairros de Belém (CBB, 1979) formada por centros comunitários e por associações de moradores de vários bairros da cidade; e a Federação Metropolitana de Centros Comunitários e Associações de Moradores (FEMECAM, 1985). Esta última criada por lideranças dissidentes da CBB, e de outras entidades. Com esse movimento e com a organização da Sociedade Civil em torno de diferentes interesses, como as ampliações e as qualificações de suas ações, na década de 1990, consolidou-se à vitória da coligação de esquerda ‘Frente Belém Popular’¹¹ nas eleições para prefeito da cidade em finais de 1996[...]” (RODRIGUES, 2004 b, p.51).¹²

Conforme Rodrigues (2004b) e Ferreira (2004), no final da década de 70, o governo do Estado do Pará estava sob o comando do então Coronel Alacid Nunes, gestão considerada como uma das mais repressoras e violentas frente as manifestações populares. Logo, os movimentos sociais se organizaram em torno da luta pela moradia, provocada pela carência de infra-estrutura urbana. A questão histórica das baixadas em Belém foi uma das bandeiras que unificou a luta dos movimentos sociais na cidade, como centro comunitários, associações de moradores e sindicatos. A emancipação do Movimento de Luta pela Moradia em Belém, por volta de 1975, se fortalecia no encaminhamento nacional dos movimentos sociais que articulavam pessoas insatisfeitas com a forma de governo dos militares que estavam no poder.

Nas décadas de 70 e 80, os movimentos populares urbanos em Belém, apresentaram uma força na sua organização, com a criação da CBB, da FEMECAM, bem como da articulação de outras entidades importantes junto aos movimentos sociais na luta pela moradia e pela melhoria das condições de infra-estrutura, contando com as Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s, ligadas à igreja católica, com a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – FASE, com a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos – SPDDH, com o Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade – MMCC, entre outros. Essas entidades participaram do I Fórum Nacional de Reforma Urbana em 1988, movimento nacional de força diante das insatisfações sociais e políticas da época, que acelerou o processo de Assembléia Constituinte no Brasil. Esse processo garantiu no texto legal da Constituição da República a autonomia financeira para os estados e os municípios com a

¹¹ A Frente foi formada por cinco partidos situados no campo da esquerda, para concorrer à Prefeitura de Belém: PT, PSB, PC do B, PCB, PPS e PSTU.

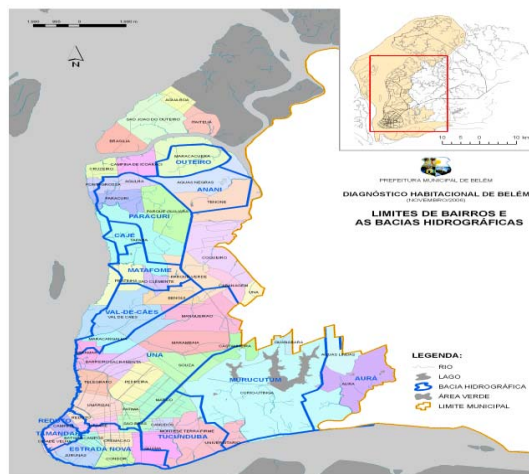
¹² Hoje, Belém é governada por uma coalizão de direita (PMDB, PSDB, DEM como base de apoio), tendo o PTB como partido que elegeu o atual Prefeito Duciomar Costa, cuja gestão iniciou em 2005. Diante desse cenário político, nosso universo de pesquisa se encontra em dois territórios sociais e espaciais distintos: de um lado os sujeitos da CEAL (equipe gestora) e de outro os sujeitos do COMBAT (comunidade).

aprovação da política tributária e da indicação de mecanismos democráticos que deram aos municípios a possibilidade de elaborarem suas Leis Orgânicas.

Esse contexto nacional somado a um processo irreversível de luta organizada pelos movimentos populares em Belém, culminou, decisivamente, na votação de uma Assembléia Constituinte Municipal em 1989, para a elaboração da Lei Orgânica do Município de Belém, que ficou caracterizada como “soma de novas conquistas”. Em 1992, esse processo de mobilização culminou com a criação do Fórum Metropolitano de Reforma Urbana, que tinha como objetivo maior a votação do Plano Diretor Urbano de Belém. Durante o período de 2001 a 2004, esse Fórum atuou no debate da efetivação de muitas demandas do Plano Diretor Urbano da Cidade, articulado como etapa do Congresso da Cidade (RODRIGUES, 2004 b e FERREIRA, 2004).

Diante desse quadro de luta e de organização do movimento popular, o COMBAT se organizava e se vinculava à Comissão de Bairro de Belém- CBB, fazendo parte das frentes de luta pela melhoria de sua infra-estrutura no bairro.

Fig 8 - Mapa da Cidade: Divisão por Bairros



FONTE: IAGUA, 2008

Belém está dividida em 72 bairros (Fig. 8), que compõem a paisagem urbana da cidade e desenham suas “diferentes faces”. Na organização geopolítica da cidade, o bairro Castanheira, onde se localiza o COMBAT, está situado longe das referências dos centros econômicos e culturais da cidade. Localiza-se em uma área periférica, na entrada da cidade,

que fica próximo a região do “entroncamento”, denominação dada ao encontro das grandes vias de acesso de Belém, a rodovia BR 316, a Av. Almirante Barroso e a Av. Augusto Montenegro. O encontro dessas vias deu origem ao nome da Administração Regional da Área¹³: Distrito Administrativo do Entroncamento – DAENT, espaço territorial que é demarcado pelas fronteiras com outros municípios que integram a Região Metropolitana de Belém.

Por se tratar de um bairro que apresenta as características de um bairro de periferia, com uma população de moradores formada pela classe trabalhadora, apresenta poucos equipamentos e poucos serviços públicos, tendo somente duas escolas públicas, nenhuma unidade de saúde. Não há praças públicas, e o transporte urbano trafega somente nas ruas locais que dão acesso à via principal e nas ruas próximas ao shopping, localizado na pista de acesso e de saída da cidade – BR 316, justificando, assim, o crescimento de transportes “alternativos”, como Kombi e Vans. Além disso, o bairro apresenta somente 50% de sua área saneada. Diante desse contexto “de periferia”, contraditoriamente, está localizado o segundo maior shopping center da cidade – Castanheira .(Fig. 9).(CODEM, 2004).

Fig 09 - FOTOS DO SHOPPING CASTANHEIRA



Fonte: registro de campo da pesquisa - 2007

A Secretaria Municipal de Educação localiza-se em “Nazaré”, bairro central da cidade. Durante o período de 1997 a 2004, estava funcionalmente organizada em quatro grandes Coordenadorias: Coordenadoria de Planejamento – COPLAN; Departamento de

¹³ Administrações Regionais são unidades políticas – administrativas do poder municipal que têm como referência o agrupamento de bairros por área de aproximação territorial.

Administração – DEAD, Coordenadoria de Educação – COED e Coordenadoria de Esporte, Arte e Lazer – CEAL¹⁴.

Na CEAL, a Equipe Técnica de Esporte Lazer era responsável por projetos e por ações de lazer para a cidade. Era composta, conforme documentos consultados, por um Coordenador de Equipe (Profº de Educação Física), sete técnicos (entre professores de educação física e arte educadores), três professores de Educação Física da rede municipal de ensino, que exerciam suas funções voltadas à execução de projetos de lazer, além de dez monitores (entre acadêmicos do curso de educação física, e agentes comunitários de lazer).¹⁵

Após a reflexão sobre o universo investigado e o referencial teórico-metodológico adotado, podemos ter uma visão ampla sobre o contexto de cada sujeito desta pesquisa, esboçada no capítulo seguinte.

¹⁴ A CEAL era composta por três equipes técnicas, a saber: Equipe Técnica de Esporte Educacional, Equipe Técnica de Arte Educação, Equipe Técnica de Esporte e Lazer Comunitário e Equipe Técnica de Produção de Eventos e Apoio ao Esporte.(CADERNO DA ESCOLA CABANA, nº 01, 1999). Em 1999, as Equipes da CEAL – de Esporte e Lazer Comunitários e de Produção e Eventos e Apoio ao Esporte, são reorganizadas, a partir de uma avaliação interna, em função da natureza das ações e competências técnicas administrativas destas equipes, passando a formar somente uma equipe – a E.T. de Esporte e Lazer. Ficando a CEAL, a partir de 1999 com três equipes a saber: E.T. Arte Educação, E.T. Esporte Educacional e E.T. Esporte e Lazer (tal estrutura permanecendo até hoje-2007).

¹⁵ A CEAL foi criada na gestão do Prefeito Edmilson Rodrigues, no ano de 1998, passando as ações de Esporte, Arte e Lazer a ficarem sob responsabilidade da Coordenadoria, que até o ano de 1997, eram geridas pela Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL), através de seu Departamento de Desporto e Lazer – DEDES. Segundo SANTOS (2002), a SEMEC até 1997, funcionava com o Departamento de Educação Física e Desportos, responsável por algumas ações de esporte e lazer na Secretaria (estrutura comum em várias Secretarias de Educação no País, neste período). Com a nova concepção de lazer, educação e de currículo apresentada pela nova gestão, o Departamento de Educação Física, foi extinto.“Em 1997, com a extinção do Departamento de Educação Física e Desportos e a criação da Coordenadoria de Esporte, Arte e Lazer, as políticas públicas de esporte, arte e lazer para cidade, passaram a ser atribuições deste setor na SEMEC.” (Ibidem, p.25).

ABORDAGENS EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Fig 10- AÇÕES DE LAZER DO COMBAT



FONTE: COMBAT – 2003

II – ABORDAGEM EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste capítulo, apresentaremos algumas abordagens em políticas públicas, tendo como referência o trato da Educação como política pública, nos moldes de Azevedo (2004), haja vista a trajetória do esporte como política pública no Brasil, observando os estudos desenvolvidos por Linhales (2002), que discute as diferentes abordagens entre a relação esporte-Estado por meio do modelo teórico de Alber¹⁶ para análises de políticas sociais.

Para tanto, analisaremos o cenário da trajetória dessas políticas de Estado e as determinações sofridas em decorrência da mundialização do capital e de seu projeto neoliberal no Brasil.

2.1 O percurso do neoliberalismo no Brasil

As últimas décadas do século XX e o início do século XXI vêm marcados por profundas mudanças no campo econômico, sociocultural, ético-político, ideológico e teórico [...] analisamos que essas mudanças se explicitam por uma tríplice crise: do sistema capital, ético-político e teórico. (FRIGOTTO & CIAVATTA, 2003).

No novo século, a crise e as reorientações do sistema capitalista estão cada vez mais profundas, considerando sua internacionalização acelerada, impulsionada a partir da segunda guerra mundial, com maior integração entre os processos econômicos, determinando a criação de diversos organismos internacionais, como Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Mundial – BIRD, Organização das Nações Unidas – ONU, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, com a intenção de negociar os interesses das diferentes nações em instâncias mais amplas.

A partir da instauração desses organismos internacionais, o poder regulatório macroeconômico do capital internacional ganha força e fortalece estratégias para superação de sua crise. Com o processo da globalização, o poder econômico e político ganharam ampliação

¹⁶ LINHALES (2002) apresenta como referência bibliográfica sobre o modelo teórico de Alber, o artigo de CASTRO, M.H.G. *Estado e políticas sociais: principais abordagens teóricas*. Belo Horizonte, Instituto de Recursos Humanos João pinheiro (IRHJP)/Fundo de Assistência aos estudos (FAE)/MEC, 13 p.(mimeo).

hegemônica que gerou interferências e determinações no campo político, econômico e cultural das instâncias de poder dos “Estados Nacionais”. A lógica do mercado e do poder econômico saiu fortalecida, e o Estado (poder público estatal) ficou em uma posição, em grande parte das áreas e aspectos de responsabilidade estatal, inteiramente subordinado ao capital privado.

Diante deste contexto, após a 2ª Guerra Mundial, intelectuais representantes do campo liberal, cujo vigor teórico partiu principalmente de Hayek (1983) e de outros economistas ligados à escola de Chicago, como Friedman (1984)¹⁷, contribuíram com a fundamentação da doutrina político-econômica do novo liberalismo. Nasce então o neoliberalismo, apresentando críticas ao *Estado de Bem-Estar* e ao Socialismo, e com novas teses para a superação da crise do Capital, crise profunda, que Frigotto (2003) aponta como dada a partir da materialidade das relações sociais, e que portanto é a crise da forma capital. Esta, caracterizada após a fase de expansão “idade de ouro”, que garantiu ganhos reais a uma parcela da classe trabalhadora dos países membros do núcleo orgânico do capitalismo, e que fez com que a crise abatesse o sistema capitalista que têm baixas em suas taxas históricas de lucro e de exploração. O sistema diante da crise busca um novo impulso para aumentar sua acumulação e encontra no capital financeiro uma estratégia de especulação, no caso, a saída economicamente mais rápida da crise.

O neoliberalismo surge como alternativa aos novos ordenamentos mundiais do capital. Como uma reação teórica e política ao estado intervencionista e de bem-estar, a linha de argumentação de seus teóricos e seguidores para suplantarem o *Estado de Bem-Estar* é que este, com o novo igualitarismo destruíra a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência.

[...] após a Segunda Guerra Mundial, lida pelos intelectuais orgânicos do sistema capital como responsáveis por um desvio dos mecanismos naturais do mercado e, portanto, pela crise. Trata-se, então, de retomar os mecanismos de mercado aceitando e tendo como base a tese de Hayek (1987) de que as políticas sociais conduzem à escravidão e a liberdade do mercado à prosperidade. O documento produzido pelos representantes dos países do capitalismo central, conhecido como Consenso de Washington, balizou a doutrina do neoliberalismo ou neoconservadorismo que viria a orientar as reformas sociais nos anos de 1990. É neste cenário que emerge

¹⁷ Ver mais em HAYEK, F. Os Fundamentos da Liberdade. Brasília, Editora da UNB, 1983. e FRIEDMAN, M. Capitalismo e Liberdade. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

a noção de globalização carregada, ideologicamente, por um sentido positivo.(FRIGOTTO & CIAVATTA.2003,p.95) .

Assim, as idéias neoliberais irão se fortalecer diante da crise capitalista da década de 70, gerada por baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação. Para eles, a saída era conceber um Estado forte que conseguisse suplantar o poder dos sindicatos, que eram entendidos como raízes da crise, pois estavam corroendo as bases de acumulação capitalista, ao mesmo tempo, mínimo em relação aos gastos sociais e às intervenções econômicas. (ARAÚJO, 2007, p.25).

O poder público, com esta nova esfera de poder constituída de múltiplos pólos, é esvaziado, e se antes o Estado era o local onde as decisões eram tomadas, hoje as grandes decisões (principalmente econômicas e financeiras) são tomadas fora de suas estruturas formais. Portanto, diante das contradições que o próprio sistema apresenta, o Estado hegemonizado pela lógica do capital, também passa a operar com alternativas políticas para superar as suas mazelas, criando, assim, “mecanismos de participação” (ex. Conselhos Gestores locais que discutem somente o que já foi determinado como recursos financeiros para execução, bem como o modelo previamente apresentado da execução), passando a assegurar e minimizar com políticas compensatórias e focalizadas a crescente exclusão da maioria da população do acesso aos serviços públicos básicos.

Diante desse contexto, temos o desafio de compreender como hoje podemos superar este cenário de redução da importância do poder do Estado:

No plano político-social a regressão neoliberal ou neoconservadora consiste nos processos de recomposição da crise do capital, suas contradições mediante a exclusão econômico-social a sacrifício da maioria. O ideário básico defende a idéia da volta do Estado mínimo que é, como nos indica F. Oliveira (1998), reduzir o fundo público como pressuposto apenas do capital. Pressupõe, ainda, este ideário o zeramento de conquistas sociais, de ganhos de produtividade e direitos sociais. Postula-se a volta às leis puras de mercado como as únicas democráticas e justas na definição do conjunto de relações sociais. (FRIGOTTO, 2002, p.103).

Convém atentar, nesse contexto, para a disseminação da idéia pelo senso comum de que o Estado- mínimo passe a ser um Estado fraco, sem poder político, o que é um equívoco interessante para o capital, pois no que se refere à estratégia de acumulação do capital, este

Estado – mínimo é mais forte do que nunca, pois passa a assumir o papel de legitimador e de gerenciador, em esfera local-nacional, das exigências do capital mundial.

Para Milton Santos (2005), em seu trabalho “Por outra globalização”, o discurso que ouvimos todos os dias de que deve haver “menos” Estado, implica entender que essa ideologia dominante revela um Estado flexível aos seus interesses,

De tal forma, o Estado acaba por ter menos recursos para tudo o que é social, sobretudo no caso das privatizações caricatas, como no caso brasileiro, que financia as empresas estrangeiras candidatas à compra do capital social nacional. Não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quando ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante (Ibidem, p.66)

Assim, vários mecanismos são operados nessas políticas de forma globalizada em vários países. Para garantir a implementação, em âmbito internacional, das políticas neoliberais especialmente em países chamados periféricos é delegado aos organismos internacionais de desenvolvimento, como BIRD, FMI, PNUD, a elaboração e a coordenação de diretrizes gerais para a implementação das Reformas de Estado.

Em nível regional, vários organismos são criados como uma espécie de ramificações ou base de apoio para os organismos internacionais. Em termos de América Latina, podemos destacar, no plano econômico, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e, no plano educacional, [...] a Oficina Regional para a Educação na América Latina e no Caribe (OREALC). Num plano mais geral situa-se o Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA), cujo escopo se situa dentro da doutrina da Organização Mundial do Comércio. (FRIGOTTO & CIAVATTA, 2003, p.96)

No contexto do aprofundamento das políticas neoliberais na década de 1990, são destacados quatro objetivos centrais¹⁸ apresentados nas orientações internacionais que

¹⁸ Objetivos destacados nos documentos oficiais, como “Country Assistance Strategy- CAS, Documento do Banco Mundial de Estratégia da Assistência ao País e do “Country Paper” Documento de País, do Banco

balizam as Reformas de Estado: a) melhoria da eficácia da atividade administrativa; b) melhoria da qualidade na prestação dos serviços públicos; c) diminuição das despesas públicas; d) aumento da produtividade na Administração do Estado. Objetivos articulados em um único “pacote” de modernização do Estado de países periféricos, reforçado com a estratégia de qualificar os sistemas de gestão, garantindo uma maior flexibilização e autonomia da Administração pública, submetendo-se a lógica do mercado globalizado.

Para Mészáros (2002), o sistema capitalista, no limiar do Século XXI, frente a todos as suas contradições insolúveis apresenta o fim da sua capacidade civilizatória, chegando ao estado da barbárie instituída. Para garantir o avanço no aumento dos lucros, o capital vem mantendo taxas históricas de exploração da classe trabalhadora, com retirada (com marco legal e político- em um sincronizado movimento global) de direitos conquistados durante a fase do Estado de Bem-Estar Social.

No Brasil, o projeto neoliberal não encontrou grandes dificuldades no campo das reformas do Estado, pois aquilo que se configurava como Estado de bem-estar em parte da Europa, não era a mesma realidade em nosso país. O Brasil apresentava (e ainda apresenta) uma grande ausência de cobertura de políticas públicas sociais, pautado em um modelo de Estado e de política assistencialista e clientelista, que só faziam reproduzir as desigualdades históricas da sociedade brasileira.

Assim, não é possível comparar a realidade do Brasil com o processo de implementação dessas políticas na Inglaterra, Alemanha ou França, pois no aspecto do conteúdo e da amplitude das políticas sociais – que seriam indícios da existência de um “Estado do Bem Estar” – não é a realidade do nosso país. Percebe-se que o projeto neoliberal brasileiro teve suas etapas de implementação diferenciado dos países da Europa, porém sua lógica e seus fundamentos baseavam-se nos mesmos ideais neoliberais.

A lógica da organização do Estado brasileiro teria obedecido a uma lógica que se encontraria distante da concepção liberal tradicional de Estado de Direito. A trajetória histórica do Estado brasileiro tem se configurado por meio de estratégias distintas, em que encontramos um modelo patrimonialista no qual o capitalismo é politicamente orientado pelo Estado e apresenta uma concepção perspicaz da ação dos agentes da administração pública, que se colocam como provedores de oportunidades de ascensão e de prestígio político. Araújo

Interamericano de Desenvolvimento, analisados por SOUZA(2002,p.90)como os principais documentos de estratégia de políticas e de financiamento das duas maiores instituições financeiras multilaterais para o Brasil (BIRD E BID).

(2007) apresenta as características que marcaram o Estado brasileiro a partir do entendimento de Draibe (1990), que são: a) extrema centralização política e financeira no nível federal de governo; b) acentuada fragmentação institucional; c) exclusão da participação social e política; d) princípio do autofinanciamento do investimento social; e) princípio da privatização; e) uso do clientelismo da máquina social.

O investimento dos governos liberais na Reforma do Estado brasileiro foi e tem sido justificado como uma saída para as crises de ordem econômica, exigida pela democratização do Estado e reivindicada por setores da sociedade brasileira e pela representação dos organismos internacionais. Estes apoiados na dinâmica mundial que imprimia mudanças globalizadas no cenário político e econômico internacional, pautadas nos princípios neoliberais.

Com o avanço da estratégia neoliberal, abrem-se os caminhos para a privatização das políticas públicas. Com isso, são apresentados novos canais de relação entre Estado e sociedade civil, com propostas de “*democratização da gestão*” e de “*participação*”, reforçados com a estratégia de qualificar os sistemas de gestão, implementando no funcionamento do aparelho estatal a lógica das gestões dos setores privados. Segundo Ladislau Dowbor (1998), neste novo cenário das relações entre Estado e sociedade civil regulados pelo mercado, o caminho seria “[...] *mais Estado, para se contrapor ao poder político do setor privado* [...]”. E explica que não é simplesmente querer menos ou mais Estado, ou um setor privado que funcione, sugere que, enquanto não se efetivar o fim da profunda divisão de classes que permitira evoluirmos para o fim do Estado, é preciso garantir que tanto um como o outro, sejam submetidos ao controle da comunidade organizada, “[...] o que mudará algo substantivamente, será o resgate da capacidade política do cidadão. O eixo do problema não está na relação privado /estatal, e sim no problema poder /sociedade civil, poder incluindo aqui o poder privado das grandes empresas.” (Ibidem, p.356).

É importante destacar, segundo Azevedo (2004), que esses novos padrões societários resultantes do movimento de globalização, refletidos nas relações entre Estado e Sociedade Civil, não se constituem de forma deslocada ou independente das características históricas e estruturais dos países onde se implantam, pois essas novas configurações sociais não surgem do abstrato, uma vez que são produtos de relações humanas, e como tal, são historicamente construídos.

[...]. Eles permitem afirmar que nenhuma orientação que vem de fora é transplantada mecanicamente para qualquer sociedade. Ao contrário, as diretrizes que desnacionalizam o Estado-nação em função da acumulação do capital são sujeitas a processos de recontextualização impingidos pelas características históricas da sociedade a que se destinam. (AZEVEDO, 2004, p. XV).

Sendo assim, os padrões produzidos na dinâmica da globalização neoliberal passam a ser ressignificados localmente, ganhando mais “identidade” e receptividade pela sociedade local, no caso a brasileira, sem perder as referências advindas das deliberações em escala mundial, como podemos perceber no exemplo da implantação das reformas nas políticas educacionais no país.

No Brasil, em 1989, inicia-se o delineamento de implementação do projeto neoliberal, com a eleição do então presidente Fernando Collor de Melo. Após divulgação de escândalos de corrupção, sua inabilidade e sua falta de competência política geraram insatisfações em vários setores da elite brasileira que lhe negaram apoio, ocasionando paralelamente forte mobilização popular que tornou possível sua retirada da presidência. Com sua destituição, o vice-presidente Itamar Franco assumiu o comando do país. Em seu governo, é iniciada a proposta do Plano Real, liderada pelo ministro da economia Fernando Henrique Cardoso – FHC. Essa política econômica revela a intencionalidade do Governo Federal em implementar políticas neoliberais no país.

Com a eleição do novo presidente Fernando Henrique Cardoso (1995), as reformas neoliberais são aprofundadas. Segundo Coutinho (2000), FHC anunciou sua meta de “[...] reiterar a ação econômica estatal voltada para a defesa dos interesses da acumulação capitalista privada, e também, em tentar remover significativos direitos sociais, garantidos, sobretudo pelas lutas populares cristalizadas na Constituição de 1988.” (Ibidem, p.122)

Para o autor, as “reformas” no governo FHC que falavam da modernização do aparelho estatal, e que iriam colocar o Brasil no bloco dos países desenvolvidos, na verdade incluía um plano de privatizações de setores estratégicos do poder estatal, como o de telecomunicações, de mineração a exemplo a do Vale do Rio Doce. Dessa forma, esse modelo de “reforma” não objetivava a transformação do Estado em um espaço público com democracia e controle popular, muito pelo contrário, objetivava cada vez mais, submetê-lo à lógica do mercado.

[...] Trata-se na verdade, de uma “contra-reforma”, que tem dois objetivos prioritários: por um lado, em nome da “modernização”, anular as poucas conquistas do povo brasileiro no terreno dos direitos sociais; e, por outro, em nome da “privatização”, desmontar os instrumentos de que ainda dispúnhamos para poder nos afirmar como nação soberana em face da nova fase do imperialismo, a da “mundialização do capital”. (COUTINHO, 2000, p.123).

Assim, o Estado é definido como uma instância burocrática que gerencia serviços públicos a uma população que passa a ser compreendida como cliente e reproduz os valores de um sistema econômico e elitista globalizado que opera para manter e dirigir mudanças e modernidades, deflagrando a descentralização. O Estado passa, então, pela necessidade de controlar, de acompanhar essa descentralização, e que por assumir essa lógica neoliberal, passa de um Estado Social para um Estado Avaliador.

[...] O ajuste ou “concertación” traduz-se por três estratégias articuladas e complementares: desregulamentação, descentralização e autonomia e privatização. A desregulamentação significa sustar todas as leis: normas, regulamentos, direitos adquiridos (confundidos mormente com privilégios) para não inibir as leis de tipo natural do mercado. No caso brasileiro, para a reforma constitucional, a reforma da previdência e a reforma do Estado, o fulcro básico é de suprimir leis, definir bases de um Estado mínimo, funcional ao mercado. A descentralização e a autonomia constituem um mecanismo de transferir aos agentes econômicos, sociais e educacionais a responsabilidade de disputar no mercado a venda de seus produtos ou serviços. Por fim, a privatização fecha o circuito do ajuste. O máximo de mercado e o mínimo de Estado. (FRIGOTTO & CIAVATTA, 2003)

Diante desse cenário político, os vários movimentos sociais apresentavam resistência configurada na luta pela garantia e pela manutenção de seus direitos. Esses movimentos mobilizavam servidores públicos, como os da educação, os funcionários públicos federais, os trabalhadores rurais, os da saúde, etc. O fortalecimento dessa mobilização culminou com a eleição de Luís Inácio da Lula da Silva – Lula, candidato do Partido dos Trabalhadores, em 2002. Ele representava a esperança da classe trabalhadora, gerando uma grande expectativa de recuperação de direitos perdidos, de fortalecimento dos já conquistados, de reestatização de grandes empresas, etc. Porém, antes mesmo de sua vitória, o candidato Lula já apresentava

por meio do documento “Carta ao povo brasileiro”, a intenção de dialogar com os organismos internacionais e com os grandes empresários brasileiros, anunciando a disposição de manutenção e de continuidade das políticas macroeconômicas do projeto neoliberal do país. (ARAÚJO, 2007; ANTUNES, 2005)

No transcorrer da gestão de Luís Inácio da Silva, agora em seu segundo mandato, uma parte do movimento social organizado percebe que tais mudanças não estão sendo encaminhadas, pois, segundo Araújo (2007), no Governo Lula tem-se a continuidade da política do governo que o antecedeu, com a ampliação das reformas pautadas em teses liberais do monetarismo e do ajuste fiscal. Nesse cenário são confirmadas as preocupações de que Lula “[...] *corria o risco de fazer igual aos governos de esquerda e centro - esquerda que, na década de 90, acabaram completando as reformas de direita em vários países (Inglaterra, Alemanha, França, Espanha, Portugal, Chile, Peru)*” (p.65)

O projeto neoliberal do governo em pauta procura ampliar sua área de influência e seu controle sobre o Estado, no Brasil e no mundo. Porém, ressaltamos que a implementação dessas políticas não acontece de forma totalmente consensual, pois existem movimentos de resistência. Concordando com Coutinho (2000), a existência hoje de um “processo democrático”, ou os parcos avanços sociais resultantes dos direitos conquistados, são consequência da luta e da resistência histórica da classe trabalhadora, e não tão somente das concessões do capital. Direitos conquistados que devem ser traduzidos pelas políticas públicas implementadas pelo Estado.

Uma política pública, portanto, tem objetivos e metas a alcançar, conforme as determinações e as diretrizes do poder estatal e sua política econômica básica. Assim, a opção de políticas públicas, seja ela no campo liberal, seja, no marxista, vai refletir o sistema político-econômico que determina as ações a serem implementadas.

Diante das informações apresentadas do contexto histórico-político no Brasil e no mundo, podemos seguir agora para o debate acerca das reflexões e das perspectivas das políticas públicas, tendo como referencial teórico para análise dessas políticas, abordagens teórico-metodológicas baseadas nos estudos de Azevedo (2004) e Linhales (2001).

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS: ALGUMAS REFLEXÕES

Durante as décadas de 1970 e 1980, observam-se mudanças nas formas de organização sociopolítica que marcaram o século XX .O papel do Estado ganha espaço estratégico para

implementação das mudanças deflagradas pelo capital internacional, diante da tentativa de dissimulação das crises sociais, ambientais, econômicas, como também frente às mudanças no mundo do trabalho, com o advento da tecnologia, somado a globalização do mercado. Acrescentando-se a isso, a crise do socialismo real.

No Brasil, diante do contexto da mundialização do capital, a década de 1980 é marcada, de um lado pela retomada da abertura política, que apresenta um processo de democratização no país lutando pelo fim da ditadura e do regime militar; e do outro lado pelas forças políticas conservadoras, lutando pela manutenção do poder que entre outras ações vão acelerando a privatização dos espaços públicos. Paralelamente registra-se a crescente mobilização dos movimentos organizados da classe trabalhadora, que tencionavam o alargamento formal das políticas sociais, gerando para esses setores conquistas históricas em diferentes áreas no país. Nesse cenário, os estudos sobre as políticas públicas passam a ganhar centralidade no Brasil, principalmente os daquelas voltadas para os setores sociais. (AZEVEDO, 2004).

Na perspectiva de levantar os referenciais teóricos para análise das políticas públicas, pontuamos algumas abordagens teórico-metodológicas existentes sobre o assunto, porém buscamos aproximações com as experiências teóricas nas áreas de concentração de nossa pesquisa como o estudo de Azevedo (2004) “A Educação como política pública”, e o trabalho de Linhares (2001) com a sua pesquisa “Jogos da Política, Jogos do esporte: subsídios à reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo”¹⁹.

Azevedo (2004), partindo da construção da educação como política pública, apresenta uma análise em seu estudo, percorrendo um caminho “*constituído por um resgate histórico-teórico de abordagens próprias aos estudos das políticas públicas*”, que em nossa análise são agrupadas em dois grandes campos teóricos: *liberais e marxistas*, recebendo os liberais, segundo a autora um agrupamento de acordo com seus campos políticos e teóricos de *pluralistas*, *social-democratas*. Para efeito de um entendimento sucinto, das diferentes abordagens em estudos em políticas públicas, em linhas gerais, trabalharemos com as teorias de referência para dois grandes campos históricos políticos e teóricos, como: a **Teoria Liberal Moderna de Cidadania**, tendo também, uma outra abordagem que é um desdobramento no campo político do paradigma clássico liberal e que é uma forte presença

¹⁹ Lembramos que na área do lazer, evidenciamos uma escassez de literatura científica que pudesse apresentar dados e elementos para análises sobre as abordagens teórico-metodológicas das políticas públicas, tendo o lazer como uma política setorial para a análise. A grande maioria de literatura encontrada sobre políticas de lazer vem analisando as experiências de gestões no campo da formação de quadros, da gestão, dos projetos de lazer, dos espaços e equipamentos, etc.

nos dias atuais- como vimos no capítulo anterior- que é a **Abordagem Neoliberal**; e também trabalharemos com a **Abordagem Marxista**.

Desenvolvemos nossas análises com base nos estudos de Linhales (2001), que discute as diferentes abordagens entre a relação esporte-Estado, fundamentando-se no modelo teórico de Alber²⁰ para análise de políticas sociais, e que apresenta as abordagens pluralistas e as marxistas, ambas subdivididas em funcionalistas e conflitualistas.

Em Azevedo (2004), são abordados os paradigmas clássicos nas políticas sociais, no entanto a autora faz uma ressalva ao que ela denomina de “caráter problemático” em relação aos estudos que se situam, teoricamente, em espaços de interseção entre os paradigmas clássicos, principalmente aqueles que se alicerçam no lócus da bipolaridade liberalismo/marxismo. A autora porém esclarece que são estes “espaços de interseção” na atualidade, em que pese as fragilidades teóricas do mesmo, que buscam o rompimento com a rigidez de paradigmas cristalizados, configurando-se como espaços que levantam aspectos interessantes para as análises e os estudos sobre as políticas públicas.

Para Azevedo (2004), são estas as abordagens :

A abordagem neoliberal, pautada nas raízes neoliberais e que se encontram nas teorias de Estado, elaborada a partir do século XVII, revelando o ideário do liberalismo clássico. Os fundamentos da liberdade e do individualismo são utilizados para defender o papel do mercado como regulador e distribuidor da riqueza e renda. Ela vigorou durante o Século XIX e foi se debilitando diante do cenário das crises de 1870, da revolução de 1917 e das duas grandes guerras. Porém esta abordagem teórica e política de ordenação do capital não saiu de cena, revigorando-se na crise econômica de 70, e daí passou a assumir a versão denominada de neoliberalismo. Apresenta-se com Hayek a máxima “menos Estado e mais mercado”, postulando o princípio chave da liberdade individual. Hayek e Friedman são os defensores do Estado Mínimo, delegando ao mercado a capacidade de regulação do capital e do trabalho. Colocam assim as Políticas Públicas como as principais responsáveis pela crise que perpassa as sociedades. As políticas estatais estariam desequilibrando a ordem tanto no plano social, no moral, quanto no econômico.

A teoria liberal moderna da cidadania – apregoa que o bem-estar e a igualdade constituem-se em pré-requisitos indispensáveis ao exercício pleno da individualidade e da liberdade. Propõe orientar as políticas econômicas e sociais para assegurar o maior bem-estar

²⁰ LINHALES (2002) apresenta como referência bibliográfica sobre o modelo teórico de Alber o artigo de CASTRO, M.H.G. *Estado e políticas sociais: principais abordagens teóricas*. Belo Horizonte, Instituto de Recursos Humanos João pinheiro (IRHJP)/Fundo de Assistência aos estudos (FAE)/MEC, 13 p.(mimeo).

possível para o maior número de indivíduos. Tal concepção emergiu das contradições de seus processos de desenvolvimento, dos frutos das suas crises e das estratégias que buscava contorná-las. **Agrupando-se a esta a corrente dos pluralistas** – *“que parte do pressuposto da existência de um amplo espectro de demandas e reivindicações das mais diversa ordens” e a abordagem social-democrata* – *“estes estudos buscam apreender os seus limites e possibilidades pela análise de suas condições de permanência e ajustamento, buscando conquistar um melhor padrão de justiça nos marcos das sociedades capitalistas”* (ibidem, p.29). Pois essas têm o mesmo ponto comum de análise das políticas sociais: são importante instrumento para amenizar as desigualdades originadas do mercado, sem perspectivas de mudança nas estruturas de exploração. Concepção de Estado que defende a responsabilidade na promoção do “bem comum”, propõe o Estado de bem estar social, buscando um melhor padrão de justiça nos marcos das sociedades capitalistas.

A abordagem marxista, tradição de pensamento em se tratando de um paradigma, não pode ser tratada como uma simples abordagem. Não há na obra de Marx uma preocupação particular com a análise das políticas sociais no capitalismo, pois no período histórico que foi desenvolvida a teoria de Marx, a situação do contexto político-sócio-econômico na Inglaterra era outra. Nessa abordagem é colocada a intenção de superação de exclusão e de busca pela mais ampla condição de igualdade e de bem-estar dos seres humanos. Sabemos que Marx abordou as políticas sociais em seu tempo, pautado nas análises que revelaram as raízes da exploração e das desigualdades inerentes às sociedades de classe, tornado estas, uma das suas maiores contribuições. Marx apontou que o poder público, mesmo legislando a favor do trabalho (naquele período histórico), estava também garantindo as condições ideais para reprodução e produção daquela ordem. Sendo esta contradição que gerou o “espaço público da regulação”, revelando a convivência entre o capitalismo e a democracia. As teorias marxistas se multiplicaram ao longo deste século, configurando o chamado marxismo ocidental. Com o final da crise econômica e financeira, no final da década 60, o papel do Estado capitalista passou a ser debatido, suas formas de planejamento, seus modelos administrativos, bem como suas funções. Esses elementos tinham nas políticas públicas suas mais expressivas manifestações.

O papel do Estado é analisado como não estando a serviço, nem se constituindo no instrumento de uma classe contra outra, pois segundo Offe apud Azevedo (2004), ele não está para defender os interesses particulares de uma classe, mas sim para defender, ideologicamente, os interesses comuns de todos os membros de uma sociedade capitalista de classe. E continua revelando que é a burocracia do Estado que opera os mecanismos de

filtragem das políticas públicas. Assim, elas não são apenas um aspecto para a reprodução das condições materiais de produção do capital, mas também aspectos fundamentais da própria sociabilidade capitalista.

Azevedo (2004), diante do desafio de analisar as políticas educacionais, apresenta uma proposta analítica para a política educacional no espaço de interseção das abordagens anteriores. Baseada em Muller (1985), a autora propõe aqui a articulação entre as contribuições analíticas do campo marxista àquelas do campo da teoria liberal moderna da cidadania. Muller, preocupa-se com a íntima e dialética relação entre as intervenções estatal e a estrutura da organização social, destacando assim a ampliação do espaço político das políticas públicas, sugerindo uma tendência gramsciana, ao destacar a dialética entre a reprodução global e setorial, concebendo assim as políticas públicas sob uma perspectiva “ampliada” de Estado, e este como instância superestrutural que engloba a sociedade política-*“locus da dominação pela força e pelo consentimento – e a sociedade civil – o lugar desta dominação pelo consentimento”* (AZEVEDO, 2004, p.59).

Nesta proposta é apresentada a importância de saber como um problema de um determinado setor, pode ser reconhecido pelo Estado e se transformar em política pública (exemplo: a questão das mulheres, a questão ambiental que passaram, ao longo das trajetórias históricas do Brasil, a serem tratadas como políticas de Estado). Portanto, o surgimento dessas políticas vai depender do grau de articulação e de organização desses grupos com os outros setores da sociedade. Então, defende-se que um setor ou uma política pública setorial só será efetivada se conseguir problematizar a sua questão socialmente, ou seja, colocar seu problema para uma ampla discussão na sociedade, instigando a atuação e a intervenção do Estado.

Dessa maneira, avaliamos que, ao apreciar essa proposta de abordagem analítica, apresentada por Azevedo, deve-se entender que o processo, pelo qual se define e se implementa uma política, perpassa imperativamente pelo entendimento do papel do Estado. Portanto, diferente da autora, entendemos ser necessário esclarecer que, diante do sistema hegemônico do capital, o Estado se faz classista e representante dos interesses de uma classe política economicamente dominante. Assim, “O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes” (LENIN, 2007, p.25).

Desse modo, Gramsci, objetivando contribuir com o fim da sociedade de classes, de forma contra- hegemônica, apresentava a seguinte compreensão de Estado: “O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são

concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal [...]” (Ibidem, 2007, p.41-42).

Conseqüentemente, discordando de Azevedo, não é só estabelecer uma luta contra - hegemônica ressaltando “a dialética entre a reprodução global e setorial”, mas sim efetivar uma luta contra- hegemônica, rompendo com o modelo de produção do capital e com a lógica de democracia liberal na efetivação de políticas públicas.

Diante da questão em pauta, dialogamos com o referencial marxista segundo o qual o Estado é peça fundamental na transição do capitalismo para o socialismo. Busca-se construir um Estado que inicia a transição para o socialismo, garantindo as rupturas com o modelo de democracia baseado na igualdade mercantil. Esclarecendo que não é o Estado o terreno da transição para o socialismo, mas seu instrumento. É importante, então, compreender que o Estado é uma instituição classista, assim “[...] ele e a organização da sociedade, de um ponto de vista político, não são duas coisas diferentes. O Estado é a organização da sociedade” Marx, (apud BORON, 1994, p.268).

Para Boron (1994),na tradição marxista, o Estado é simultaneamente

1.um “pacto de dominação” mediante o qual uma determinada aliança de classes constrói um sistema hegemônico susceptível de gerar um bloco histórico; 2. uma aliança dota de seus correspondentes aparatos burocráticos e capaz de transformar-se , sob determinadas circunstâncias, em um “ator corporativo”; 3. um cenário da luta pelo poder social, um terreno onde se dirime os conflitos entre distintos projetos sociais que definem um padrão de organização econômica e social; 4.o representante dos “interesses universais” da sociedade e, enquanto tal, a expressão orgânica da comunidade nacional” (ibidem, p.255).

Diante do exposto e de um referencial que revela o Estado como um “produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes” , nossa referência de políticas públicas e de Estado baseia-se em campo marxista. E segundo Boron (1994), fica evidente que para tratar do significado do fenômeno estatal, faz-se necessário considerar as dimensões anunciadas, caso contrário poderemos cair em equívocos corporativistas, ou pensar o Estado como uma simples “arena” de conflitos, ou como um representante do “bem comum” da sociedade, como pensam os “burocratas discípulos de Hegel”. Aprofundaremos um pouco mais a reflexão do entendimento de Estado pelas teorias Liberais e Marxistas no capítulo III.

É pelo Estado que as Políticas Públicas são encaminhadas, e por elas é representada a materialidade da intervenção do Estado na realidade da sociedade. Segundo Azevedo (2004), “*Em um plano mais concreto, o conceito de políticas públicas implica considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que têm nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente*” (p.05).

Outra importante dimensão que se deve considerar nas análises é que as políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado em que têm lugar e que por isso guardam estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si própria. Neste sentido, são construções informadas pelos valores, símbolos, normas, enfim, pelas representações sociais que integram o universo cultural e simbólico de uma determinada realidade. (p.05-06.

Para a abordagem liberal, as políticas públicas são apresentadas como um elemento estrutural das economias de mercado “*representando tipos de regulação que cada sociedade colocou em prática a partir de um determinado estágio do seu desenvolvimento, configurando, assim, os modos de articulação entre o Estado e a sociedade*”. DRAIBE (apud Azevedo, 2004, p 07). Concepção revelada na implementação das “*Reformas*” no Estado brasileiro a partir das décadas de 1980 e 1990.

Nesse contexto de lutas contra-hegemônicas, é buscando avançar em um referencial teórico que nos aproxima de valores culturais e políticos de igualdade, de justiça e de emancipação popular, é que compreendemos Políticas Públicas.

A intervenção do Estado na formulação e na implementação de um conjugado de ações deliberadas coletivamente, respeitando as *representações sociais* que compõem o universo *cultural e simbólico* de um dado contexto social, demarcando pelas intervenções e pelas rupturas com as políticas excludentes e elitistas, uma nova organização coletiva e participativa da sociedade civil, articuladas com os diferentes setores estatais, objetivando assegurar a soberania popular com qualidade de vida e com bem-estar para a população como um todo.

No campo das políticas de esporte e lazer e suas relações com Estado, Linhales (2001), em seu texto “*Jogos da Política, Jogos do Esporte*”, evidencia que “*O direito ao esporte encontra-se imbricado na construção social do direito ao lazer e ao tempo livre. Tal*

fato também apresentar-se-á como pano de fundo para as reflexões sobre os padrões de relacionamento esporte – Estado[...]”(, p.04). A autora apresenta a análise de políticas sociais, baseando-se no modelo teórico de Alber, que apresenta quatro grandes correntes de interpretação: **Abordagens Pluralistas e Abordagens Marxistas**. Ambas subdivididas em duas vertentes: as funcionalistas e as conflituaisistas.²¹

Na **abordagem pluralista**, o desenvolvimento de políticas sociais é analisado como o resultado das relações de diferenciação e de modernização das sociedades, que geram demanda para o Estado, e este busca implementar ações capazes de garantir o bem-estar da população. O Estado na sua ação de políticas de caráter preventivo e sistêmico, é compreendido como ação de tutela social, pleiteando garantir o bom funcionamento da sociedade. Na perspectiva pluralista funcional “[...] o desenvolvimento de políticas sociais para o setor esportivo pode ser entendido como iniciativa do Estado para uma sociedade composta por indivíduos imersos no processo de urbanização... “a medida do possível”... [...]”(p. 46). Na perspectiva pluralista conflituosa, a idéia da cidadania passa pelo entendimento de direitos concedidos “ [...] *Os acordos Matignon- {na França}- entre governo e os sindicatos foram a origem de leis sociais fundamentais para o desenvolvimento das diversões*”(p.46)

A **abordagem marxista** baseia-se na categoria “*classe social*” para análise das políticas sociais. O Estado tem suas ações e seus programas sociais compreendidos como conseqüências do desenvolvimento capitalista. Dentro desse cenário, o Estado de Bem-Estar – Social foi implementado para dar garantia a acumulação do capital e exercer o controle dos conflitos, conseqüências de sua estrutura social excludente. Na perspectiva marxista funcional: ação do Estado é analisada sob dois ângulos: 1º “[...] *esporte é entendido como uma mercadoria, cabe ao Estado perpetuá-lo e incrementá-lo*[...]; 2º [...] *o esporte é interpretado como uma das estratégias viáveis e necessárias ao capitalismo, no estabelecimento de condições básicas ao processo de reprodução da força do trabalho*[...]”. Nesta perspectiva, o esporte assumiu características desenvolvidas no campo do trabalho industrial, como: *racionalização, fragmentação do processo produtivo, hierarquização e burocratização das organizações, valorização exacerbada da disciplina e da competição*. (ibidem, p.47). Na

²¹ Ver mais sobre as relações entre esporte –Estado em: Linhales, M.A. *A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos*. Dissertação defendida em março de 1996 no Programa de Pós-graduação em Ciências Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.

perspectiva marxista conflituosa: privilegia as relações de forças conflitivas travadas entre os diferentes segmentos sociais.

Linhales aponta, ainda nessa análise das políticas sociais, a **abordagem liberal clássica**, que no âmbito da política de esporte, *compreende a organização e a prática esportiva como escolha individual ou de grupos específicos*. Assim suas ações são tencionadas e negociadas no âmbito das relações privadas e de mercado. Uma outra importante referência de análise da relação entre esporte – Estado, que de alguma forma aparece dialogando com algumas das abordagens apresentadas, são ações públicas realizadas no setor esportivo, interpretadas no campo *das relações ideológicas*. Enfim, baseiam-se na tese de Althusser sobre os “Aparelhos Ideológicos do Estado”, ou seja, o grau de utilização do esporte como *elemento de dominação ideológica*. A exemplo das políticas de esporte no Brasil, *no período estado-novista, em que se destacava por meio de práticas esportivas o discurso da disciplina, do nacionalismo, da moral e civismo, etc.(p.52)*.

Convém entender que essas diferentes abordagens são importantes contribuições para as análises no campo das políticas públicas de lazer. Assim, diante das abordagens apresentadas, reafirmamos **nosso diálogo com as abordagens do campo marxista**, pois apresentam uma leitura crítica e analítica do contexto e das relações de classe estabelecidas entre Estado e Sociedade civil, no atual contexto político econômico, hegemônico pelo projeto neoliberal. Contexto hegemônico também, nas concepções de políticas públicas de lazer no país.

Sendo assim, para pensar em desenvolver políticas públicas de lazer no Brasil, que apresentem o lazer como um direito social e como uma prática que emancipa e que fortalece a autodeterminação e a organização popular, deve-se considerar e identificar quais as concepções de Estado e de Sociedade Civil que norteiam as relações entre governo e comunidade, e que abordagem e entendimento de políticas públicas vêm balizando essas ações.

Para realizarmos análises com um maior detalhamento de uma política pública setorial de lazer, é importante conhecermos as concepções e as abordagens sobre este importante fenômeno cultural da modernidade: o lazer.

No próximo capítulo, após o conhecimento das diferentes perspectivas das abordagens em políticas públicas, desenvolveremos, com maior detalhamento, algumas perspectivas sobre o lazer e sua trajetória como campo de reivindicação popular, enfocando a sua contínua busca pela conquista de seu espaço e sua importância como política pública estatal.

LAZER COMO DIREITO SOCIAL: REFERÊNCIAS PARA UMA POLÍTICA SETORIAL.

Fig 11 - Atividade com comunidade do COMBAT



FONTE: REGISTRO DE CAMPO DA PESQUISA - 2007

Fig. 12 - Comunidade COMBAT



FONTE: COMBAT - 2003

3. LAZER COMO DIREITO SOCIAL: REFERÊNCIAS PARA UMA POLÍTICA SETORIAL.

No capítulo anterior discorremos sobre abordagens teórico-metodológicas que fundamentam as políticas públicas no Brasil. Dando continuidade ao processo de constituição deste estudo, nos deteremos a balizar nossa posição quanto às políticas públicas para o lazer, a partir de uma demarcação de seu contexto histórico-político e, também, de sua trajetória histórica no campo conceitual de lazer, e de sua materialidade como direito social enquanto ação do poder público.

3.1. As concepções de Lazer: referências para uma política setorial

Compreendemos o lazer como fenômeno social urbano moderno que vem sendo constituído a partir da relação de produção capitalista, resultante da nova organização do tempo a partir da era da revolução industrial. Padilha (2000) argumenta que com a nova organização do trabalho o tempo não é mais regulado pelos ciclos naturais, mas sim pelo das máquinas e das novas formas de produção capitalistas. Passa, dessa forma, a existir a divisão do tempo em: tempo de trabalho e tempo de não trabalho. Nesse contexto, aparece o “tempo livre” que seria em tese o tempo fora das obrigações do trabalho que passa a ser “ocupado” e definido como tempo para o lazer.

Contudo, sabe-se que não é dessa forma simplista e linear, fora do contexto dos conflitos e das contradições do mundo moderno, que o tempo do lazer é determinado na sociedade moderna capitalista.

Não queremos aqui apontar uma dicotomia entre trabalho e lazer, pelo contrário, estamos buscando suas interfaces e suas relações. No entanto, analisando o lazer como categoria em um contexto de sociedade moderna capitalista, observa-se o mesmo subordinado ao trabalho. Desse modo, o lazer neste contexto do capital, assim como o trabalho, também é esvaziado de seu sentido de criação e de humanização, passando a ser compreendido como categoria abstrata e originária da desefetivação do homem livre e autônomo.

Para um maior entendimento da trajetória do lazer diante do contexto capitalista que dissemina hegemonicamente que o lazer é um tempo espaço dissociado do contexto do trabalho, apresentamos a classificação de acordo com as abordagens funcionalistas de lazer, a partir de Marcellino (1987): **a) Compensatória**: que entendendo o trabalho como tempo e espaço de alienação, traz em sua natureza a intenção de compensar o que o trabalho retira do indivíduo e do grupo; **b) Utilitarista**: objetiva recuperar a força de trabalho a partir do lazer e assim realiza a manutenção dessa força de trabalho; **c) Romântica**: apresenta uma concepção

de lazer pautada em um saudosismo inibidor de novas práticas a partir de uma postura conservadora e, às vezes, retrógrada ; **d) Moralista: tem** em sua natureza a meta de afastar as pessoas das drogas lícitas e ilícitas e dos pensamentos e práticas consideradas maléficas.

Portanto, o lazer, na perspectiva funcionalista, é compreendido como tempo do não-trabalho e do espaço para compensar as obrigações profissionais, familiares, quando desenvolvido a partir de práticas culturais em um tempo “livre”, apartado do contexto de outras relações humanas. No caminho da superação da abordagem funcionalista de lazer, trabalhamos com uma concepção que apresenta o lazer como “[...] um campo de construção humana, um espaço para criação, para reconstrução de idéias, para ressignificar os conteúdos da cultura corporal já tão banalizados e cristalizados como práticas de trato biológico e fisiológico [...]” (MOREIRA E MATOS, 2006, p.06).

Para avançarmos no entendimento dessa análise, apresentamos uma definição de Lazer e Tempo Livre, que como categorias modernas, são frutos da sociedade capitalista industrial e do desenvolvimento da urbanização. Apresentamos o referencial de lazer em Silva (2004), que compreende o mesmo como elemento constitutivo da dimensão humana, como um bem público e como direito social, como um espaço de criação, de reflexão, de autonomia, de emancipação de homens e mulheres. Vale, no caso, esta citação:

“reconhecendo o lazer como um conjunto de práticas sociais desenvolvidas no tempo liberado das obrigações de sobrevivência, políticas e religiosas, em sua multiplicidade de formas – culturais, artísticas, recreativas e esportivas, entendemos que no seu exercício crítico, este deve ser compreendido para além da sua função reprodutora e de recuperação psicossomática, “(...)mas, sobretudo, como um instrumento capaz de , no exercício de suas formas objetivas, contribuir para a elevação do nível de conhecimento e participação daqueles para quem está voltado”(Siqueira,1992:62).” (SILVA e SILVA, 2004, p.21-22).

O Tempo Livre, como espaço / tempo fruto da sociedade moderna pode levar ao entendimento de tempo “garantido” fora do tempo do trabalho. Porém, esse tempo que se diz “livre” é um espaço / tempo que desafia a manifestação da realidade humana para a sua emancipação. Silva (2004. p.26) argumenta que:

O conceito de “tempo livre” não designa somente tempo liberado do trabalho e das obrigações vinculadas à realização das necessidades primárias do ser humano (tempo livre de algo). Aqui o termo “livre”, qualifica o tempo com a atitude de “liberdade”, conceito que se refere à possibilidade de desenvolvimento das múltiplas potencialidades humanas. Por outro lado, tal noção traz implícita uma ênfase no conceito de liberdade como, autodeterminação, ou seja, a eliminação dos obstáculos à emancipação humana e, portanto, ao desenvolvimento das múltiplas potencialidades humanas.

Na sociedade capitalista, com o desenvolvimento de seu modelo de produção, foi sendo consolidada a cisão entre essas duas características da natureza humana (Lazer e Trabalho), estabelecendo o tempo para o trabalho e o tempo para o lazer. Segundo Decca (2002), citando tese de Thompson²², sobre a análise histórica desse processo, essa cisão se efetivou mediante à criação de uma nova concepção de tempo. “Ao contrário das concepções de tempo ligadas aos ciclos naturais, o novo tempo passou a ser concebido como uma medida abstrata capaz de ser conferida, calculada e desenvolvida, concomitantemente, com um novo instrumento mecânico: o relógio” (p. 62).

Decca (2002), citando Thompson, apresenta o tempo do trabalho e o tempo do não-trabalho, na nova sociedade industrial capitalista, revelando um elemento novo e fundamental para esta nova forma de organização do trabalho: a “noção de perda e desperdício do tempo”. Assim, o tempo do não-trabalho foi sendo caracterizado como tempo para o lazer, e até hoje esta cisão vem sendo consolidada na moderna sociedade capitalista. É disseminada a máxima de que o tempo do não-trabalho (do lazer) pode ser vivido de forma tranqüila longe da correria do trabalho, considerado o momento ideal para um “tempo de descanso”, de viver outra lógica de relação social, descontextualizada.

Essa parcialidade na consideração do homem, como se o campo do lazer e do trabalho fossem dois compartimentos estanques, faz com que não seja

²² **E.P Thompson**, em sua famosa obra “The Making of the English Working Class, que em português recebeu o título “ **A formação da classe operária inglesa**”, publicada em 1963, apresentou caminhos para que fossem realizados estudos mais aprofundados em pelo menos duas grandes questões: 1ª ligada aos costumes/tradições dos setores populares, e 2ª à questão da constituição de uma nova concepção de tempo. Assim segundo Thompson, a cisão entre trabalho e tempo livre, se efetivou mediante a criação de uma nova concepção de tempo “[...] caracterizada pelo cálculo, divisão e medição proporcionados pelo desenvolvimento dos relógios” (DECCA, 2002, p.61)

levado em conta que a alienação em um dos campos venha a gerar atitudes de evasão e compensação no outro [...] Se no trabalho e no lazer corre o mesmo sangue social, é de se esperar que a alienação de um gere a evasão e processos compensatórios em outro. (MARCELLINO, 1998, p.59)

Estamos apresentando a possibilidade de compreender a superação do binômio Trabalho e Lazer, esclarecendo que não temos a intenção de suprimir a lógica dos interesses de classes já existentes nas sociedades pré-industriais, quando não havia uma cisão tão sistemática e planejada do tempo. Mesmo porque Marx já deixa isso claro quando revela que, “A ordem econômica capitalista saiu das entranhas da ordem econômica feudal. A dissolução de uma produziu os elementos constitutivos da outra” (MARX, 2004, p.14). Como também, relembrar que mesmo em uma apresentação do “binômio” Trabalho e Lazer, modelo da produção capitalista, reafirmamos que em ambos os campos, desenvolvidos em um sistema capitalista, segue a mesma lógica de desefetivação do homem.

Padilha (2006) apresenta em seus estudos sobre as práticas de lazer, nos *Shoppings Center*, um dos exemplos categóricos da pseudodicotomia entre espaços de Trabalho e Lazer na sociedade moderna capitalista,

O shopping center é assim, o lócus do estranhamento, do sujeito “semiformado”, da reificação do prazer e do lazer. Como já foi dito, o homem não está alienado e estranhado apenas do e no trabalho que realiza (tanto em relação ao produto do trabalho quanto em relação à atividade mesma da produção), mas também do e no lazer, do e no tempo disponível. Numa perspectiva ontológica, pode-se pensar que a mesma lógica que aliena o homem, em seu trabalho, a sua própria natureza, ou seja, aliena o gênero humano (MARX, 1983), não cessa de agir quando o homem está fora do trabalho.(p.151)

Na atualidade, frente à hegemônica lógica do capital, *o homem é e não é*, ele passa a ser apenas um predicado e não um sujeito. O trabalho como categoria fundante na ação de humanizar o homem, hoje o coloca em uma forte negação de si mesmo. A perspectiva que o trabalho apresenta em sua gênese, como princípio da construção do conhecimento, na lógica do sistema capitalista, se perde e fica refém das manipulações e do jogo de interesses das

classes dominantes. “Na medida em que se aprofunda esta ordem mercantil complexa, da propriedade privada e da divisão do trabalho, a atividade vital (o que Marx apreendeu através da categoria ontológica de trabalho) torna-se atividade de morte, de desefetivação” (ALVES, 2006 p.22).

Ampliando o entendimento sobre o desenvolvimento de modelo de produção capitalista, observamos como o capital também avança no campo cultural, reafirmando a padronização de consumos pela *indústria cultural*. Para Adorno (1947):

“[...] Ela (*Indústria Cultural*) é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo. Mas, ao mesmo tempo, a mecanização atingiu tal poderio sobre: a pessoa em seu lazer e sobre a sua felicidade, ela determina tão profundamente a das mercadorias destinadas à diversão, que esta pessoa não pode mais perceber outra coisa senão as cópias que reproduzem o próprio processo de trabalho [...]” (ADORNO, 1947).

As análises do referido autor sobre o papel e a função da *Indústria Cultural*²³ e/ ou da “*indústria do entretenimento*”, no fortalecimento da hegemonia dos valores burgueses e a da “desefetivação” do homem pela ação do lazer, revelam parte desse mecanismo, em que a necessidade de estabelecer um vínculo entre a forma de produção capitalista e a dimensão cultural nos tempos modernos é respondida com o advento da *indústria cultural*. Ele traz consigo todos os elementos característicos do mundo industrial moderno. Contudo, apesar da força do sistema capitalista, para Adorno a *Indústria cultural* não pode ser pensada de forma absoluta, porque é na própria capacidade de criação de cultura do homem e nas contradições do sistema que “as saídas podem ser construídas”.

²³ Adorno junto com Horkheimer analisam o advento da *Indústria Cultural*, em um capítulo específico contido em sua obra: “Dialética do Esclarecimento – Fragmentos Filosóficos”. Adorno realizou seus estudos observando como o comércio tinha se fortalecido após as revoluções industriais, ocorridas na Europa, fortalecendo definitivamente o Capitalismo, especialmente com os novos avanços tecnológicos. A humanidade estava cada vez mais se tornando desumanizada. Nesse novo cenário mundial, O Iluminismo que trazia o domínio da razão humana, com o advento da força do processo de industrialização e de novos avanços tecnológicos, perdeu espaço para a lógica do domínio da razão técnica. Surge a *Indústria Cultural*, um imenso aparato tecnológico composto por milhares de aparelhos de transmissão e difusão a serviço do capital, que tem como objetivo induzir a obediência em massa de maneira conformista, padronizando “desejos” e transformando os bens culturais em objetos de consumo homogêneos. O mercado passa a ditar “novas necessidades”. O Autor apresenta como exemplo o cinema, que antes era concebido como uma expressão de criação, de arte, de espaço de lazer, com as interferências dos mecanismos da indústria cultural, passou a ser “homogeneizado”, um instrumento eficaz de manipulação, um veículo de difusão da ideologia dominante.

Assim, sem negar este contexto das determinações capitalistas, acreditamos que é possível construir uma alternativa para a disputa da hegemonia na sociedade, como pela educação e pela cultura, compreendendo o lazer como um fenômeno social, e, portanto, um espaço de construção de ações contra-hegemônicas ao capital, compreendemos que:

[...] o lazer se apregoa como um espaço de expressão e vivência de diferentes manifestações culturais e concepções de mundo, colocando-se como um fenômeno social, que não é abstrato, passando a influenciar e ser influenciado pela cultura hegemônica capitalista, que trazendo em seu espaço essas contradições do sistema hegemônico se apresenta também como um espaço de resistência e de construção de novas possibilidades de ações educativas emancipatórias a partir de seus conteúdos (esportivo, artístico, literário, turístico, manuais, e outros). Tendo seus aspectos educativos balizados em uma teorização crítica em educação, também pode se configurar como um espaço para construção de alternativas contra-hegemônicas ao processo de massificação cultural e homogeneização de identidades [...] (MOREIRA & MATOS, 2006, p.04).

Diante deste contexto do lazer e de suas interfaces com o mundo do trabalho, Padilha (2000), em seu estudo sobre *Tempo Livre*²⁴, apresenta os vários termos utilizados pelos autores²⁵ na abordagem dessa temática, como: *tempo livre, tempo liberado, tempo disponível, lazer e ócio*, como se esses tivessem o mesmo significado. Contudo, a autora aponta que seja *inegável* que tais conceitos acabem se mesclando.

Para Padilha, é necessário considerar duas variáveis básicas para o entendimento do lazer: *o tempo e a atitude*. Partindo da *atitude*, o lazer é idealizado como um estilo de vida; quando for pensando a partir do *tempo*, o lazer é idealizado segundo a idéia de tempo livre, da liberação do trabalho e das obrigações diárias de forma geral.

O estudo de Padilha aponta os significados clássicos das palavras *ócio e lazer*. *O ócio*, que é derivado do latim *otium*, representa a idéia de tranqüilidade, de repouso, de não

²⁴ Ver mais sobre as diferentes abordagens sobre Tempo livre e Lazer em : PADILHA, V. *Tempo e livre e capitalismo: um par imperfeito*.- Campinas, SP: Editora Alínea, 2000.112p.

²⁵ BACAL (1998), GAELZER (1986), DUMAZEDIER (1980), FALEIROS (1980), CAMARGO (1986), REQUIXA (1980), MARCELLINO (1990), RIBEIRO (1986), FRIEDMAMN (1983), BOTTOMORE (1968), DE GRAZIA (1978), AZNAR (1995), PARKER (1978).

fazer nada. E *Lazer que é* uma palavra também de origem latina, que deriva do verbo *licere*, significa “ser permitido”, “poder”, ou seja, está ligada ao juízo de liberdade de fazer.

Concernente ao significado de *tempo disponível*, Padilha apresenta a abordagem feita por Marcellino que sugere no lugar de *tempo livre* a utilização do termo *tempo disponível*, pois, “*tempo algum pode ser considerado livre de coação ou normas de conduta social*” (Ibidem,1990, Apud PADILHA, 2000, p.58) e apresenta que a diferença se faz na OPÇÃO, quando feita por contemplação (**ócio**) e opção por atividade (**lazer**). Portanto a ociosidade estaria em outro plano, pois não representa assim a possibilidade de opção. “*Assim, o desemprego, por exemplo, não corresponderia a um tempo disponível, mas, desocupado – não por acaso-, o que sugere ociosidade. Esta não complementa nem compensa o trabalho, ela o substitui. Isso é fundamental*”. (PADILHA, 2000, p-59).

Diante desse complexo debate teórico sobre a concepção e conceito de lazer, Padilha (2006) aponta a reflexão: “[...] *como qualquer outro conceito, o lazer é polissêmico, tem vários sentidos e, portanto, acredito que sua compreensão pode tornar-se mais efetiva quando se tem clara uma determinada visão de mundo e dos sujeitos que vivem nele [...]*” (p.9).

Analisando essa categoria, numa abordagem marxista, em um cenário de políticas neoliberais, revelamos que a sociedade não é harmônica e no lugar do equilíbrio vêm-se as contradições e os conflitos. Assim, para pensar em políticas públicas para o lazer, faz-se necessário refletir e analisar o contexto macro econômico dessas políticas e os nexos com a opção de concepção de lazer a ser desenvolvida nessas políticas setoriais. Desse modo, para formular e implementar políticas setoriais no campo do lazer, em uma perspectiva libertadora, é importante destacar o seu potencial cultural e educativo, como afirma Marcellino, “seu duplo aspecto educativo”, e só faz sentido se esse for considerado

“[...] *como um dos canais possíveis de atuação no plano cultural, tendo em vista contribuir para uma nova ordem moral e intelectual, favorecedora de mudanças no plano social. Em outras palavras: só tem sentido se falar em aspectos educativos do lazer, ao considerá-lo como um dos campos possíveis de contra-hegemonia. A instrumentalização, mesmo educacional, do tempo disponível das pessoas, só tem sentido na medida em que possa contribuir para que essas mesmas pessoas tenham mais prazer de viver, sejam menos pressionadas por uma estrutura socioeconômica sufocante, em que uma minoria tem excesso de recursos, de espaço e de tempo, pela exploração da grande maioria, cujo tempo quando não é*

desocupado, pela incapacidade do modelo econômico imposto gerar trabalho, é livre- entre aspas. Só tem sentido, na medida em que contribuir para eliminar essas aspas” (MARCELLINO, 2000, p.63-64)

É nesse quadro, relativamente novo e contraditório de análise das políticas setoriais de lazer, que se insere o debate sobre o papel dos governos democráticos no Brasil e suas políticas participativas, com possibilidade de serem alternativas viáveis de novas estratégias para o papel do Estado diante das políticas sociais.

Assim, para entender o contexto dessas políticas públicas de lazer e sua trajetória, devemos levar em conta o contexto hegemônico pelas políticas neoliberais, pela lógica do capital e pelo seu processo de globalização, que determinam as reformas nos Estados nacionais, e conseqüentemente, interferem nos objetivos de suas políticas públicas.

3.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NO BRASIL: do benefício social a busca do direito social.

Analisaremos as políticas públicas de lazer no Brasil atual, considerando a relação entre trabalho e lazer, e faremos um breve apanhado histórico, a partir da década de 1930. Partiremos do período histórico do Estado Novo, com a Era Vargas. Um período que é definido pela literatura na área²⁶, como o de consolidação dos direitos trabalhistas e de relações mais sistemáticas de políticas públicas para Esporte e o Lazer, implementadas pelo Estado.

Partindo do pressuposto da relação inerente ao trabalho e lazer, apontamos a necessidade de compreensão da nova forma de organização do tempo, no cotidiano da vida moderna. Essa organização gerou novas formas de comportamentos sociais, tendo como marco histórico- econômico a revolução industrial nas últimas décadas, o que chamam de “Terceira Revolução Industrial”²⁷ – as transformações tecnológicas – sendo essas, entre

²⁶ Ver mais em: CASTELLANI FILHO (1988), PINTO (2006), LINHALES (1996), MANHÃES (2002) e GOMES (2003)

²⁷ Termo apresentado por PADILHA (2000) para designar o caráter “pós-industrial” da sociedade. A autora apresenta ainda outras expressões, como: “sociedade pós-socialista”, sociedade pós-capitalista”, “sociedade de classe de serviços”, “sociedade pós-moderna”, entre outros.

outros fatores, a base para a reestruturação da produção do sistema capitalista e do tempo do trabalho. Com essa nova reestruturação do tempo de trabalho, surge o tempo fora das atividades do trabalho, que é o lazer, como um novo fenômeno urbano moderno, que na concepção funcionalista foi configurando-se como atividade realizada, para compensar e relaxar o corpo exaurido do trabalhador pelas horas de trabalho. E, nas últimas décadas, para “ocupar as horas ociosas e improdutivas” da classe trabalhadora.

Segundo Pinto (2006), no Brasil, o período após a segunda guerra mundial, é conhecido como o da *“legalização do ‘tempo livre’ na política assistencialista e de bem-estar social”*. Nesse período, compreendido entre os anos 1930 e 1940, vivemos a ditadura estadonovista²⁸, que foi balizada como um movimento legal-institucional, que gerou mudanças significativas nas políticas educacionais de assistência e de saúde. Foi um período de expressiva produção legislativa. Foi realizada a promulgação do Decreto Lei nº 5.452, de 1943, que apresentava a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, *“que dispôs sobre o período mínimo de descanso para os trabalhadores (art.66); intervalo para repouso /alimentação no trabalho (art.71); remuneração para repouso semanal(do art.67 ao 69), feriado(art.70) férias (do art.129 ao 153)”* (PINTO, 2006, p 21).

Observa-se, então, que com o advento da CLT, inserida no contexto político de repressão pelo governo, e de movimentos de resistências por parte dos movimentos sociais e da classe trabalhadora, as novas leis trabalhistas tinham o objetivo de “dar retorno às reivindicações” das massas, como também vinham demarcar a regulação do campo de trabalho a fim de preparar a base para o desenvolvimento do sistema de produção capitalista, e ainda implementar mecanismos legais de controle da jornada de trabalho, disciplinando o tempo e os corpos da classe trabalhadora.

Pinto (2006) aponta que a CLT “[...] gerou a elaboração e a execução de” *políticas de atividades recreativas “- de caráter assistencialista e corporativista, privilegiando apenas um grupo social {trabalhadores urbanos}, mais organizado-, com vista a ocupar o tempo de*

²⁸ Período marcado por grandes movimentações políticas , com retorno ao Brasil, em abril de 1935 de Luiz Carlos esquerda no país: o PC do B. Neste cenário Prestes funda L.A.R (Liga de Ação Revolucionária) . Com o crescente descontentamento da situação política e econômica do país com o governo de Vargas, Prestes e o Pc do Prestes (e sua esposa Olga Benário) Líder Comunista da “Coluna Prestes”, coluna que aglutinava militares revoltados que lutavam pelo fim dos impostos exorbitantes, a desonestidade administrativa, além de uma legislação social a altura das necessidades do país e uma reforma da Constituição. Em novembro de 1937 Getúlio dissolveu o Congresso e instaurou um regime francamente ditatorial chamado de : Estado Novo. (KONDER, 2003)

não-trabalho” regulamentado. Isso contribuiu para acentuar as desigualdades sociais relativas ao direito ao tempo de lazer.” (2006, p.22).

Desse modo, a “legalização do tempo livre” no Brasil, segundo Pinto, é demarcada na ditadura estadonovista pela efetividade de uma política com uma concepção voltada para ocupar o tempo de não-trabalho, como possibilidade de recuperação da força de trabalho dos trabalhadores, objetivando suavizar a rotina desumana a que eram submetidos, e conseqüentemente, manter a saúde física e mental desses trabalhadores. Os aspectos e os fundamentos dessas práticas nesse contexto histórico constituíram-se referências para a construção das políticas de recreação orientada, justificando a trajetória das bases do assistencialismo que ainda hoje são referências em muitas práticas recreativas de nossas instituições privadas e públicas.

Em função dos desafios da modernidade que se apregoavam para o país, nas décadas de 1920 e 1930, são criadas as praças de Esporte ou **Centros de Recreio**, em cidades como Porto Alegre e São Paulo, com a perspectiva de suavizar os problemas advindos da modernidade.

Assim, para Isayama (2007, p.34), citando Gomes (2003), aparecem e se destacam, nesta trajetória- no período de 1926-1964-, três experiências institucionais desenvolvidas pelo setor público:

1. O Serviço da Recreação Pública, desenvolvido pelo município de Porto Alegre que propagou os Jardins de Recreios;
2. A trajetória da divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura e Recreação da cidade de São Paulo que difundiu os parques infantis;
3. O Serviço de Recreação Operária, programa do Governo Federal responsável pela organização das horas de lazer dos operários e de suas famílias.

Na década de 1960, antes do período da ditadura militar, Pinto (2006) observa uma fase de transformação radical do perfil da política social brasileira que passa a ser baseada no mérito, na seletividade e na ação burocrática. Abriu-se espaço para a organização dos sistemas públicos, especialmente nas áreas de bens de serviços sociais básicos, configurando-se a construção do *welfare state* brasileiro, abrindo caminhos para as políticas universalizantes e para as políticas de massa. As práticas dessas políticas são elitistas e priorizam apenas alguns segmentos já privilegiados da sociedade, estabelecendo como já mencionado em relação à população empobrecida para a qual se aplicavam políticas assistencialistas e tutelares.

No contexto macro- político do país durante os anos de 1964, segundo Konder (2003), o Golpe Militar é avaliado como um dos mais tristes momentos da nossa história – uma ditadura militar que privou o povo de eleger seu presidente durante vinte anos (1964 a 1984) – . Os movimentos de esquerda não deixam de articular a resistência ao regime militar. Com a efervescência das mobilizações dos intelectuais e dos estudantes contra o regime militar, os ideários socialistas no país, as universidades (intelectuais e estudantes) passam a ser alvo da vigilância da polícia política do país. Então as práticas esportivas e de lazer aparecem como objetivos de disciplinar e garantir o respeito, a moral e o civismo, com as leis e com o poder do Estado.

Segundo Betti (1991), o período de 1969 a 1979, no Brasil, marcou a ascensão do esporte à razão de Estado e à inclusão do binômio Educação Física / Esporte nas estratégias do governo. Neste período foi elaborada a lei 5.540/68 de reforma universitária, baseada no modelo universitário americano (Acordos MEC- USAID). Com as fortes atividades políticas do movimento estudantil, na época, decretos-leis foram baixados, para efetivar o “controle e a punição” aos estudantes, aos professores e aos funcionários que se envolvessem em ações políticas. Em relação ao esporte foi organizada a política de caça aos talentos e a seleção dos melhores com a lógica da pirâmide esportiva, com a perspectiva também de atingir a grande massa, que precisava ser distraída. A Educação Física, em seus métodos e conteúdos, passa a ter uma grande influência nas práticas esportivas (esportivização).

Já na segunda metade dos anos de 1970, a campanha de massificação atingia não só o sistema escolar básico, mas, principalmente, o universitário, voltado para o público jovem. Com meta para envolver a juventude em atividades cívicas e descontraídas, revelando novos talentos, bem como de manter o “controle” desses jovens, foram, então, retomados os Jogos Estudantis Brasileiros (JEBS) e os Jogos Universitários Brasileiros (JUBS).

Nas políticas fora das universidades, foi criado, na linha de massificação do esporte e lazer, o Programa Esporte para Todos (EPT), programa de lazer oficializado em 1973, que tinha como objetivo promover o esporte na perspectiva da educação permanente e do desenvolvimento cultural, com a intenção de propiciar um “lazer verdadeiro” nas cidades. A intenção política do governo militar era a despolitização das massas. Cria-se também a campanha Mexa-se²⁹ (ISAYAMA, 2007).

²⁹ O Projeto “Mexa-se”, segundo Isaysma (2007) foi uma iniciativa das instituições privadas. Criado pela União dos Bancos e pela Rede Globo de Televisão, em 1975, objetivava valorizar as atividades físicas e esportivas.

No final da década de 1970, o regime militar já começa a perder força. “*As promessas demagógicas da ditadura – fazer do Brasil uma ‘grande potência’, por exemplo- caíram rapidamente no descrédito. Os índices de crescimento (que levaram a ditadura a proclamar um ‘milagre econômico’) sofreram uma considerável baixa*” (KONDER, 2003, p. 85). Na lógica de transformar o Brasil na grande potência, as políticas para o Esporte eram reformuladas, como vimos anteriormente, obedecendo às mesmas diretrizes.

Essas mudanças passam a refletir, no campo jurídico, o que estamos denominando de Marco Legal: a inclusão do Lazer na nova Constituição de 1988³⁰. Quanto a esse aspecto, Marcellino (2001) faz a observação do texto da Constituição referente ao lazer, no Título VIII, Capítulo III, Seção III, Do Desporto, no Artigo 217, no 3º e último parágrafo do item IV – “*O Poder Público incentivará o lazer como forma de promoção social*”, destacando que essa expressão vem carregada de vícios assistencialistas, sempre precisando de justificativas baseadas em critérios de “*utilidades*”. E que, portanto esses vícios assistencialistas têm raízes históricas, pois “*... vinham dos gabinetes das primeiras-damas, ainda na época da ditadura militar, quase sempre de cunho assistencialista, e esse ranço permanece até os dias atuais, em menor ou maior grau*”.(p.6). Destacamos o cunho histórico do lazer, pois esses referenciais assistencialistas influenciaram e ainda influenciam a produção teórica no setor e seu entendimento como atividade de mera “*distração*”, compensatória das horas fora do trabalho, para “*ocupar o tempo*” dos jovens e das crianças para não caírem em práticas perigosas como a violência e as drogas.

As experiências de governos com caráter mais democrático, diante do momento de ampliação política no Brasil durante as décadas de 1980, foram protagonizadas por partidos que traziam em seus matizes políticos os referenciais socialistas, como: PT, PC do B, PCB, PPS, PSB. Nessa trajetória histórica da democracia brasileira, os governos vinculados a partido mais progressista, demarcaram seus referenciais ideológicos com nomenclatura de “*governos democráticos e populares*”. Segundo Carvalho (1998), no transcorrer das décadas de 1980 e 1990 registramos a gestão de prefeituras, em algumas capitais com eleições de

³⁰ Segundo Biz (1992), em seu livro “Participação Política: limites e avanços”, durante o Governo do então Presidente José Sarney, em função do crescente movimento pela redemocratização do país, com a Emenda Constitucional nº 25 de 1985, foi alterada a legislação anterior, introduzindo medidas provisórias democratizantes como: a) restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República, b) direito ao voto do analfabeto; c) ampla liberdade de organização partidária. A Constituição de 1988 veio assegurar a maior ampliação do eleitorado de toda a história política nacional, com: a) voto para os maiores de 16 anos, sendo facultativo o voto apenas para os analfabetos e os maiores de 70 anos. b) consagrou-se o direito à eleições diretas em todos os níveis c) Previu que a soberania popular também seria exercida mediante outras formas: o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular. (embora este chamado dos referendos e plebiscitos populares tenha caráter legal somente quando convocado pelo Congresso Nacional). Biz (1992).

“*governos democráticos populares*”, como: São Paulo (1989), Belo Horizonte (1992), Porto Alegre (1989) entre outras. Elas iniciaram suas gestões na contramão do contexto macropolítico do Brasil, investindo na participação e na amplitude da democratização do acesso aos serviços básicos e aos bens culturais. Buscavam também alternativas para construir novas práticas para as políticas de esporte e lazer. Inclusive, consideradas como a gênese das experiências democráticas em políticas públicas de lazer no país.

Nesse processo de redemocratização do país, Konder aponta em seus estudos que em 1989 foi realizada a primeira eleição direta para Presidente no Brasil, e em 1990 Fernando Collor de Mello assume a Presidência. Acusado de corrupção, o que gerou uma grande mobilização popular, que culminou com o *impeachment*. Nas eleições seguintes para o Executivo Federal, foi eleito Fernando Henrique Cardoso, inaugurando a era FHC com o aprofundamento das políticas neoliberais no país.³¹

No final da década de 1990, pode-se observar que a nova ordem mundial e a globalização do capital, determinam outras referências de planejamento estatal, no caso em questão, para as políticas públicas gerais, e também para as de esporte e lazer, quando traz, segundo Frigotto, a necessidade de estabelecer novos paradigmas, como: um novo conhecimento e novas tecnologias; a descentralização; a competitividade; a equidade; a globalização; o Estado mínimo; a qualidade total; a sociedade do conhecimento; a sociedade pós-classista, etc. Novos valores do ideário capitalista são disseminados e têm como objetivo, no caso das políticas públicas, considerando as reformas, preparar o Estado-nação e sua economia para a nova fase da globalização do capital. Observamos, no campo do lazer, um forte crescimento da indústria do entretenimento com vendas de pacotes de turismo, com a realização de grandes eventos culturais, etc., potencializando a mercantilização do lazer.

Assim algumas experiências de políticas públicas de lazer, em administrações no campo democrático e popular, na perspectiva de ter o lazer como direito social e como campo de criação humana, definem “*práticas de resistência à lógica do discurso consumista da época*” (PINTO, 2006)

³¹ Fizemos um maior detalhamento desse período, das políticas públicas no Brasil e o contexto neoliberal no tópico: **1.1. O percurso do neoliberalismo no Brasil.**

“A partir do processo de redemocratização do Estado brasileiro, iniciado em meados da década de 1980, novos espaços, conceitos e estratégias passaram a integrar a relação entre Estado e sociedade. Podemos concluir que, nesse momento histórico, a dimensão econômica se sobrepõe nas políticas de lazer” (Ibidem, p. 29).

Nos movimentos sociais de esquerda, principalmente, os de classe e os de segmentos organizados na área da Educação Física (Congressos de Professores de Educação Física; Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte; Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física; Encontro Nacional de Recreação e Lazer, entre outros), quase que paralelo às novas administrações no campo democrático e popular, que são eleitas para gestar o executivo municipal, passam a formular políticas e conhecimentos com perspectivas críticas e com diferentes abordagens que, em um campo progressista, contribuem para a uma transformação das práticas no campo do Lazer, Educação Física e Esporte no Brasil.

Pinto (2006) apresenta um conjunto de “avanços no âmbito jurídico-legal” que são as conquistas das reivindicações e da organização dos diferentes setores da sociedade, com destaque para os setores de esporte e lazer, sobre a importância dessas atividades. Ações que passam a materializar uma política de lazer no Brasil, em que pese ainda a sua fragilidade e pouco reconhecimento como necessidade e direitos básicos da população, são conquistas importantes no novo cenário que se constrói com base nas políticas de lazer no país.

Os avanços jurídicos- legais:

- a) Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 - resultado da luta histórica do setor da Assistência ligado às políticas de infância e de adolescência, como também às várias associações de meninos e meninas de rua. O ECA explicita o Lazer como direito que deve ser assegurado pela família, pela sociedade em geral e pelo poder público.
- b) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – junto aos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs – política

setorial integrante do pacote de reformas do Governo FHC para a Educação brasileira, que tentaram dar respostas também às históricas lutas dos trabalhadores da educação. Nessas reformas educacionais, LDB/ PCNs, a educação física passa ao status de disciplina – área de conhecimento que fica responsável pela educação corporal, considerando a educação para a participação lúdica no lazer.

- c) Lei 8.080, título I , art. 3º, o lazer é assegurado como um dos fatores determinantes da saúde de toda população. E na Lei 10.216, art. 40, que dispõe sobre o direito das pessoas portadoras de transtornos mentais, o lazer é apresentado como um serviço obrigatório no tratamento dessas pessoas, em regime de internação. Luta dos movimentos de saúde pública e da luta anti-manicomial no Brasil.
- d) Estatuto do Idoso – Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, esclarece que os programas de lazer devem proporcionar melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa. Política Nacional para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiências – decreto 3. 298, garantindo o direito de lazer, de esporte e de turismo às P.P.Ds. Dois setores ganham força em suas reivindicações e também pautam o lazer como um direito social.
- e) Programa Nacional de Apoio a Cultura – (PRONAC) – Em seu capítulo I, tem o lazer como um dos seus objetivos.

Contudo, as conquistas da classe trabalhadora, materializadas no aparato legal citado, não significam a implementação dessas leis em ações concretas de políticas públicas de lazer no país. A exemplo das conquistas demandadas em leis para a Educação e para a Saúde (setores historicamente prioritários nas políticas públicas), efetivando-as como direito constitucional e garantindo a estes setores o financiamento público, com verbas vinculadas (carimbadas) para a aplicação dessas políticas públicas setoriais, tanto na esfera federal, como na esfera estadual e municipal, podemos observar como essas políticas, com todo esse aparato legal, são constantemente negadas; na educação, como exemplo, são grandes os índices de jovens e de adultos analfabetos, o que revela a falta de aplicação e de efetivação da garantia do direito constitucional do acesso à educação para uma parcela da população brasileira na sua infância.

Com todo esse aparato legal, sabemos que na realidade ainda falta muito para as políticas de lazer serem reconhecidas como fator importante para a emancipação da classe

trabalhadora, e como direito social. Chamamos a atenção para o fato de que a ampliação do acesso, o aumento dos dados quantitativos da inclusão dos excluídos nas políticas de lazer, ofertadas pelo sistema, devem ser cuidadosamente analisado, porque a inserção de quem está fora do atendimento das políticas sociais, não pode significar ou caracterizar simplesmente a inserção ou inclusão na lógica do sistema dominante.

Diante desse cenário de resistência e de luta dos setores organizados do lazer, o avanço do projeto neoliberal no país, com respaldo na formalidade do estado “de direito” (aparato legal), articulado com o poder da mídia, vem promovendo o que chamam de mercantilização do lazer, gerando “necessidades” e reproduzindo novos comportamentos e valores pautados nos padrões disseminados pela **Indústria Cultural**. Segundo Adorno (1947), a força da **indústria cultural**³² gera no homem “novas necessidades”, mas não aquelas necessidades realmente úteis para viver dignamente, como: casa, comida, educação, lazer entre outras, mas necessidades de consumir constantemente. *“O homem é tão bem manipulado e ideologizado que até mesmo o seu lazer se torna uma extensão do trabalho”* (ADORNO, 1947).

Segundo Marcellino, neste cenário, cresce o mercado do entretenimento, com “pacotes de lazer” que oferecem ao público eventos turísticos esportivos (práticas de esportes: de aventuras e radicais), musicais (carnavais fora de época, grandes festivais de música), literários (feiras de livros), eventos esportivos e culturais que aglutinam diferentes “tribos” de jovens (esporte radicais, festivais de hip-hop), entre outros. Lembrando que essas ações culturais acontecem em um cenário de contradição, a despeito da força do poder da mídia e do poder econômico. Essas lógicas não são suficientes para absolutizar à forma como tais práticas culturais de lazer são ofertadas. Portanto, a luta pela hegemonia³³, pela construção de novas alternativas e por práticas de lazer que favoreçam a criticidade e a autodeterminação dos praticantes é estabelecida.

³² “Quanto mais firmes se tornam as posições da indústria cultural, mais sumariamente ela pode proceder com as necessidades dos consumidores, produzindo-as, dirigindo-as, disciplinando-as e, inclusive suspendendo a diversão: nenhuma barreira se eleva contra o progresso cultural” (ADORNO, 1947)

³³ Segundo Carnoy (1990, p.95), o conceito gramsciano de hegemonia, tem dois significados principais: “[...] o primeiro é um processo na Sociedade Civil pelo qual uma parte da classe dominante exerce o controle, através de sua liderança, moral e intelectual, sobre outras frações aliadas da classe dominante. [...] O segundo é a relação entre as classes dominantes e as dominadas. A hegemonia compreende as tentativas bem sucedidas da classe dominante em usar sua liderança política, moral e intelectual para impor a sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal.

Na esteira histórico-política do Brasil, em 2002, foi realizada a eleição para Presidente que culminou com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, que diante do cenário de resistência e de luta dos movimentos de esquerda, nas políticas gerais e também nas políticas de esporte e lazer, gerou grandes expectativas pelas possibilidades de mudanças, pois além de ter sido apresentado como um governo contra o projeto neoliberal, também expressava a legitimação de ter um trabalhador governando o país. Porém, como já comentamos no capítulo anterior, o Governo Lula, progressivamente, a despeito da postura de esquerda, vem representando a continuidade das políticas neoliberais no Brasil³⁴.

“Estamos iniciando um novo século (Século XXI), comprometido com sérios e complexos problemas econômicos e sociais: desemprego estrutural, privatização de serviços públicos essenciais, precarização das relações de trabalho, descompromisso do poder público constituído com as causas realmente públicas (saneamento, segurança, saúde, habitação, esporte e lazer, etc)[...]”. (MAIA, 2003, p. 88)

Segundo Amaral (2006), com o processo de redemocratização do país, duas importantes conquistas foram demarcadas em relação à participação: uma configurada como um campo democrático no interior da sociedade civil, sendo composto pelos movimentos populares e pelos sociais pluriclassistas, gerando, assim uma cultura de mobilização como mecanismo de pressão para encaminhar suas demandas. Outra, considerada como conquista, foi a demarcação de espaços, com garantia de participação da população nas ações referentes à administração pública.

“O processo de descentralização do Brasil, iniciado nos anos 80, abriu espaço para o surgimento de dois aspectos fundamentais na definição de políticas públicas, não só no esporte e lazer, como em outros segmentos. A democratização e a participação popular expressas no surgimento de conselhos de políticas públicas de saúde, sociais, de educação e, de maneira ainda tímida, nos de esporte e lazer, são exemplos de que a

³⁴ Ver mais sobre os rumos do projeto neoliberal no Brasil de FHC a LULA em: ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula*. 2ª edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

centralização hegemônica na forma de administrar estados e municípios vêm sofrendo modificações....”(MAIA, 2003, p.89)

Como contraponto aos modelos funcionais e tecnocráticos de planejamento e de avaliação de políticas – *eficiência, eficácia e efetividade*, algumas experiências de governos em capitais brasileiras, apresentam planejamentos de governos, que ampliam a *participação popular*, para além da simples administração de recursos, que definindo como relação entre objetivo e resultado, as mudanças *nas correlações de forças políticas* e ampliando *o poder popular*, com inversão de prioridade e inclusão do maior número de pessoas nas políticas sociais do Estado.

Para Maia (2003), é importante garantir também a formação da equipe envolvida na implementação de políticas, para assegurar o desenvolvimento de projetos de políticas democratizante, sendo fundamental conhecer e compreender a dinâmica da ação política, garantindo a participação consciente dos envolvidos com atividades coletivamente debatidas. Essa nova possibilidade de pensar o planejamento de políticas públicas, com maior participação popular, também envolve as políticas setoriais de lazer.

“Neste sentido, as políticas públicas são construídas em clima de conflito e interesses entre camadas e classes sociais, em que a organização e a mobilização social vão conduzir a respostas do Estado para essas questões [...] Nesse processo, destaca-se a participação de diversos movimentos sociais que lutam cotidianamente para garantir direitos civis, políticos e sociais [...]” (Ibidem, 2003, p.87-88).

Enfim, apresentam-se dois caminhos para implementação das políticas setoriais de lazer: um, que opta pelo caminho do assistencialismo e das ações isoladas e desconectadas das outras políticas do governo, com conteúdos banalizados e distantes da realidade, tratando suas atividades como serviços e concebendo a população como consumidores/ clientes que objetivam pelo lazer reproduzir e manter a ordem social, dissimulando conflitos e diferenças de classes; outro, que opta pelo caminho da garantia e da ampliação dos direitos, e concebe as políticas de lazer como espaço para uma educação emancipatória que oportunize, com conteúdos que valorizem a cultura corporal e a história de vida de seus participantes, a reflexão crítica acerca das determinações históricas e da realidade de opressão e de exclusão das classes populares. Opta por uma política que oportunize uma educação libertadora pelo e

para o Lazer, oportunizando a participação dos envolvidos na gestão dessas políticas, que são concebidas como um direito social da população.

Destacamos, também, na implementação de políticas públicas de lazer emancipatórias, a realização do trabalho integrado pelo governo, que busca promover o lazer como ação para auto-organização da população, em seu duplo aspecto educativo, “no” e “para” o *tempo livre*. Uma política pública de lazer, que tenha o compromisso de fortalecer seu potencial mobilizador, criativo, singular, prazeroso e, por fim, revolucionário, sugerimos pautar-se, pelo menos, em cinco eixos, a partir do referencial apresentado por **Marcellino** (2002, p.16) e **Silva** (2004, p.26):

1. Ter definição clara da concepção de lazer que vai nortear as ações desenvolvidas, bem como assegurar um trabalho baseado em uma metodologia da intersetorialidade, envolvendo diferentes órgãos da chamada área cultural, e de acordo com valores associados ao lazer, envolver também órgãos que extrapolem a área cultural (artes, cultura, esporte, meio ambiente, turismo, patrimônio, educação, transporte, saúde, etc);
2. A partir das barreiras para a sua prática e das circunstâncias que o cercam – políticas de reordenação do solo urbano, etc, também buscar a necessidade de um trabalho integrado inter-secretarias: de promoção social, de transporte, de urbanismo, de saneamento, bem como necessidade de relações com os legislativos);
3. A partir do acesso aos seus diferentes conteúdos e interesses culturais, contribuir para o desenvolvimento de uma concepção crítica, unitária e coerente de mundo, conseqüentemente criando formas superiores de lazer que, sem negar as práticas existentes, assegurem atividades autodeterminadas coletivamente que fomentem a criticidade;
4. Ter a garantia de fortalecer a luta pela emancipação do trabalho e do lazer, na perspectiva de unir consciência crítica e vontade coletiva, o lúdico e a autodeterminação, a política e o lazer, em uma lógica emancipatória, que venha fortalecer a luta histórica da classe trabalhadora que é a redução da jornada de trabalho, garantindo assim a existência de um tempo disponível para o lazer.

5 . Garantir também uma política de formação da equipe envolvida na implementação de projetos e de ações de lazer, assegurando projetos e políticas participativas, conhecendo e compreendendo a dinâmica da ação política, para atingir a autonomia e a soberania da população envolvida com atividades coletivamente debatidas.

A trajetória das políticas de lazer aponta caminhos que vêm acompanhando as fases políticas do capitalismo em momento histórico no país, revelando-se como um produto das relações humanas, de fato concreto, histórico e contraditório – como um espaço de disputas ideológicas e políticas. O lazer é constituído em um contexto social, refletindo o que nele é hegemônico, como também passa a forjar nesse tecido social outra práxis, revelando-se também como um espaço de construção de contra-hegemonia dentro da sociedade capitalista. Apesar da utilização do lazer pela lógica neoliberal, como objeto de consumo, em um “tempo liberado e controlado”, as políticas setoriais de lazer pautadas nas abordagens e nas concepções marxistas de políticas públicas, devem propor um projeto democrático e com soberania popular, que possa evidenciar o lazer como direito social e como liberdade humana, contribuindo no processo de elevação cultural, na emancipação e na autodeterminação dos povos.

Nesses últimos sete anos, os segmentos e setores / espaços de debates organizados na área do esporte e lazer (COMBRACE, ENAREL, Grupos de Pesquisa em Lazer, ENEFF, gestões no campo democrático e popular, entre outros) vêm construindo e demarcando políticas para o lazer, como direito social e como espaço de produção de conhecimento. Podemos empiricamente deduzir que essa organização, de alguma forma, culminou, se não total, mas parcialmente, na geração de subsídios para as políticas de Lazer no Ministério do Esporte, criado no Governo Lula em 2003. Chamamos a atenção ao nome dado ao Ministério, pode parecer simples retórica, mas é uma clara constatação, refletida na política de Estado, da histórica supremacia do Esporte³⁵ na cultura corporal e da força de suas instituições no país.

Observando as políticas públicas do Governo Lula para o setor, diante da histórica trajetória das políticas públicas de lazer, podemos deduzir que elas vêm apresentando algumas

³⁵ A trajetória do Esporte e sua hegemônica presença nas políticas de Estado, bem como a força de suas instituições na relação com o Estado, é muito bem analisada por Valter Bracht, no livro *Sociologia Crítica do Esporte* uma introdução. UFES.(1997). Como também Lino Castellani faz destaca a trajetória hegemônica do Esporte como referência da cultura de movimento no campo do lazer e também da educação física, em seu livro: “Educação Física no Brasil: a história que não se conta”.Papirus, (1998).

contribuições ao debate sobre o lazer como parte de uma política de governo. Destacamos nesse processo a realização de duas Conferências Nacionais de Esporte³⁶, que oportunizaram um debate nacional sobre o tema. Porém em nossa avaliação com muitas restrições e fragilidades, deduzimos que, na verdade, os pequenos avanços na forma, não oportunizam realizar rupturas necessárias com a concepção de políticas conservadoras de esporte e lazer no país. O modelo de consultas e de escuta – conferências – adotados pelo atual Governo Federal, não garante efetivamente a deliberação e a participação direta na gestão e no controle social dessas políticas. (SANTOS & MOREIRA, 2006)

Segundo Santos & Moreira (2006), a 1ª Conferência sobre “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano” apresentou já em algumas de suas etapas municipais e estaduais, uma polarização no debate entre os profissionais da área vinculados à rede CONFEF e os profissionais não-filiados à rede e os agentes de lazer, revelando assim a grande resistência dos segmentos esportivos organizados em “dividir” espaço com as políticas de lazer. A 2ª Conferência apresentou como tema, a partir da indicação da 1ª, a criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer³⁷, que teve como eixos para o debate: Agentes e Competências; Recursos Humanos e Formação; Gestão e Controle Social; e Financiamento. A proposta do novo Sistema Nacional de Esporte e Lazer entra para a história das Políticas Públicas do Esporte e Lazer no Brasil. (BRASIL.Documento final da Conferência Nacional do Esporte. Brasília:Ministério do Esporte, 2004.)

Contudo, não poderíamos deixar de registrar aqui um esforço concentrado por parte da Coordenação das duas Conferências, em colocar o Lazer como um conteúdo da política de Estado. Os problemas da pouca ressonância política na corporificação de uma nova concepção e abordagem política do esporte do lazer decorreram, em nossa avaliação, não só da função do tempo e do formato das Conferências, mas principalmente da crença de que a grande maioria dos “parceiros” no setor, que vinham (e ainda vêm) compondo as duas comissões nacionais e o Fórum, representava a força dos interesses esportivos ligados à lógica do alto rendimento e a do poder econômico na área.

³⁶ Notamos em seus documentos – Cadernos de Resoluções 2004 e 2006– que o nome das duas versões da Conferência Nacional é reafirmada como somente Conferência **de Esporte**. Fato que revela, como já apresentamos anteriormente, a força do segmento esportivo e sua hegemonia diante dos outros conteúdos da cultura corporal brasileira.

³⁷ Durante o debate na 1ª Conferência foi uma grande ‘batalha’ travada com os segmentos do esporte hegemônicos pelo referencial do *esporte de alto rendimento*, em acatar a proposta da maioria da Conferência, em incluir no debate de criação do Sistema Nacional de Esporte as ações de lazer, gerando também uma disputa na própria denominação do Sistema como: Sistema Nacional de **Esporte e Lazer**.

Nesse ponto, vejamos como essa lógica ficou refletida nos documentos oficiais, apresentando contradições entre os princípios de democratização do esporte e lazer, com o encaminhamento de propostas de financiamento concretas para o setor de alto rendimento, em trecho da *Carta de Brasília*:

“Desse intenso processo de debates, surgiu a vigorosa proposta de criarmos o Sistema Nacional do Esporte e Lazer, com eixos em políticas nacionais de gestão participativa e controle social, de recursos humanos e de financiamento. Será um sistema descentralizado e regionalizado.[...]No campo do financiamento, pelo momento em que vivemos, desde logo destacamos nosso apoio à criação de uma Lei de Incentivo ao Esporte e o nosso desejo de rápida aprovação, pelo Senado Federal, da lei que cria a Bolsa-Atleta”(site Ministério do Esporte, consultado em junho de 2006).

Então, se a intenção é “*virar o jogo*” e, na realidade, não radicalizar as mudanças de correlação de força e de interesses históricos que atuam na área, a tentativa de criar novas alternativas de política públicas de esporte e lazer emancipatórias para a classe trabalhadora, ficará cada vez mais distante da efetividade dessa “*virada no jogo*” para maioria do povo brasileiro.

Todavia, avaliamos que é preciso um maior tempo para uma análise mais minuciosa e um olhar mais atento a “*novas*” *mudanças* que acabam aparecendo no cenário das recentes políticas públicas de esporte e lazer do governo federal. Sabemos também que essas políticas setoriais não devem e não podem ser analisadas distante do contexto macro político atual. Nesse aspecto, muitas são as críticas realizadas tanto em relação às políticas econômicas quanto em relação à continuidade da aplicação de ajustes e de reestruturação de reformas no modelo neoliberal de estado no País.

O atual Ministério do Esporte apresenta uma proposta de democracia participativa, de formato inovador, que é a apresentação de novos programas e de novas ações no campo do lazer por meio de conferências. Isso constitui um grande avanço, uma vez que o lazer era bem pouco tratado como política de Estado nos governos anteriores. Destacamos ainda que a realização das duas Conferências de Esporte, apesar de suas limitações, demarca um

importante passo na trajetória histórica para o desenvolvimento do lazer como política de Estado.

Diante da atual realidade política e cultural do contexto brasileiro, Amaral sugere:

[...] podemos pensar quais aspectos são necessários para o estabelecimento de políticas públicas de lazer num modelo participativo. Elas deverão primar por uma mudança conceitual e na sua prática social, liberando essas atividades de estarem vinculadas majoritariamente a um único interesse – no caso brasileiro, do físico esportivo – e de uma perspectiva de política assistencialista e /ou focalista..” (AMARAL, 2006, p.168)

A implementação de Políticas Públicas pelo Estado brasileiro, em qualquer esfera: municipal, estadual, federal, exige um compromisso político com a sociedade civil organizada e com os diferentes segmentos de movimentos sociais. Essa política pública precisa, em seu planejamento e em seu programa de governo, contemplar as demandas, os princípios e os valores da classe trabalhadora.

Políticas Públicas de Esporte e de Lazer, como políticas de Estado, passam a refletir o programa do governo, a sua política econômica, social, cultural, bem como seu referencial macro-político-ideológico. E assim, conhecer a história da construção dessas políticas sociais é fundamental para compreender a sua realidade e os desafios de hoje. Portanto, esse breve histórico, objetivou apresentar a dimensão do Lazer, no decorrer da história política do país, e a ampliação do seu espaço como política pública de Estado.

As políticas públicas de lazer na sua trajetória histórica vêm sendo vinculadas a diferentes setores dentro dos governos, ora como departamento, ora como coordenadoria ou ainda como assessoria em Secretarias de Educação, de Turismo e de Cultura ou em Fundações de Cultura, Turismo e Esporte, etc. O que observamos e tentamos apresentar é que, em sua trajetória, o lazer acompanhou as ações da Educação, da Cultura, do Esporte e depois foi ganhando espaço e se vinculando a outros pares, como turismo, juventude, entre outros.

Concluindo, a despeito de definir o lugar da política de lazer na máquina estatal (secretaria, coordenadoria, departamento, assessoria, etc.), o mais importante é ter clareza de quais serão as referências para as formulações e as implementações dessas políticas, a partir da apresentação do modelo de projeto de desenvolvimento socioeconômico e de qual

concepção de Estado, de Políticas Públicas, de modelo de gestão e de concepção de Lazer que serão utilizados.

GESTÃO PARTICIPATIVA

Fig. 13 - II ENCONTRO COM AS COMUNIDADES



II ENCONTRO COM **AS** COMUNIDADES

"Discutindo o Lazer na construção da Belém 400 anos"

De 01 a 03 de Abril, na Aldeia Cabana de Cultura Amazônica
2004 Belém - Pará - Amazônia - Brasil

FONTE: SEMEC /CEAL - 2004

4.1 DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO: caminhos para uma nova cultura política

No capítulo anterior, apresentamos a trajetória histórica da compreensão do lazer como um direito social e os referenciais teóricos que podem balizar a construção de políticas públicas emancipatórias no setor, evidenciando as mudanças e as rupturas necessárias com o modelo hegemônico neoliberal. Observamos que são vários os discursos pela “*mudança*”, e em sua grande maioria, ficam reduzidos a pequenos aspectos da administração pública e do planejamento tecnocrático, como o da introdução nos objetivos dos conceitos de “inclusão social”, de “democratização do acesso”, da “gestão democrática”, entre outros.

Esses aspectos ficam somente no nível do discurso, com destaque para o modelo de gestão, e que tomam de assalto os cenários das recentes políticas públicas de esporte e lazer, necessitando, portanto de uma análise mais cuidadosa. Essas *mudanças* no campo da participação e da gestão nas políticas públicas, muitas vezes tratadas superficialmente e que não garantem alterações nas relações de poder entre o Estado e a Sociedade Civil, além de pouco ou quase nada terem contribuído para uma nova cultura política e de conscientização fazem parte do atual sistema esportivo e de lazer. É preciso que se diga que o princípio *da participação e gestão democrática* contida no discurso das políticas de esporte e lazer, não garantem por si só, a *efetiva democracia de massa*³⁸, necessária à organização democrática de um novo modelo de gestão no setor.

As experiências de gestões democráticas, hegemônicas pelo contexto neoliberal e baseadas em políticas públicas de clientelismo e de assistencialismo, na centralização e no planejamento tecnocrático, ultimamente ganham novas roupagens. As grandes temáticas demandadas dos movimentos sociais, como a democratização, a cidadania e a participação, são absorvidas, na estratégia da “participação concedida”, com caráter instrumental, que passam a ser aspectos fundamentais para o planejamento do Estado neoliberal, que frente à “crise de legitimidade”, busca garantir a sua governabilidade com a aplicação e avaliação das políticas reguladas a partir da eficiência, da eficácia e da efetividade social.

³⁸ Democracia de Massa é um conceito apresentado pelo italiano Pietro Ingrao, em seu trabalho intitulado *Masse e potere*, Roma.1977. Ingrao apresenta a *democracia de massa* como um processo, de uma combinação orgânica entre a democracia representativa e a democracia direta. Abordaremos esta concepção com mais detalhes no tópico sobre democracia.

Nesse sentido, é necessário analisar a disputa político-cultural, no início deste século, entre os dois projetos: **o projeto neoliberal e o projeto de esquerda participativo**, que disputam o sentido e significado dos aspectos que constituem o processo democrático. Diante disso, em função da centralidade temática de nosso capítulo, nos afastaremos um pouco do contexto teórico das políticas setoriais de lazer, para apresentarmos o importante contexto macro das disputas, em que estão inseridas.

Estaremos situando conceitualmente e analisando, na perspectiva neoliberal, como são efetivados os deslocamentos dos discursos em relação aos sentidos e aos significados de algumas noções fundamentais dos elementos constitutivos do processo democrático, desenvolvidas durante as lutas dos movimentos sociais pela redemocratização no Brasil, como: Participação, Democracia, Autonomia, Cidadania.³⁹

Como já apresentamos no capítulo sobre as Políticas Públicas, a trajetória histórica da redemocratização do Brasil, remonta os anos 80, como um período de grande mobilização das massas: movimentos sociais e sindicais na luta pelos seus direitos. A abertura política se deu de forma gradual e tendo o núcleo conservador da elite brasileira no comando das “mudanças”. Neste processo, os dois projetos políticos distintos se aproximam na tentativa de disputar o novo cenário de abertura política. E na continuidade histórica do processo de redemocratização do aparato estatal, se afastam demarcando lutas e interesses de classes distintas.

Neste percurso histórico, como aponta Dagnino (2004), podemos observar as disputas por referenciais aparentemente comuns, como participação, sociedade civil, cidadania, democracia; disputa que revela as contradições que atravessam hoje a dinâmica do avanço democrático no Brasil. Nessa disputa, na prática política cotidiana, os desvios de sentido e de significado desses referenciais nos discursos são as armas estratégicas para o avanço do projeto político neoliberal. Muitas vezes, qualquer descuido nesse sentido, nos leva a cair na malha semântica de significados ideologizantes do capital, ou seja, poderemos estar falando em políticas participativas, mas na verdade estaremos reforçando a lógica neoliberal. Essa “confluência perversa”, como bem aponta Dagnino, acaba revelando a grande complexidade do processo democrático no país cuja análise desse processo, impõe inflexões

³⁹ Faremos uma breve análise das implicações desse procedimento de re-significação para os processos de representações, que hoje são observadas no campo da política e da democracia, tendo como referências centrais os trabalhos de Evelina Dagnino (2004), Carvalho (1998), Coutinho (1981), Gramsci (2007), Gohn (2007) e Chauí (1990)

necessárias às relações entre Estado e Sociedade Civil para o desafio da efetivação de instâncias de participação e suas dinâmicas de funcionamento.

[...] Na verdade, o que essa confluência perversa veio ressaltar é uma dimensão freqüentemente esquecida: a imensa complexidade desse processo, que resiste a análises simplistas e unidimensionais. Uma dessas inflexões é a necessidade de conferir um maior peso explicativo à noção de projeto político, no nível teórico, e em consequência, investir, no nível empírico, na investigação e análise dos distintos projetos políticos em disputa, e especialmente no esforço de desvendar a crescente opacidade construída por referências comuns, através da explicitação dos deslocamentos de sentido que sofrem. Estamos usando o termo projetos políticos num sentido próximo da visão gramsciana, para designar os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos.[...]. Se esses deslocamentos expressam e configuram uma disputa política, sua análise deve expor os distintos projetos que esses sentidos escondem e revelam. (DAGNINO, 2004, p.97-98, grifo nosso).

Igualmente, as disputas pelos sentidos e pelos significados desses aspectos, também poderão, de forma estratégica, compor o campo do alargamento da hegemonia das classes subalternas, que de forma estratégica, vão progressivamente, conforme tradição gramsciana, avançando na “*guerra de posição*”⁴⁰, para uma *gradual agregação de um novo “bloco histórico”*, na luta de classes entre o projeto neoliberal e o projeto de esquerda participativo.

Situando a disputa de projetos no Brasil, convém apresentar os diferentes modelos de democracia que vêm historicamente confrontando essa “*guerra de posição*” das classes trabalhadoras ao projeto burguês.

O projeto neoliberal, para Dagnino, revela um deslocamento no entendimento da representatividade desses elementos, no caso do Estado- passa a ser um espaço que expressa a “*vontade geral*”, concebendo a sociedade sem luta de classes, como atores da sociedade civil,

⁴⁰ “A *Guerra de posição* nas sociedades que Gramsc chamou de “ocidentais”, onde o Estado se “ampliou”, as lutas por transformações radicais travam-se no âmbito da “sociedade civil”, visando à conquista do consenso da maioria da população, mas se orientam, desde o início, no sentido de influir e de obter espaços no seio dos próprios aparelhos do Estado” (COUTINHO, 2000, p.39)

gerando uma progressiva identificação entre “sociedade civil” e ONG, que passa a sofrer um processo de despolitização, comumente chamado de “onguização” dos movimentos sociais, onde as ONGs, por exemplo, trazem a representatividade deslocada para o tipo de competência que possuem. Assim o Estado as vê como interlocutoras representativas, pois possuem e asseguram um conhecimento específico como resultado de sua articulação com vários setores sociais: grupos de cultura popular, jovens, mulheres, movimentos ambientais, negros, homossexuais, etc.

*[...] Esse **deslocamento da noção de representatividade** não é obviamente inocente nem em suas intenções nem em suas conseqüências políticas. Seu exemplo mais extremo é a composição do Conselho da Comunidade Solidária, criado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso e centro das políticas sociais durante seu mandato, onde a representação da sociedade civil se dava através de convites a indivíduos com alta “visibilidade” na sociedade, artistas de televisão, pessoas que escrevem com freqüência a mídia impressa, etc. Esse **entendimento particular da noção de representatividade** a reduz à visibilidade social, entendida, por sua vez, como o espaço ocupado nos vários tipos de mídia. Estreitamente ligada a esse processo de deslocamento, a noção de participação e cidadania, que constituiu o núcleo central do projeto participativo e democratizante, percorre os mesmos caminhos. [...]” (DAGNINO, 2004, p. 100).*

4.2 Democracia representativa e Democracia participativa

O Brasil vive hoje uma democracia política (no campo formal: a população com conquistas de direitos, para eleger seus representantes nos executivos e legislativos municipais, estaduais e federais, para participar de instituições políticas como partidos, etc) dissociada de uma democracia social (direito constitucional ao acesso de bens culturais como educação, saúde, habitação, lazer, emprego, etc). A democracia política é formal, e hoje as instituições democráticas no país se mostram pouco eficientes na redução da desigualdade.

Como aponta Boron (1994), a questão crucial é a seguinte, pode a democracia progredir e ser consolidada, diante da miséria generalizada? Miséria que corrói a cidadania substantiva da população excluída, ao mesmo tempo em que mais se exalta a participação

política. O sistema capitalista tenta integrar politicamente as massas e, ao mesmo tempo, criar políticas de ajuste e de modernização do Estado, que as excluem e as marginalizam. “*A democracia não convive pacificamente com os extremos: a generalização da extrema pobreza e sua contrapartida, o fortalecimento da plutocracia são incompatíveis com seu efetivo funcionamento. Quando os pobres se transformam em indigentes e os ricos em magnatas, sucumbem a liberdade e a democracia*” (BORON, 1994, p.13.)

Segundo Bobbio (2000), no debate político atual sobre democracia, dois projetos se destacam: O democrático liberal ou “**democracia representativa**” e o **democrático participativo** ou “democracia direta”. Embora tenhamos divergências em outros campos teóricos da totalidade de sua obra, trabalharemos com esta conceituação de Bobbio, para efeito do entendimento de classificação e de caracterização da democracia no decorrer de nosso estudo. Assim, a expressão “*democracia representativa*” significa genericamente que as decisões referentes a um coletivo são tomadas não diretamente pela população que faz parte de uma referida questão, mas por representantes eleitos para tal finalidade. Por “*democracia direta*” entende-se todas as formas de participação no poder, que não se resolvem numa ou noutra forma de representação (nem a representação dos interesses gerais ou política, nem a representação dos interesses particulares ou orgânicas): a) O governo do povo por meio de delegados investidos de mandato imperativo e portanto revogável; b) O governo de assembléia, isto é, o governo não só sem representantes irrevogáveis ou fiduciários, mas também sem delegados; c) *o referendum*.

Essa posição de Bobbio (2000) decorre de suas análises, a partir da interpretação da democracia (tendo a realidade política Italiana como fonte de interpretação) na teoria das formas de governo, discriminando três usos: uso descritivo (ou sistemático), uso prescritivo (ou axiológico) e uso histórico⁴¹. Tratamentos e usos que passam a ser referendados pelos diferentes projetos políticos em disputa. Bobbio, ainda apresenta o que vem sendo pautado nos debates centrais sobre o processo de democratização no atual sistema hegemônico capitalista, e as contínuas resistências a este sistema pela classe trabalhadora, sendo um esforço, que diante de uma análise crítica de seu trabalho, percebe-se a complexidade do tema e as estratégias dos discursos oficiais em um campo semântico do projeto neoliberal e também no campo da democracia.

⁴¹ Ver mais sobre a questão da Democracia na teoria das formas de governo, em BOBBIO, N. *Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política*. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 11ª edição. 1987.

Coutinho (2000) em seu livro “*Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*”, apresenta argumentos teóricos para se contrapor ao que ele chama de *grosseiro equívoco tanto teórico como histórico, uma falsa contraposição* estabelecida entre democracia burguesa (representativa) e democracia proletária (direta). Coutinho (2000) informa que na trajetória histórica da modernidade sobre a efetividade da cidadania, -- passando pelos direitos naturais, direitos civis, direitos políticos, direito ao sufrágio universal, direitos sociais e conseqüentemente da democracia, várias foram as tensões que os trabalhadores, em diferentes países, tiveram que promover, com amplos movimentos sociais, para conquistá-la, “[...] *Isso já indica um fato fundamental: a generalização dos direitos políticos, até mesmo nesse nível do sufrágio, é o resultado da luta da classe trabalhadora*” (*Ibidem, p.60*). Por tudo isso, concordando com o autor, é um grosseiro equívoco falar em democracia burguesa, pois esta traz em sua gênese a negação do direito às classes trabalhadoras; pode-se falar no Liberalismo como uma teoria e um regime político burgueses, pois desde a sua origem, fica clara a ligação do liberalismo à classe burguesa, bem como seu movimento pela consolidação da ordem capitalista,

“[...] Já as conquistas da democracia enquanto afirmação efetiva da soberania popular – o que implica, como condição mínima, o direito universal ao voto e à organização (em suma, o direito a participação) – têm resultado sistematicamente das lutas dos trabalhadores contra os princípios e as práticas do liberalismo excludente, defendido e praticado pela classe burguesa. Portanto seria não somente um equívoco histórico, mas também uma injustiça contra os trabalhadores atribuir à burguesia algo que foi conquistado contra ela.” (ibidem, p.61).

Diante do exposto, faremos para efeito teórico, uma explanação do entendimento sobre o ideário democrático nos dois campos dos projetos políticos antagônicos: neoliberal e de esquerda participativo, pois essa classificação entre democracia representativa e democracia direta é extensamente apresentada nos vários livros e textos que abordam o tema, como Bobbio (1986) em *o Futuro da Democracia*, Chauí (1990) em *Cultura e Democracia*; Carnoy (1990) em *Teoria do Estado*; Macpherson (1978) em *A Democracia Liberal*; Boron (1994) em *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina*; Dahl (1997) em *Poliarquia*; Schumpeter (1961) em *Capitalismo, Socialismo, Democracia*; Mill (1981) em *Considerações*

sobre o Governo Representativo; Sartori (1994) em *A Teoria da Democracia Revisitada*; Wainwright (2005) em *Poder Popular no Século XXI*, e Lênin (1917) em *o Estado e a Revolução*.

Concordando com Coutinho, a democracia avançou em sua ampliação de direitos em função das ações de resistência organizadas da classe trabalhadora. Para entender democracia como forma ou estratégia de governo, para materializar as políticas públicas, os princípios e os valores de um governo democrático e popular, será necessário implementar um modelo que avance nas práticas da democracia direta, ampliando os canais de participação popular, como assume Coutinho (2000):

A democracia é soberania popular, é construção de uma comunidade participativa, é igualdade. Temos aqui determinados valores que o capitalismo demonstrou claramente que não é capaz de realizar. Uma verdadeira democracia é um processo que implica não só modificações políticas, mas também modificações econômicas e sociais [...] Mas há hoje uma disputa política e ideológica sobre o que é democracia.”
(COUTINHO, 2000, p.129).

Quanto ao modelo de democracia representativa, baseado nas tradições liberais, compreendemos que a democracia é reduzida a um simples procedimento para operacionalizar a máquina pública, a gestão, sem abertura de canais de participação direta para a população deliberar e formular políticas públicas para a cidade. Com a população sem poder para efetivar uma cidadania ativa, nesse campo, a democracia, como diria Boron, “[...] passa a ser simplesmente a organização política do capitalismo [...]”.

O referido modelo de democracia representativa se efetiva pela eleição de representantes por voto direto em um mecanismo formal de organização do poder político. Modelo este de participação que vem sofrendo várias críticas. Os fatos apontam para uma realidade, sobre a qual os próprios teóricos do campo liberal já fazem críticas revelando seus limites e suas contradições e avaliam o “esgotamento” político e conceitual deste modelo para representar um processo de ampliação da participação.

“Nesse prolongado processo – pelo qual a ideologia democrática foi se acomodando. As demandas liberais de uma burguesia em ascensão e

atarefada na construção de sua própria hegemonia – a democracia foi lentamente perdendo sua medula igualitária e degenerando em um puro mecanismo formal de constituição e organização do poder político [...]” (BORON, 1994, p.94)

Macpherson (1979) teórico do campo liberal, em sua obra sobre “A Democracia Liberal” argumenta que a democracia não pode ser reduzida a um mecanismo de liberdade de escolha, a um “mecanismo apenas para escolher e autorizar governos” para obter leis, ou para tomar decisões políticas. Ao contrário, o autor afirma que “Democracia é muito mais que isso”, pois é vista “*como uma qualidade que penetra toda a vida e todas as atividades, como um tipo de sociedade no conjunto inteiro de relações recíprocas entre as pessoas que constituem a nação ou outra unidade*”.

Considerando os referenciais teóricos do projeto liberal, é um equívoco tratar do ideal democrático como um princípio universalizante, pois de acordo com seus princípios filosóficos e políticos fundamentados nos meios de produção capitalista, a produção dos bens é realizada por uma grande massa de trabalhadores, mas o acesso à apropriação e ao acúmulo destes bens é limitado a poucos e privatizado nas mãos de uma minoria, ou seja, a diferença de classe é estabelecida e revelada pela apropriação dos bens materiais, pela relação de poder político baseada no poder econômico, pela exclusão da massa de seus direitos básicos, como: saúde, educação, habitação, emprego, por altos índices de qualidade de vida, entre outros aspectos, desfrutados por uma pequena classe privilegiada.

Um dos desafios para o projeto de esquerda participativo é desenvolver por meio de um projeto ético-político, o “consenso” Gramsciano, que busca superar a clássica teoria liberal da “Vontade Geral” que opera de forma coerciva à “vontade de todos” e a relação com o trato do pluralismo que revela os diferentes interesses, como diria Coutinho (2000), “*a supressão do pluralismo conduz ao despotismo totalitário, a sua afirmação incontrolada leva ao liberal-corporativismo*” (p. 31), e, nesse aspecto, cabe resgatar a consistência da lógica de Rousseau, muito bem lembrada por Coutinho de que sem a preponderância da vontade geral e do interesse público, a democracia pode ser usurpada de sua plenitude.

Portanto, o desafio é articular, combinar os dois aspectos referentes à liberdade e à igualdade de direitos sociais e políticos, em uma sociedade: a vontade geral e o pluralismo. Logo, a combinação desses aspectos revela que o projeto de esquerda participativo na construção da transição para uma sociedade socialista, segundo Coutinho (2000), precisa

estabelecer regras baseadas em consenso, gerando uma nova ordem que deve ser autoregulada, fruto de construção coletiva e de uma efetiva democracia participativa, revelando a realidade dos conflitos que devem ser debatidos e não entendidos como simplesmente oposição, pois uma sociedade democrática não deve dissimular seus conflitos. Para isso, o projeto de esquerda participativo deverá buscar aquilo que Gramsci apontava como “*a vontade coletiva nacional-popular*”. Este novo “bloco histórico” deverá ser regulado por uma relação de hegemonia entre os diferentes interesses das diferentes classes da sociedade.

“[...] resulta da elevação dos interesses específicos (“econômico – corporativos”) de seus vários componentes ao nível do interesse “ético-político”, ou universal, o que ocorre mediante uma negociação que não pressupõe a eliminação ou repressão desses interesses particulares. O “bloco histórico”, assim, **seria uma unidade na diversidade**. Elaborando uma pauta de prioridades globais, o bloco majoritário hegemônico poderia selecionar, dentre os múltiplos interesses que representa, os que mais correspondam – em cada oportunidade concreta – ao interesse efetivamente comum do conjunto de seus integrantes.[...](COUTINHO, 2000, p. 32)”.

O entendimento de Coutinho, aplicado ao processo de construção democrática em uma sociedade, apresenta os elementos constitutivos, referendados na unidade da diversidade/articulação entre vontade geral e pluralismo, para efetivar uma gestão democrática participativa.

Nota-se que esse caminho somente será possível ser percorrido, se for efetivada uma socialização da política, democratizando as relações de poder e de tomadas de decisão. Os desafios apresentados por Coutinho, baseado em Gramsci, percorrem indicativos para construir saídas institucionais para a aplicabilidade da *universalização da democratização*, com a articulação entre os predomínios da vontade geral e da conservação do pluralismo. “No quadro do atual nível de complexidade social, essa articulação solicita a integração entre os organismos populares de democracia de base (criados de baixo para cima) e os mecanismos tradicionais de representação indireta (como os parlamentares)[...]” (*Ibidem*, p.33).

Esse processo de uma combinação orgânica entre a democracia representativa e a democracia direta foi apresentado por Pietro Ingrao (1977) nos estudos de Coutinho, como *Democracia de Massa*⁴²:

*Os organismos de democracia de base [...] devem ser entendidos e construídos como reais momentos institucionalizados de intervenção e de decisão, que se ligam e se articulam com a vida das grandes assembleias eletivas, de modo a assegurar uma presença difusa e organizada das massas, desferindo um golpe contra o isolamento e o cupulismo das assembleias e dos próprios partidos políticos. **Portanto: uma articulação organizada entre democracia representativa e democracia de base, capaz de favorecer a projeção permanente do movimento popular no Estado, transformando-o** (INGRAO, Apud COUTINHO, 2000, p.34, grifo nosso)*

Do ponto de vista de Coutinho, A Democracia de Massa é uma das concepções mais avançadas sobre o processo de radicalização da democracia e de gestão participativa do campo marxista, fato que iremos tratar com mais detalhe no tópico sobre Gestão Participativa. Neste sentido, é preciso perceber os conflitos e as contradições das lutas e dos interesses de classes dissimulados nas máximas sobre “*participação e democracia*” por dentro do projeto neoliberal.

A articulação e a efetividade entre democracia e capitalismo é conflitiva e improvável, diante da pseudoconcreticidade do capital em “harmonizar” e “humanizar” seus ideais, a possibilidade de emancipação da população sofre um duro golpe. Para Padilha (2000, p.105) “[...] a emancipação humana é algo muito mais complexo e requer reflexões muito mais radicais”. Enquanto o capitalismo conseguir operar a sua lógica, é possível afirmar que mesmo buscando ampliar seus canais de “democratização”, jamais conseguirá configurar outro *princípio civilizatório*, tanto na teoria quanto na prática histórica. A estratégia do projeto neoliberal de disputar as “versões semânticas” acerca de *democracia e participação* aponta para um processo de despolitização desses aspectos e para o modelo de democracia capitalista que vem sendo discutido em termos abstratos, ou seja, em um campo ideológico do capital.

O modelo político-econômico e cultural, diante do debate apresentado, é um aspecto fundamental para as análises do processo democrático. O domínio dos meios de produção das relações de exploração entre classes deve ser observado como fator imprescindível na conformação das construções de hábitos culturais de consumo, dos valores morais, dos

⁴² Ver mais sobre democracia de massa em Pietro Ingrao, *Masse e potere*, Roma, Riuniti, 1977, pp. 90-91.

interesses de participação, da razão, da subjetividade de indivíduos que fazem parte de classes sociais, e que por pertencerem a uma classe social, suas opiniões políticas e seus interesses de participação em um grupo, ou “instituições democráticas”, vão sendo moldados, a partir das contradições e dos conflitos presentes.

Lembrando que a força da hegemonia capitalista com seu modelo de democracia representativa, apoiada em seu ideário de “igualdade e liberdade”, embora apresente aspectos de “enfraquecimento” em várias regiões – como exemplo a América Latina, não está derrotada. Para Gramsci, a *crise da hegemonia burguesa* é somente uma etapa para o avanço de uma política contra-hegemônica. Segundo Luiz Araújo Costa (2004), a marca da hegemonia capitalista é o descredenciamento e o desconhecimento de “todos e de quaisquer acordos ou estruturas de poder multilaterais que venham a impor barreiras ou constrangimentos aos seus planos”.

Lênin já apontava o grande desafio para as democracias socialistas e criticava de forma contundente o conceito de liberdade que ainda hoje é utilizado pelas classes dominantes, para ajustar suas estratégias hegemônicas no plano cultural e político. Entretanto, o autor deixa claro que a liberdade é um direito importantíssimo a ser efetivamente conquistado em qualquer democracia, porém revela: “*A liberdade é uma fraude que se opõe à emancipação do trabalho da opressão do Capital*”. Sabemos que Marx dedicou a maior parte das suas investigações científicas, exatamente para evidenciar o uso ideológico pelas classes dominantes do slogan de “liberdade, igualdade”, “vontade da maioria” para provar que “*por detrás dessas frases se encontram os interesses da liberdade do proprietário, da liberdade do Capital, para oprimir as massas trabalhadoras*” (*ibidem*, p.26). A liberdade tratada pela lógica liberal é revelada na sua estratégia de significado ideologizado.

Ao contrário da igualdade, a liberdade (desde o idealismo alemão, pelo menos!) não se define pelo pólo da Natureza nem pelo pólo da Lei, mas circunscreve o espaço da humanidade do homem, isto é, sua definição como Sujeito, da qual deriva a existência da lei positiva. Na lógica da democracia liberal, a liberdade é um ato subjetivo da vontade e por isso se exprime como capacidade para escolher...ora essas liberdades, como sabemos, são efeitos ou resultados da liberdade e não sua definição. A liberdade é autonomia, ou seja a ação que se realiza sem ser determinada por um constrangimento externo. É a autodeterminação. (CHAUÍ, 1990, p.207)

Neste contexto, o projeto de esquerda participativo tem como grande desafio formular e implementar novas alternativas de processo democrático e de participação popular nas políticas públicas, na *contracorrente* do que hoje é hegemônico no país. E partindo da análise da realidade concreta desvelar estas “novas formas” de organização de poder, representadas pelo campo liberal. Segundo Bruno (1997):

Trata-se de uma nova forma de organização de poder,[...]. À democracia representativa, prevalece [...] opção a democracia participativa, onde os grupos de pressão e os lobbies substituem os partidos políticos. Esta democracia participativa se constitui na conjugação dos mecanismos políticos do neocorporativismo; os organismos tripartites, os sistemas de votação direta [...] com as formas de participação popular nas tarefas e escalões mais baixos da administração estatal. Isto contribui diretamente para reduzir os gastos do Estado com os serviços destinados às populações de baixa renda.[...] A grande ênfase é dada ao papel da comunidade na formulação das propostas. Entretanto, não se pode esquecer que a comunidade é constituída por múltiplos agentes sociais, entre eles, as empresas, cujo poder econômico influencia decisivamente os resultados dessas votações, assim como influencia outras disputas políticas. (BRUNO, 1997, p.27-28).

Acreditamos, então, que a democracia, pautada nos ideários socialista, só se efetivará como valor universal em países subdesenvolvidos como no caso do Brasil, quando conseguir alargar os direitos políticos, econômicos e sociais à grande maioria da classe trabalhadora, excluída do sistema. E a massa, por sua vez, com seus direitos conquistados, poder exercer sua autonomia política, cultural e econômica na construção do futuro de sua cidade e país. “*Nunca poderemos chegar a um ponto que nos permita dizer que a democracia está acabada. A democracia é um processo que devemos conceber como em permanente construção.*” (COUTINHO, 2000).

4.3. Participação Popular como categoria fundante

Na natureza humana convivem duas dimensões básicas: a dimensão individual e a dimensão social. Essas dimensões não se constroem isoladamente, mas em uma relação

intrínseca. A dimensão social é a primeira que se manifesta. O homem nasce livre como nos ensina Rousseau pela sua necessidade de liberdade, e é algo que vai “aprimorando e desenvolvendo”, de acordo com os contextos sócio-culturais que passa a viver, poderá se desenvolver ou não por meio do espaço e do tempo em primoroso processo de autoeducação e de autoliberdade.

Uma questão importante é deixar claro como essa percepção de individualidade e de coletividade da natureza humana é apreendida no cotidiano da vida em sociedade. Para o ideário Liberal, segundo Rousseau e Locke, a vida em sociedade suscita um governo que é um produto de um contrato, um pacto voluntário fechado por uma comunidade de “homens livres”. A vida, a liberdade e a propriedade do homem são direitos inalienáveis. Assim o liberalismo baseia sua sociedade (burguesa) na propriedade privada, no trabalho assalariado, na produção capitalista. Portanto, hoje, o liberalismo movido às últimas conseqüências tem levado os indivíduos a uma ausência de solidariedade e a um “afastamento” social.

Para Marx, *“os indivíduos sempre partiram de si mesmos, naturalmente não do indivíduo “puro”, no sentido dos ideólogos, mas sim deles mesmos, dentro de suas condições e de suas relações históricas.”* Nesta perspectiva marxista, não é a consciência do homem na sua abstração que vai construir a realidade, mas é a condição concreta da realidade que vai constituir a consciência humana.

A diferença entre o indivíduo pessoal diante do indivíduo na sua qualidade de membro de uma classe e a contingência das condições de existência para o indivíduo só aparecem com a classe que é, ela própria, um produto da burguesia. É somente a concorrência e a luta entre os indivíduos que engendram e desenvolvem essa contingência como tal. Por conseguinte, na representação, os indivíduos são mas livres sob o domínio da burguesia do que antes, porque suas condições de existência lhes são contingentes; na realidade, eles são naturalmente menos livres sob o domínio da burguesia do que antes, porque estão muito mais subsumidos por um poder objetivo[...] (MARX & ENGELS, 1998, 95, grifo nosso).

O ideário socialista tem sua concepção de sociedade baseada na liberdade, na dignidade, na solidariedade e na autogestão desses sujeitos. A classe trabalhadora, ao desenvolver princípios socialistas, pauta-se na vida coletiva criando valores e princípios radicalmente opostos aos da classe burguesa. Portanto, o ponto central da cultura de uma

sociedade socialista é que o homem só poderá desenvolver-se de forma digna, humana e integral se priorizar e realizar uma organização social mútua, comunitária e coletiva. A sociedade socialista compreende a vida do homem em sua totalidade e oferece possibilidades para um movimento harmônico entre seu universo particular e seu universo social.

A *participação*, no sentido de sua origem, segundo Bordenave (1994), origina-se da palavra *parte*, significa *fazer parte, tomar parte, ter parte*. Portanto, a participação como dimensão fundamental na vida humana deverá ser revelada nos seus diferentes nexos sociais e políticos, diante dos espaços “permitidos ou conquistados” *de fazer parte* na produção, na gestão e no acesso aos bens de uma sociedade historicamente determinada.

Diante do contexto, entendemos por participação aquilo que Gohn (2005) apresenta como:

“[...] um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova. Não estamos nos referindo a qualquer tipo de participação, mas a uma forma específica, que leva a mudança e à transformação social.” (Ibidem, p. 30).

Para o projeto de esquerda participativo, a Participação é uma das ações centrais para o exercício da autonomia e para a socialização da política. Bordenave (1994) compreende a participação como uma necessidade humana que constitui a gama de direitos das pessoas. O ser humano necessita além do alimento, da saúde e da moradia, de autovalorização, de autoexpressão e de participação, “[...] *Privar os homens de satisfazerem estas necessidades equivale a mutilar o desenvolvimento harmônico de sua personalidade integral*” (p.77), bem como de usurpar o direito às suas construções culturais, sociais e política. Como podemos perceber o acesso à “participação” é uma estratégia utilizada pelos dois projetos políticos em disputa na sociedade. Cabe então a pergunta: de qual participação estamos falando? Aquela que é entendida somente como uma ferramenta metodológica, normativa e funcional, para atingir a eficiência e a eficácia do aparelho estatal? Aquela que passa a ser vista como uma ação mais ampla, como um processo de amadurecimento da consciência crítica, de aquisição

de poder de pertencimento, de construção coletiva, de soberania popular com autonomia da população envolvida?

Gohn (2007), em seus estudos sobre “Conselhos gestores e participação sociopolítica”, revela que “participação” é uma das palavras mais utilizadas nos vocabulários político, científico e popular da modernidade e que dependendo do período e do contexto histórico, aparece associada a outros termos, como: democracia, representação, organização, conscientização, cidadania, solidariedade, exclusão, etc. Assim, o entendimento do que seja participação “*continua sendo um enigma a decifrar*” diante do grande referencial teórico produzido a respeito do tema nas últimas décadas. Vários teóricos fundamentam o sentido atribuído à participação, e a autora apresenta a classificação “destes sentidos” a partir de três níveis básicos (ibidem, p.14):

- a) O conceptual – definido por um alto grau de ambigüidade, variando segundo o paradigma teórico em que se fundamenta;
- b) O político – associado a processos de democratização (em curso ou lutas para sua obtenção), porém pode ser utilizado como um discurso mistificador em busca de mera integração social de indivíduos, isolados em processos que objetivam reiterar os mecanismos de regulação e de normatização da sociedade, resultando em políticas sociais e em controle social;
- c) O social – atribuído às dimensões práticas, relaciona-se ao processo social propriamente dito. Trata-se das ações concretas engendradas nas lutas, nos movimentos e nas organizações para realizar algum intento. A participação aqui, assume um papel e é concebida como um meio viabilizador fundamental.

A partir de alguns autores clássicos e contemporâneos da ciência política e da sociologia política que apresentam em seus estudos uma centralidade no tema, a autora apresenta os “*paradigmas analíticos sobre a participação*”. Esses trazem a referência do entendimento sobre participação a partir das consideradas formas “clássicas”, a saber: a liberal, a autoritária, a revolucionária e a democrática.

- a) **A forma liberal** concebe a participação com o objetivo de fortalecer a sociedade civil, não para que esta participe da vida do Estado, mas para que fique fortalecida e assim seja

evitada a ingerência do Estado, trazendo a perspectiva de sempre reformar a estrutura da democracia representativa e melhorar a qualidade da democracia nos marcos das relações capitalistas. Portanto, esta perspectiva se baseia em um princípio da democracia de que todos os membros da sociedade são iguais e a participação seria o meio, o instrumento para a busca de satisfação dessas necessidades. As participações corporativas e comunitárias são um derivado da concepção liberal, são formas institucionalizadas que concebem a participação como um movimento espontâneo do indivíduo sem considerar as questões referentes às diferenças de classe, de raça, de etnias, etc.;

b) A forma autoritária dirige a participação para assegurar a integração e o controle social da sociedade e da política, a exemplo de regimes políticos autoritários de massa. Poderá ocorrer em regimes democráticos representativos como um derivativo, que é a participação de natureza cooptativa, sendo a participação é utilizada, no campo das políticas públicas, por meio da implementação de programas que visam apenas diluir os conflitos sociais.

c) A forma revolucionária traz a participação estruturada em coletivos organizados para lutar contra as relações de dominação e pela divisão do poder político. O sistema partidário é um ator fundamental nessa concepção, pois tem como missão formar quadros para uma participação qualificada nos espaços garantidos. Vários teóricos do campo advogam o controle do poder nas mãos da comunidade, o que implica uma redistribuição total do poder, buscando substituir a democracia representativa pela denominada democracia participativa.

d) A forma democrática concebe a participação como um fenômeno que se desenvolve tanto na sociedade civil quanto no plano institucional. Nela, defende-se o ideal liberal da competição no interior da sociedade civil, e afirma-se que, no interior do Estado, as hierarquias devem ser respeitadas. Essa forma de participação era observada nos conselhos de cidadãos do passado, que demarcavam com muita precisão as competências (consultivo, deliberativo, etc) e os limites da participação popular.

Gohn (2007), em seus estudos, estabelece a fusão das formas democrática e revolucionária de participação na **forma democrática-radical**, baseada em vieses identitários. O pluralismo é a marca dessa concepção, nela os partidos não são mais importantes que os movimentos sociais e os participantes são vistos como “sujeitos sociais”.

Não se trata, portanto, de indivíduos isolados nem de indivíduos membros de uma dada classe social. A participação articula-se, nesta concepção, com o tema cidadania. Citam-se os seguintes exemplos dessa concepção: Fórum do Orçamento Participativo e os diferentes Fóruns de participação popular (da Reforma Urbana, do Meio Ambiente etc.)

Trazemos para nosso estudo as contribuições de Gohn, dialogando com suas análises e concordando em grande parte com seu material sobre a trajetória conceitual da *participação*. Diante das classificações apresentadas fizemos a opção, com base em nosso referencial teórico metodológico, da forma de **participação revolucionária**, ponderando, principalmente, no campo do entendimento do papel e da dinâmica histórica dos sujeitos envolvidos no processo. Pois, vários estudos sobre as experiências dos conselhos gestores dos Orçamentos Participativos e dos fóruns da Reforma Urbana apresentam também uma leitura do entendimento das posições políticas e da leitura de classe. Assim, concordamos com a ampliação dos interesses de associativismo clássico, introduzindo os novos interesses identitários, como a questão dos negros, dos homossexuais, das mulheres, dos religiosos, das pessoas com deficiência, etc.

Reafirmando a imperiosa necessidade da superação das relações de dominação por meio da democratização do poder político, acatamos a concepção de participação que prioriza a autodeterminação desses sujeitos sociais. Uma concepção de participação, então, que venha romper com a hegemonia da ideologia liberal em seu marco teórico e político.

Gohn (2007) cita o trabalho de outros autores que se “recusam a trabalhar” com tais definições por considerá-las polarizadas, e preferem utilizar tipologias que tratem de graus de participação. Uma classificação de participação, baseada nos estudos de Pateman (1992) apresenta três tipos de situação de participação: *a pseudoparticipação* – quando há somente consulta a um assunto por parte das autoridades; *a participação parcial* – muitos tomam parte no processo, mas só uma parte decide de fato; *e a participação total* – situação em que cada grupo de indivíduo tem igual influência na decisão final.

Apontamos para uma reflexão neste aspecto, pois a autora no esforço de síntese para classificar estas “tipologias” sobre a participação acaba reduzindo a dinâmica e a pluralidade do processo de participação, a posições teóricas fixadas, gerando uma compreensão estanque e superficial do processo. Chamamos atenção, pois, como apresentamos no decorrer do capítulo, a participação popular como resultado de uma prática social política que apresenta

vários papéis e expressa as dinâmicas históricas dos sujeitos envolvidos, e é um dos conceitos cujo significado está em disputa, apresentando conteúdos diversos nos discursos e nas práticas de diferentes atores. A dinâmica de luta de diferentes interesses de classes que forma o complexo processo das relações políticas de poder, apresenta a diversidade dessas possibilidades de participação, a partir do grau de organização e de pressão estabelecido pelas classes populares à classe dominante.

As questões que envolvem a participação possibilitam um olhar ampliado da história, e que, portanto, segundo Gohn, são muito mais antigas que a própria formulação do seu conceito. A trajetória da participação da sociedade civil nas políticas públicas revela as lutas da sociedade pelo acesso aos direitos e à cidadania. Nesse sentido, para a autora “*a participação é, também, luta por melhores condições de vida e pelos benefícios da civilização*” (p.14)

A participação política tem sua trajetória no Brasil, segundo a autora, desde o tempo de lutas da Colônia contra a metrópole, passando pelas lutas contra a escravidão, e pelo sindicalismo anarquista nas primeiras décadas deste século. Ou seja, as mudanças, ainda que pequenas, sobre a forma de participação liberal dos governos brasileiros frente à classe trabalhadora foram se constituindo como consequência das lutas desfraldadas pelos movimentos sociais organizados, durante toda a história dos regimes políticos no país.

Para Amaral (2005)⁴³, os estudos desenvolvidos por Carvalho (1995)⁴⁴ sobre a cidadania brasileira revelam a formação dessa cultura autoritária e excludente, além de apresentar, com análise crítica, os variados entraves ao exercício da participação e, conseqüentemente, da cidadania. Amaral, ainda em referência ao trabalho de Carvalho (1995), aponta que os principais limites para a efetivação da cidadania, e conseqüentemente da participação no Brasil, “[...] são a visão corporativa na luta pelos direitos, a supervalorização do executivo e a falta de uma educação mais conscientizadora, que facilite a apreensão de aspectos críticos fundamentais na hora de a população participar. [...]” (ibidem, p. 157).

A participação política no final dos anos 70 foi materializada na organização e na luta dos movimentos políticos de esquerda e do movimento estudantil, não somente contra o

⁴³ AMARAL, S. C.F. *Políticas Públicas de lazer: existe possibilidade de uma gestão participativa?*. In PADILHA, V. (org). *Dialética do Lazer*. São Paulo: Cortez, 2006.

⁴⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 3ª edição.1995.

regime militar – ditadura militar –, mas principalmente em uma combinação de “guerra de movimento” e de “guerra de posição”, lutaram contra o que representava as mazelas e as violências físicas, econômicas, políticas, ideológica e culturais do projeto capitalista naquele momento no país, na América latina e no mundo. Lutavam também, principalmente, contra um governo com práticas extremamente violentas e criminosas (torturas e assassinato de várias lideranças e de militantes da esquerda), que apresentavam políticas públicas que privilegiavam o grande capital prioritariamente, considerando as demandas da classe burguesa. Este cenário estimulou o surgimento de inúmeras organizações coletivas na sociedade civil, com foco e atuação na reivindicação de bens, de serviços e de direitos sociopolíticos, retirados pelo regime político da ditadura.

Neste período, *novos atores* entram em cena, e segundo Carvalho (1998)⁴⁵, em seu trabalho “Participação social no Brasil hoje”, destacaram-se movimentos populares urbanos, como também os “novos movimentos sociais” que lutam pelo reconhecimento dos direitos sociais e culturais:

Temos assim, nos anos 70 e 80, uma “fase” de emergência muito vigorosa do que temos chamado “os novos movimentos sociais”⁴⁶ movimentos que se organizam como espaços de ação reivindicativa, que recusam relações subordinadas, de tutela ou de cooptação por parte do Estado, dos partidos ou de outras instituições. Esses novos sujeitos constroem uma vigorosa cultura participativa e autônoma, [...] A emergência dos chamados novos movimentos sociais, que se caracterizou pela conquista do direito a ter direitos, do direito a participar da redefinição dos direitos e da gestão da sociedade, culminou com o reconhecimento, na Constituição de 1988, em seu artigo 1º, de que “Todo poder emana do povo, que o exerce indiretamente, através de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” Esta

⁴⁵ Maria do Carmo Albuquerque Carvalho - *Participação social no Brasil hoje*. Mestre em Ciência Política pela Unicamp e pesquisadora do Instituto Pólis. Texto publicado pelo Instituto Pólis em 1998 e resume, de certa forma a Dissertação de Mestrado apresentada na Unicamp, pela autora, em agosto de 1997, intitulada: “Eppur si muove...”: os movimentos sociais e a construção da democracia no Brasil.

⁴⁶ Ver mais sobre o assunto em : SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. RJ: Paz e Terra. 1988.

“*Constituição cidadã*” prevê a participação direta dos cidadãos através dos chamados *institutos de democracia direta ou semi-direta* como o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular de lei, as tribunas populares, os conselhos e outros *canais institucionais de participação popular* (CARVALHO, 1998).

Na década de 1980, segundo Gohn (2007), a participação ganha força nos processos de elaboração de estratégias e de tomada de decisão. O termo recorrente era *participação popular*, e a categoria central era a *das classes populares*. A temática da participação era vista associada à organização política dos trabalhadores, devendo atender a dois princípios importantes:

1. Esclarecer e ordenar o que reivindicar e que direitos conquistar;
2. Estabelecer formas de arregimentação de forças políticas próprias que sustentem as reivindicações e a conquista dos direitos.

Com o exercício das novas práticas de participação, também apareceram dificuldades e limites em função da nova conjuntura econômica, social e política. Segundo Gohn, “Várias dessas dificuldades decorriam de problemas enraizados na própria cultura política nacional, em que predominam valores, como: o clientelismo, o paternalismo, o método de resolução de negócios públicos privilegiando interesses particulares.” (p.53).

Neste período, o Estado brasileiro vive uma crise de governabilidade, pois não consegue realizar suas políticas compensatórias ou redistributivas. Com um planejamento burocrático e centralizador não consegue operar políticas públicas que respondam às complexas diversidades locais e aos crescentes índices de pobreza, de violência, de desemprego, etc.

A conjuntura política tencionava para redemocratização do Estado. As políticas neoliberais avançavam e implementavam as reformas no aparelho estatal, como “saída à crise”, com aplicação de modelos de gestão descentralizados. Iniciou-se, na verdade, um processo de desconcentração e de *prefeiturização* da gestão, oficialmente chamado de “municipalização” das políticas públicas, que nos anos seguintes se intensificaram. O governo federal, com a implementação das reformas na máquina pública, recentralizava as receitas e descentralizava as despesas, atribuindo aos governos locais- municípios a responsabilidade por novas iniciativas ligadas à economia local e à integração sociocultural.

Os municípios passam a ficar com a grande responsabilidade de dar conta das crescentes mazelas do capital, decorrente do processo de globalização, como uma crescente expansão da urbanização que gera os aglomerados urbanos: parte da cidade que passa a ser privada do acesso aos serviços públicos básicos como: moradia, saúde, assistência, educação, cultura e lazer. Os municípios ficam com responsabilidade de diluir conflitos e de minimizar as contradições deste modelo de gestão, no âmbito local. Assim apontam para a reflexão sobre o novo papel do poder local.

Em âmbito federal, a estratégia do projeto neoliberal é combinada com a redução das políticas sociais – Estado mínimo e compensada com políticas focais materializadas em grandes projetos e em programas executados nas áreas de extrema pobreza no país, como as regiões nordeste e norte. Sendo os projetos executados a partir de parcerias entre setores organizados da sociedade civil prioritariamente as ONGs com o Estado e os organismos internacionais, como: UNESCO, ONU, UNICEF.

Carvalho (1998) aponta que, a partir dos anos 90, uma perda de visibilidade dos movimentos sociais é registrada em decorrência de vários fatos novos que influenciaram em suas dinâmicas cotidianas, como a volta das eleições diretas em todos os níveis governamentais o que possivelmente demandou outro foco de luta que foi o de democratizar os espaços públicos estatais, com um crescimento das ações nos planos institucional e governamental, principalmente com as novas administrações de governos populares.

Podemos observar, a partir dos estudos de Frigotto (2002) e Coutinho (2000), que neste período há um refluxo desses movimentos sociais também em função do aprofundamento das políticas neoliberais no país, que geraram uma série de reformas em quase todas as áreas do Estado: da educação, passando pela saúde à previdência social, gerando uma forte crise de desemprego, de precarização das condições de trabalho, e conseqüentemente de aumento da pobreza, demandando do governo a aplicação de políticas focais e assistencialistas baseadas no modelo desenvolvimentista neoliberal, a partir dos organismos internacionais, representantes do grande capital no país.

No avanço da *participação*, no final dos anos de 1990 e no início deste novo século, Carvalho (1998) pontua que, após a participação como reivindicação e conquista a estratégia do projeto neoliberal em executar a forma de participação liberal apresenta aos movimentos sociais organizados a “*participação*” como *oferta estatal* que implica a generalização do

discurso da participação da democracia e da cidadania. Na busca pela superação de uma “crise de legitimidade” das ações governamentais, a estratégia foi afirmar o discurso da interlocução com alguns setores sociais, onde o governo buscava adequar à máquina estatal às demandas e à cultura moderna. O que se propaga no discurso oficial deste modelo político é a “participação cidadã” ou “comunitária”, por meio de criação de conselhos e pela realização de ações governamentais em “parceria” com a comunidade.

“A participação entendida e realizada como confronto dá lugar à participação entendida como disputa e negociação. A reivindicação de participação popular, formulada pelos movimentos sociais, torna-se a reivindicação de participar da gestão da sociedade. [...] A essa mudança de postura e de expectativas dos setores democrático-populares em relação ao Estado correspondem também mudanças no Estado, embora expressando projetos políticos diversos, de acordo com o perfil político dos partidos no governo.” (CARVALHO, 1998).

O processo de despolitização operado pelo neoliberalismo sobre a participação é efetuado, e se torna eficaz, quando consegue gerar o sentimento de “participação”. Para SOUZA (1987, p. 81), o processo de participação se torna mais eficaz, quando provoca na população o sentimento de :

- consentimento e aquisição de novas atitudes de aceitação para com os valores de modernidade da sociedade em detrimento dos próprios valores, de preocupações e de interesses;
- angústia e sentimento de culpa em virtude de expectativa de defasagem existente entre ela própria e o seu meio social;
- absorção de hábitos e costumes que o mercado de consumo vai criando, apesar de as condições sociais permanecerem as mesmas.

Quando essa forma de *participação* liberal é realizada em instituições públicas estatais, as informações técnicas e as de funcionamento, nunca acessadas pela comunidade, apresentam-se como algo de difícil entendimento, a burocratização da máquina pública cada vez mais gerenciada pela lógica tecnocrática e de extremas especialidades é um instrumento de poder nas mãos dos tecnocratas e dos burocratas do aparelho estatal. Nesta lógica de gestão

pública, a participação fica reduzida à mera formalidade e ao instrumento de gerenciamento de ações da máquina pública.

“[...] Aqui, mais uma vez, o significado político crucial da participação é radicalmente redefinido e reduzido à gestão. A ênfase gerencialista e empreendedorista transita da área da administração privada para o âmbito da gestão estatal (Tatagiba, 2003) com todas as implicações despolitizadoras delas decorrentes. Estes significados vêm se contrapuser ao conteúdo propriamente político da participação tal como concebida no anterior do projeto participativo, marcada pelo objetivo da “partilha efetiva do poder” entre Estado e sociedade civil (Dagnino, 2002), por meio do exercício da deliberação no interior dos novos espaços públicos. [...]” (DAGNINO, 2004, p.103,).

Os novos espaços de participação na máquina pública, mesmo baseados nos referenciais liberais, apresentam uma tensão na estrutura estatal que traz uma cultura conservadora de funcionamento da máquina tecnocrática- Estado que sempre operou e executou políticas com “competência técnica” sem precisar efetivar consultas com a população. Porém, sabemos que esta participação “como oferta estatal” com seu significado político reduzido à gestão, não consegue superar os altos graus de violência, de pobreza e de exclusão em que vive a maioria da população brasileira.

Diante deste cenário histórico-político, acreditamos que o projeto de esquerda participativo corresponde às lutas históricas da classe trabalhadora pelo direito a ter direito. O princípio da participação popular precisa substanciar o processo democrático, efetivando uma combinação dialética dos aspectos fundamentais deste processo, como: *a soberania popular, a autonomia; a cidadania e o controle popular.*

Compreendendo por *soberania popular, a ação que evidencia a participação popular nas decisões de sua comunidade, quando consegue efetivar a descentralização do poder definindo quem deve ser dirigente nas diferentes frentes e setores e quem tem direito a ocupar, em iguais condições com os demais, os cargos de decisão.*

Para isso é necessário garantir uma prática social baseada na liberdade com autodeterminação da classe trabalhadora, que quebre a clássica e tradicional prática social da

heteronomia. Portanto implementar a participação popular é efetivar o exercício de *liberdade e de autonomia* da classe trabalhadora.

• AUTONOMIA

Segundo Chauí (1990), autonomia tem sua origem na palavra grega *autós* (si esmo) e *nomós* (lei, regra, norma), “*é a capacidade interna para dar-se a si mesmo como sujeito. A autonomia é posição de sujeitos (sociais, éticos, políticos) pela ação efetuada pelos próprios sujeitos enquanto criadores das leis e regras da existência social e política*” (*ibidem*, p.302).

Para Chauí (1990), a *autonomia* é um aspecto importante para a formação de sujeitos históricos conscientes e críticos, pois ela pressupõe e, na prática, visa repor a diferença social entre o poder, o direito e o saber. Assim, politicamente, autonomia significa *autogoverno*, e quando vai se discutir o processo democrático, principalmente os aspectos da representatividade, precisamos estar atentos para o processo de afirmação da liberdade com autonomia política: “*não basta afirmar a importância da liberdade e da participação, nem a preservação e o estímulo de discursos e de práticas de sujeitos sem tutela, para que a autonomia se efetue. Em outras palavras, a autonomia não exclui a representação nem a participação, mas redefine o sentido de ambas*” (p.304).⁴⁷

⁴⁷ Diante da pluralidade de sentidos que a autonomia veio recebendo nas últimas décadas, Chauí propõe a “defesa da autonomia”, que pressupõe (p.306):1º - A concepção que a forma contemporânea da dominação e da exploração cristaliza-se na separação radical, em todas as esferas da vida social, entre dirigentes e executante. Essa heteronomia, que vem sendo aplicada e baseada no princípio básico do sistema capitalista, a divisão do trabalho e se espalhado por toda a sociedade, ganha força e é naturalizada porque encontra suporte na ideologia da competência, 2º A modificação do conceito e da imagem da cidadania tais como foram elaboradas pelo pensamento liberal que a legitimou e reduziu ao direito de voz e voto e à representação na legislatura num Estado representativo-substitutivo fundado na soberania abstrata do povo e na atividade real de uns poucos. Sendo a cidadania repensada como afirmação de direitos e como criação de direitos. Como possibilidade de efetivação, de sujeitos sócio-políticos por sua própria ação, podemos radicalizar (no sentido de ir a raiz) na autonomia, materializando-a em ações que ultrapassem o sentido restrito da cidadania como voz e voto.3º A urgente superação do conceito e da imagem “romântica e purista” do popular, sobretudo tais como foram elaboradas pelo populismo e pelo modelo explicativo fundado no conceito de falsa consciência.4º A compreensão de que a autonomia, baseada na prática da participação direta nas decisões e na representação imperativa e revogável, altera substancialmente a concepção do partido político.5º A percepção da vida social

A participação popular, pautada nestes referenciais de *autonomia*, precisa ter esse caráter de intervenção política que busque uma ruptura gradual com o modelo social neoliberal, que se dê de forma periódica e organizada, em se tratando do campo das políticas públicas que também alargue os espaços de decisões coletivas, construindo um efetivo controle popular, que compreendemos pela capacidade dos sujeitos políticos coletivos em fazer política, avaliando, construindo e reconstruindo novos organismos do Estado e de novas políticas públicas, no seu empoderamento de ampliar a hegemonia da classe trabalhadora, também para aquelas instituições que Gramsci (2007) denominava de *aparelhos privados de hegemonia*, como Escola, igreja, etc. com a perspectiva de radicalização da democracia participativa. A participação popular consciente possibilita a compreensão e o desvelamento das relações de interesse e poder que, de forma oculta ou aparente, disputam os diferentes espaços para se desenvolverem junto ao processo participativo.

Como lembra Benevides (1994), como poderá o Brasil, sendo um país marcado pelos desequilíbrios e pelas desigualdades sociais, implantar as forma mais avançadas de democracia participativa e garantir uma cidadania ativa? Percebemos que nesta questão a autora já manifesta que uma efetiva democracia tem que ser acompanhada pela universalização dos direitos sociais, políticos e culturais, com mudanças nas estruturas econômicas e nas formas de poder. E lembra que as argumentações contra a participação da população mais carente, que “*exagera as condições de apatia e despreparo absoluto do eleitorado, considerado incapaz, submisso e “ineducável”*” (p.10); e essas argumentações contrárias à participação popular só poderão ser superadas com a garantia da participação popular, no *fazer que se aprende fazendo*, ou seja, a participação popular como uma ‘escola de cidadania’. Uma educação política concebida para uma *cidadania ativa*.

• CIDADANIA

em dimensões diferenciadas e descentralizadas, mas comunicantes, sem identificação sem pulverização – privatização. “Este talvez seja o ponto mais dificultoso da autonomia. Em primeiro lugar, porque estamos habituados à visão unificadora como remédio para a diversificação. Em segundo lugar, porque estamos habituados a temer a heterogeneidade como perigo de conflitos dissolventes.”

Para Benevides⁴⁸, no campo da democracia liberal, a cidadania é concebida como um conjunto de liberdades individuais, os chamados direitos civis e direitos trabalhistas que define a concepção de cidadão como um ser “titular de direitos e de liberdades em relação ao Estado”, porém permanece situado fora da esfera estatal, conservando-se assim, a expectativa do constitucionalismo clássico: “direitos do homem e do cidadão são exercidos frente ao Estado, mas não dentro do aparelho estatal”. É que, no Brasil, nunca se efetivou reformas sociais que pudessem garantir a cidadania democrática. O modelo de modernização-conservador- implementou reformas institucionais com aplicação de direitos políticos, reformas econômicas- ajustes ao modelo neoliberal- e reformas sociais – com leis trabalhistas na ditadura Vargas. Porém essas reformas não garantiram alterações efetivamente democráticas, pois a cidadania continuou “parcial, desequilibrada, excludente”.

A cidadania, pautada pela forma de *participação liberal*, apresenta nos dias atuais, o que já revelamos anteriormente, grupos sociais, que hegemonizados pelos valores burgueses, reivindicam uma inclusão: o direito ao acesso às políticas sociais; aos espaços de participação, em uma estrutura política de modelo da sociedade burguesa, que objetivam minimizar suas mazelas ampliando estrategicamente sua “integração social pela igualdade homogeneizada”

Na *contracorrente* do sentido e do significado de cidadania⁴⁹, desenvolvido pelo projeto neoliberal, apresentamos nossa compreensão de cidadania concreta, como: o direito a

⁴⁸ Benevides, Maria Victoria de M. *Cidadania e Democracia*. In: Lua Nova, nº 33, 1994. Segundo a autora, Marshall é um dos teóricos do século XX que desenvolveu um estudo, que passou a ser considerado como a primeira teoria sociológica sobre a cidadania. “Em texto considerado clássico, T.H Marshall discorre sobre a evolução histórica dos conceitos do cidadão na Inglaterra para elucidar o que chama de tensão irreduzível – uma espécie de guerra- entre o princípio da igualdade (implícito na idéia de cidadania) e as desigualdades inerentes ao capitalismo e à sociedade de classe. Daí, discute a geração de direitos civis no século XVIII, dos direitos políticos no século XIX e dos direitos sociais no século XX. Nessa evolução – um avanço evidente no cenário do liberalismo – manifesta-se também a contradição entre teoria e prática, na medida em que direitos passam a ser entendidos como concessões. Isto é, direitos são concedidos não como prestações legítimas para cidadãos livres e iguais perante a lei, mas como benesses para protegidos, tutelados, clientela. Deixam de ser direitos para serem alternativas aos direitos.” (Ibidem, p. 07, grifo nosso).

⁴⁹ Coutinho (2000), nos mostra que a noção de cidadania não nasceu no mundo moderno, embora na idade moderna tivesse a sua máxima expressão teórica e prática. Aponta que na Grécia, Aristóteles definiu o cidadão como “ *todo aquele que tinha o direito (e, conseqüentemente, também o dever) de contribuir para a formação do governo, participando ativamente das assembléias onde se tomavam as decisões que envolviam a coletividade e exercendo os cargos que executavam essas decisões*” (ibidem, p.51). Lembrando que a teoria e a prática da cidadania entre os gregos clássicos não se aproximava para possuir uma dimensão universal, pois na

ter direito, é a conquista da classe trabalhadora do exercício de sua autodeterminação e participação, na efetividade de deliberar e de formular políticas públicas para seu bairro, bem como acompanhar e avaliar as já implantadas e, no cotidiano desse processo, materializar ações co-gestadas com o poder público estatal, gerando novas relações sociais mais justas e mais humanas.

Para Coutinho que desfralda críticas à ideologia liberal, o alargamento da cidadania plena, indubitavelmente terminará por se chocar com a lógica do capital, conseqüência do que chamou de *contradição entre cidadania e classe social*: “[...] a universalização da cidadania, é em última instância, incompatível com a existência de uma sociedade de classes” (p.67), e que uma nova lógica, de contraponto a esse modelo dominante, só poderá se consolidar plenamente no “quadro de um novo ordenamento social – socialismo ou comunismo”. Neste contexto, um dos melhores conceitos que representa a *democracia é o conceito de cidadania*.

*“**Cidadania** é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado”*
(COUTINHO, 2000, p.50, grifo nosso)

Do mesmo modo, hoje, a luta da classe trabalhadora vem garantindo a democratização das relações sociais, e ampliando a concepção de cidadania para além dos limites do Estado⁵⁰,

Grécia os direitos de cidadania “envolvia somente aqueles que hoje entendemos como direitos políticos”, e que segundo Gohn, foram os romanos que instituíram um estatuto legal ao conceito de cidadania, “baseados em direitos e deveres, definindo os membros da comunidade política romana, a “res pública” (ibidem, 2005, p.19).

Deste modo, esta concepção legal de cidadania, estabelece ligações com a gênese da distinção entre Estado e sociedade, ou seja, direitos e deveres dos indivíduos. Neste sentido, a compreensão legal de cidadania “como representação pública dos indivíduos permaneceu como base na concepção liberal” (GOHN, 2005).

⁵⁰ O debate sobre a questão da cidadania gera uma série de outros debates relacionados, que vão além da discussão entre direitos e deveres do cidadão, como igualdade /desigualdade; universal /particular; público /privado; singular/ diverso; pertencimento /desfiliação, entre outros. Como também é importante perceber o Estado como referência e elemento definidor, “[...] por que é na esfera pública estatal que se assegura os direitos, da promulgação à garantia do acesso, e as sanções cabíveis pelos descumprimentos dos direitos já normatizados e institucionalizadas” (GOHN, 2005, p.30). Assim, para Frigotto: “*Historicamente, entendemos o problema da cidadania, no Brasil, como uma questão mal resolvida. A questão da cidadania é, originalmente, uma questão alheia à constituição da sociedade brasileira pós-colonial, situação que teria se prolongado sob o fenômeno da exclusão dos “cidadãos” brasileiros de diversas instâncias da vida social. A questão que lhe está*

constituindo uma dimensão pública de sociedade, em que os direitos passam a ser parâmetros públicos coletivos que possam gerar uma nova dimensão ética da vida social. “[...] *Superando o conceito liberal de cidadania, um outro elemento dessa visão ampliada é que a cidadania não está mais confinada dentro dos limites das relações com o Estado, ou entre Estado e indivíduo, mas deve ser estabelecida no interior da própria sociedade, como parâmetro das relações sociais que nela se travam.*” (DAGNINO, 2004, p.105).

Na lógica do modelo liberal, a cidadania é nivelada e reduzida à solidariedade da classe burguesa com os moradores da periferia, e muitas vezes esta “cidadania”, pode ser entendida como mera caridade. “[...] *Esse deslocamento das noções de “cidadania” e “solidariedade” obscurece sua dimensão política e [...] A distribuição de serviços e benefícios sociais passa cada vez mais a ocupar o lugar dos direitos e da cidadania, obstruindo não só a demanda por direitos, obstando a própria formulação dos direitos e da cidadania [...]*” (DAGNINO, 2004).

Cidadania ativa, participação popular, autonomia, soberania popular, democracia participativa / de massa são noções balizadoras e referências centrais para a construção de um modelo de gestão participativa.

4.4 GESTÃO PARTICIPATIVA

A partir do referencial das concepções liberais de democracia e de participação, buscamos construir nossa compreensão de gestão participativa em um campo liberal, que tem como referência o gerenciamento e a administração do setor privado (gestão de empresas), com base em teorias modernas de administração, a Gestão Participativa é compreendida como um modelo que busca dirigir sem a rigidez hierárquica, baseado em formas de cooperação sem as formas de poder centralizado. Nesta concepção de gestão, a participação é reduzida ao “acesso às informações técnicas” e ao método de desconcentrar a ação de poder que estava

subjacente é sobre quem pertence à comunidade política e, por extensão, quem são os cidadãos e quais são os seus direitos de brasileiros”. (2003, p.100)

concentrado, ou seja, uma perspectiva de gestão participativa como simples agregação, sem alterar as estruturas de poder.

Para Bruno (1997), as teorias administrativas modernas funcionam como um arcabouço teórico de referência para os modelos de reformas e de gestão do aparelho estatal. Hoje, estas teorias modernas apresentam características de um dirigismo calcado em práticas de motivação, de cooperação e de integração.

A forma geral de organização das estruturas de poder, hoje, das organizações, segundo Bruno (1997), é operada em sistemas de redes constituídas por unidades interconectadas. A NETWORK - “análises das redes organizacionais” é a maior expressão ideológica, mas sistematizada dessa forma de organização das estruturas de poder, que tem origem funcionalista. Como esses mecanismos de controle são relativamente invisíveis e as hierarquias perdem a forma piramidal e monocrática, observa-se uma aparência de que este novo sistema tenha característica de participação e de autonomia. Após as grandes lutas e mobilizações da classe trabalhadoras, ocorridas no final dos anos 60 e 70, inicia-se um processo de autogestão da produção.

Como já apresentamos no capítulo sobre as políticas públicas, sabemos que estes modelos de gestões, são, a partir dos preceitos e avaliações dos objetivos neoliberais, transferidos para a gestão do aparelho estatal. Nesta trajetória histórica das reformas do Estado brasileiro, na década de 1990 (com destaque para a *Era FHC*), o modelo de gestão descentralizado e desburocratizado anunciado, no país, é implementado e articulado às políticas neoliberais, como um modelo de modernização do Estado, pautado na descentralização, nas políticas públicas focais, emergenciais e na redução do papel do Estado frente às políticas sociais – o Estado mínimo. O modelo de gestão em pauta sintetiza a transferência, para a esfera pública, da lógica do gerenciamento do setor privado.

Para Frigotto (2003), o conjunto desses pressupostos, abarcados no projeto econômico-social das reformas do Estado, durante o Governo FHC, é extraído da cartilha neoliberal do *Consenso de Washington* e pode se resumido nos seguintes pontos:

1ª Acabaram-se as polaridades, a luta de classes, as ideologias, as utopias igualitárias e as políticas de Estado nelas baseadas;

2ª Estamos em um novo tempo – da globalização, da modernidade competitiva, de reestruturação produtiva, de reengenharia – e que, portanto, devemos nos ajustar, a partir das leis do mercado globalizado, mundial;

Ajustes ou “*concertación*” que deveriam ser realizados em todos os países sob a égide do mercado globalizado, implementados localmente pelos organismos internacionais de desenvolvimento social e econômico, articulados aos governos locais. Tais ajustes, segundo Frigotto, são traduzidos por três estratégias articuladas e complementares: *desregulamentação, descentralização e autonomia e privatização*.

A desregulamentação significa sustar todas as leis: normas, regulamentos, direitos adquiridos (confundidos mormente com privilégios) para não inibir as leis de tipo natural do mercado. No caso brasileiro, para a reforma constitucional, a reforma da previdência e a reforma do Estado, o fulcro básico é de suprimir leis, definir bases de um Estado mínimo, funcional ao mercado. A descentralização e a autonomia constituem um mecanismo de transferir aos agentes econômicos, sociais e educacionais a responsabilidade de disputar no mercado a venda de seus produtos ou serviços. Por fim, a privatização fecha o circuito do ajuste. O máximo de mercado e o mínimo de Estado.[...] Desse ajuste resulta uma realidade perversa e cínica que Renato Janine Ribeiro (2000) sintetizou como sendo “a sociedade contra o social”, onde “no discurso dos governantes ou no dos economistas a ‘sociedade’ veio a designar o conjunto dos que detêm o poder econômico, ao passo que o ‘social’ remete, na fala dos mesmos governantes ou dos publicistas, a uma política que procura minorar a miséria” (FRIGOTTO & CIAVATA, 2003, P.106).

É neste cenário da dinâmica hegemônica do capital e dos movimentos de resistência a este projeto, que os significados, as concepções, os modelos, as formas de gestão participativa (GP) vão se estruturando no Brasil, principalmente, como já informamos, após o período de redemocratização do Estado brasileiro. O debate sobre gestão não pode ser realizado separado das reflexões teóricas das formas de participação, de autonomia, do processo democrático e dos diversos aspectos que determinam seu contexto político social.

A gestão participativa (GP) na esfera estatal, com um maior ou menor grau de participação, com uma maior ou menor efetividade de ampliação da autodeterminação dos

sujeitos implicados, pressupõe em um processo dialético: uma cultura política⁵¹ que a impulse – GP e que seja potencializada e qualificada por ela (GP). Resultando desse processo dialético, uma nova cultura política pública que, segundo Gohn (2005), pressupõe uma cultura ética-política, contrapondo-se à tradição autoritária que desconhece a existência de esferas públicas, assim como suplanta as práticas clientelistas ou corporativistas de grupos patrimonialistas, oligárquicos ou modernos/ privatistas.

A partir dessa nova cultura política pública, nos últimos anos no Brasil, registramos o aparecimento de várias experiências participativas, realizadas em sua grande maioria na esfera municipal. Experiências que se apresentam como alternativa aos modelos tradicionais tecnocráticos de planejamento e de gestão da máquina pública e que apresentam uma nova sinergia entre Estado e Sociedade Civil.

A relação Estado – Sociedade Civil diante da estratégia liberal de implementar uma “gestão participativa” defende a participação como um mecanismo de repartição de responsabilidade, de caráter funcional, em que as relações de poder não sejam alteradas. A autonomia e a cidadania são categorias abstratas, concedidas de acordo com caráter “emergencial da política social”, que são discutidas no marco do capitalismo, onde o Estado é o ente político que representa o “bem-comum”.

Como sabemos, Hobbes, Locke, Rousseau, representantes das teorias liberais clássicas sobre Estado, que são referências para o modelo de Estado liberal hoje, apontavam o Estado como tendo a responsabilidade de representar a “*coletividade social*”, como poder soberano, que fica acima dos interesses privados das classes.

Assim, antes que a “participação” e a “parceria” entre Estado - Sociedade Civil sejam apontadas como solução universal para todos os problemas sociais, é importantíssimo revelarmos as diferentes intenções implicadas nos projetos políticos em disputa. Para assim tentarmos superar a pseudoconcreticidade dessas relações sociais, evitando a homogeneização e a banalização dessas experiências.

Como apresenta Coutinho (2000), nos primeiros regimes liberais, que se caracterizava com uma participação restrita, o Estado aparecia praticamente como único ator político coletivo. Com a socialização da política, observamos uma mudança, aparecem novos sujeitos

⁵¹ Cultura política entendida como o conjunto de valores, crenças, atitudes, comportamentos sobre a política. Entendida como algo além do que acontece nos parlamentos, no governo, ou no ato de votar..(GOHN, 2005, p.34)

políticos em uma complexa rede de organizações coletivas. Conseqüentemente a esfera da política se amplia para além do âmbito do Estado- coerção, ou sociedade política (sentido restrito).

Constitui-se então o que Gramsci conceitua de *Estado ampliado* incluindo o que ele chamou de *aparelhos privados de hegemonia*. O Estado ao se “ampliar”, deixou de ser um instrumento exclusivo de uma classe, para passar a ser concebido como um espaço importante da luta de classes, e com a possibilidade de ampliação da participação democrática, esta disputa também passa ser travada em seu interior, com novas instâncias e espaços de participação e gestão coletiva.

Objetivamos apresentar as teorias de Estado e Sociedade Civil (S.C.) de forma breve, no campo liberal e as referências teóricas no campo marxista, para construirmos uma argumentação teórica consistente sobre o que hoje é apresentado como modelo de Gestão Participativa. Tentaremos distinguir a efetiva participação popular, da mera manipulação; as formas de empoderamento popular estabelecendo co-gestão entre Estado-sociedade da simples agregação, ou pseudoparticipação; como também diferenciando por dentro da implementação de gestão participativa a efetiva *democracia de massas* da democracia burguesa.

Hoje uma S.C propositiva e ativa, segundo Dagnino, é uma exigência apresentada pelos dois projetos políticos (liberal e marxista), e revelam uma série de “coincidências” no campo da representação do discurso, “confluências perversas” que acabam gerando um grupo de termos comuns e de similaridade em procedimentos e mecanismos institucionais, que acabam confundindo suas diferenças e divergências. O que para Dagnino (2004) vem ampliando o papel das ONG’S, assim como a ampliação da “parceria” entre Estado e terceiro Setor, que conseqüentemente, vem gerando uma crescente identificação entre S.C e ONG’S.

“[...] A redefinição da noção de sociedade civil e do que ela designa talvez tenha constituído o deslocamento mais visível produzido no âmbito da hegemonia do projeto neoliberal; por isso mesmo o mais estudado. O crescimento acelerado e o novo papel desempenhado pelas Organizações Não- Governamentais; a emergência do chamado Terceiro Setor e das Fundações Empresariais, com a forte ênfase numa filantropia redefinida (Fernandes, 1994; Landim, 1993; Alvarez, 1999; Paoli, 2002; Salamon, 1997); e a marginalização (a que alguns autores se referem como

“criminalização” (Oliveira, 1997) dos movimentos sociais, evidenciam esse movimento de redefinição. [...] (DAGNINO, 2004, p.100).

Segundo Gohn (2005), é atribuído historicamente a Aristóteles a origem do conceito de Sociedade Civil (S.C): *“koinonia polítike”*, expressão traduzida para o latim como *“societas civilis”*, que corresponderia a uma “comunidade pública ético-política”. Na trajetória histórica da S.C., somente na Idade Média após produções teóricas de Ferguson e Paine, é que vai ocorrer a separação entre S.C e Estado. “Ferguson evidencia o fato de que o Estado não é uma extensão imediata da Sociedade (Civil). Anos mais tarde Paine amplia a concepção em nome da preservação da sociedade civil” (Ibidem, 1997, p.3).

Os naturalistas e teóricos do campo liberal, Hobbes e Locke , entendiam a Sociedade Civil (S.C.) numa situação de oposição na natureza, como o reino da ordem sobre um estado de natureza, caracterizando o estado de natureza organizado e administrado pela vontade da maioria, pelo Estado. A S.C. tanto para Hobbes quanto para Locke apresenta duplo aspecto: o de sociedade política e o de sociedade civilizada. Já Rousseau, com suas teorias políticas, se diferenciava dos outros autores dos séculos XVII e XVIII, pois compreendia a S.C como sociedade civilizada, sem necessariamente implicar sociedade política, e o entendimento de civilizado como contraponto a não barbárie. Ele apresentou que a sociedade política surgiria do contrato social efetivado entre os homens, e será uma recuperação do estado de natureza e uma superação da S.C. (GOHN, 2005; BOBBIO, 1987; CARNOY, 1990).

Para Gohn (2005), é a partir de Hegel, no século XIX, que o trato com o conceito de S.C passa a ter um estatuto teórico efetivo. Pois, para Hegel, com as novas dinâmicas do mercado, a S.C. passa a consolidar sua estrutura. Deste modo, a S.C localiza-se entre as esferas da família e do Estado, para ele a S.C. é concebida como sociedade pré - política, um “lugar” “espaço” da dissipação, da miséria e da corrupção, portanto, necessitava de regras e de leis - ser regulada- e governada pela habilidade intelectual elevada do Estado.

Marx apresenta como elemento novo em sua época, o fato de sua teoria ser pautada na realidade, revelando-a e exprimindo-a, ao invés de se distanciar do concreto ou, então, de abstrair um fenômeno isolado. Seu método, portanto, era analisar retirando os fatos e as idéias de seu pretenso isolamento, descobrindo relações, percebendo o curso do movimento de conjuntos de dados através de seus aspectos dispersos e definir as contradições para chegar à realidade, em sua complexidade e riqueza. “[...] *Marx colocou o Estado em seu contexto*

histórico, contradizendo diretamente a concepção de Hegel do Estado” Racional”, um Estado ideal que envolve uma relação justa e ética de harmonia entre os elementos da sociedade” (CARNOY, 1990, p.66)

Um outro aspecto importante do pensamento de Marx sobre o Estado, também contradiz diretamente as Teorias Clássicas e Liberais, ele defende o Estado como uma expressão política da estrutura de classe inerente à produção, pois o Estado quando emergido das relações de produção não representa o bem-comum. Como podemos observar, Hobbes, Locke e Rousseau apontavam um Estado como *“responsável pela representação da coletividade social”, acima dos interesses particulares das classes” (Ibidem, p.66).*

Marx, em suas análises sobre a sociedade capitalista inglesa, chega à conclusão de que esta é uma sociedade dividida em classes, tendo seu domínio e poder controlado pela burguesia. O Estado, então, como síntese dessas relações, é visto como um instrumento essencial de dominação de classes na sociedade capitalista.

Observamos, em seu postulado teórico, que ele de forma clara e consistente subordina o Estado à S.C., cabendo a ela definir e constituir a organização e os objetivos do Estado. Para Marx, a S.C., diferente do que foi concebido por Hegel, não significa instituições postas entre família e Estado. A S.C., então, representa e envolve todo o conjunto da vida comercial e industrial de um determinado grau de desenvolvimento. *“A Sociedade Civil compreende todo o intercâmbio material dos indivíduos numa determinada etapa do desenvolvimento das forças produtivas. Compreende toda a vida comercial e industrial de uma etapa, e nesta medida transcende o Estado e a nação [...]” (MARX & ENGLS, 1998, p.94).*

Lênin (2007) desenvolveu suas análises sobre Estado e Democracia em um contexto histórico específico, que foi a Revolução russa, e assim desenvolveu a tese do papel do Estado no processo revolucionário:⁵²

Lênin, de acordo com Marx, defende que o surgimento e a manutenção do Estado não seria possível, se houvesse reconciliação entre as classes, por isso afirma que o Estado é fruto do antagonismo incompatível das classes.

“[...] para Lênin a luta de classes continua na transição do capitalismo ao comunismo, e requer um Estado que elimine a burguesia; daí a ditadura do proletariado. O que Lênin previa e que [...]. a revolução para a burguesia significa o fim de sua posição privilegiada e desse modo, ela

⁵² Ver mais a respeito em Lênin.V. *O Estado e a Revolução*.1ª Ed. SP: Expressão Popular. Tradução revista por Aristides Lobo. 2007.

está disposta a lutar contra o novo regime com tudo o que esteja `a sua mão[...] Assim, para Lênin, a ditadura da burguesia é substituída pela ditadura do proletariado, durante a transição do capitalismo para o comunismo” (CARNOY, p.79 - 81).

Diferente do contexto político, econômico e social de Marx e Lênin, Antonio Gramsci que participou como um líder intelectual envolvido com movimento proletariado de massa em Turim, durante a 1ª Guerra Mundial, tinha como foco de suas observações um contexto histórico que revelava uma maior ampliação e organização do fenômeno estatal. Nesse contexto histórico, desenvolveu sua teoria marxista de Estado, para ele o Estado era algo mais do que o aparelho repressivo da burguesia, o Estado incluía a hegemonia da burguesia na superestrutura.

Observamos a seguir uma diferença fundamental da compreensão de S.C. entre Marx e Gramsci, que apresenta a centralidade da hegemonia na obra de Gramsci.

“Para Marx e Gramsci, a Sociedade Civil é o fator chave na compreensão do desenvolvimento capitalista, mas para Marx a sociedade civil é estrutura (relação de produção), para Gramsci, ao contrário, ela é superestrutura, é o complexo das relações ideológicas e culturais, a vida espiritual e intelectual a expressão política dessa relação torna-se o centro da análise, e não a estrutura.... Gramsci evitou o institucionalismo e o determinismo institucional de Weber porque o aparelho a hegemonia é atravessado pela luta de classes...Portanto, o Estado, é simultaneamente, um instrumento essencial para a expressão do poder da classe dominante e uma força repressiva (sociedade política) que mantém os grupos subordinados fracos e desorganizados”(CARNOY, 1990, p.,96)

Para Araújo (2007), Gramsci revela com precisa análise marxista, em um novo contexto de disputas pelo poder estatal, que são duas as etapas de enfrentamento dadas pelas funções estatais, uma pela possibilidade de hegemonizar seu campo ideológico gerando consensos, a outra pelo viés do poder de força, de dominação pela coerção. Assim, essas duas funções estatais “[...] existem em qualquer Estado moderno, mas este - Estado- será menos coercitivo e mais consensual, ou vice-versa, a depender do grau de autonomia relativa das

esferas. Esse fenômeno busca explicar a partir do conceito de Hegemonia. [...] (ARAÚJO, 2007, p.89).

Gramsci, assim como Marx e Lênin, objetivou com sua teoria e com seus trabalhos políticos, contribuir com o fim da sociedade de classe, além de objetivar, de forma contra-hegemônica, romper com o poder político, econômico e cultural da classe burguesa capitalista. Para Gramsci (1989), a estrutura e a superestrutura formam um “bloco histórico”, o conjunto complexo das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção.

“A ênfase na influência da superestrutura – nas influências intelectuais e culturais, mas do que as econômicas - habilitou Gramsci a explicar como o capitalismo, nas sociedades industriais mais avançadas do ocidente, era capaz, a despeito da atividade de movimentos revolucionários, de reter seu controle e aceitação junto a uma parcela tão significativa da classe trabalhadora. Em uma doutrina da “hegemonia”, Gramsci viu que a classe dominante não necessitava depender apenas do poder coercitivo do Estado ou mesmo de seu poder econômico direto para escrever o seu domínio, mas sim, através de sua hegemonia, expressa na Sociedade Civil e no Estado, os dominados podiam ser persuadidos a aceitar o Sistema de crenças da classe dominante e compartilhar os seus valores sociais culturais e morais” (CARNOY, 1990, p.116).

Para o projeto de esquerda participativo, avançar em uma contracorrente a este movimento de “coincidências” no campo da representação do discurso sobre Estado e Sociedade Civil, aponta que o referencial do pensamento de Gramsci se faz necessário. Para ele, a *Sociedade Civil* é parte do “Estado ampliado”, pois para o autor o *Estado ampliado* só é efetivado nas sociedades ocidentais (as sociedades capitalistas avançadas), “[...] isto significa que por “Estado” deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho “privado” de hegemonia ou sociedade civil [...] (GRAMSCI, 2007, p.254)

Gramsci, em seus estudos, percebe o surgimento de uma nova esfera do ser social capitalista: o mundo das auto-organizações, que passou a chamar de “*aparelhos privados de hegemonia*”. Como os partidos de massa, os sindicatos, os movimentos sociais, etc. tudo aquilo que emerge de uma “*socialização da política*”, que ele compreende como o ingresso na

esfera pública de um número cada vez maior de novos sujeitos políticos individuais e coletivos. Gramsci, nomeou essa nova esfera de “Sociedade civil” (COUTINHO, 2000).

A sociedade civil é a esfera com condições favoráveis para estes sujeitos políticos avançarem na disputa entre projetos antagônicos, organizados em partidos, sindicatos, etc. É o lugar que em suas lutas e conquistas amadurecem seus conflitos e contradições (a importância educativa do movimento que Gramsci pontuava), e nesta tomada de consciência buscam organizar os vários interesses em confronto. Em tradição marxista gramsciana, em um sistema capitalista, somente pelas lutas de classes, vividas tanto na sociedade civil quanto no interior do Estado (sociedade política), é que será conquistada e garantida uma nova hegemonia.

Há em Gramsci uma significativa contribuição, com seu conceito de Estado ampliado e de hegemonia, para qualificar este estudo da disputa entre os projetos antagônicos. Sua concepção de hegemonia⁵³ é colocada como elaboração orgânica. Na luta pela superação do capital, o conceito de hegemonia significa contra-hegemonia, materializada em uma luta pela conquista e pela criação de novas instituições da superestrutura, que articulada na esfera do Estado ampliado utiliza-se da “guerra de posição” para avançar na conquista do poder político. Gramsci propõe, de forma clara, a socialização da política, como estratégia para superação entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos. Tais conceitos são fundamentais para entender, hoje, as diferentes formas e modelos de gestões públicas.

Após análise dos campos teóricos sobre Estado e S.C. sobre seus diferentes conceitos e compreensão, vamos ao debate dos diferentes processos que são implementados para se constituir uma Gestão Participativa.

- **Gestão Pública: política tradicional e a nova cultura de participação política**

⁵³ Segundo Carnoy (1990, p.95), o conceito gramsciano de hegemonia tem dois significados principais: “[...] o primeiro é um processo na S.C pelo qual uma parte da classe dominante exerce o controle, através de sua liderança, moral e intelectual, sobre outras frações aliadas da classe dominante. [...] O segundo é a relação entre as classes dominantes e as dominadas. A hegemonia compreende as tentativas bem sucedidas da classe dominante em usar sua liderança política, moral e intelectual para impor a sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal[...]. A hegemonia não é uma força coesiva. Ela é plena de contradições e sujeita ao conflito.

“Mas a consciência-político-cultural também se transforma à medida que há trabalho, no campo das idéias, resultante do envolvimento do povo em processos de participação, mediante experiências de co-gestão, no controle pela sociedade das ações do governo, na relação cada vez mais profunda de laços democráticos entre aqueles que ocupam espaço no governo e na sociedade” (RODRIGUES, 2002 c, p. 29)

Com base nos referenciais gramsciano de Estado e de sociedade civil, entendemos que a Gestão Participativa (G.P) é aquela gestão que efetiva uma participação total dos envolvidos, fortalecendo sua autonomia e seu protagonismo e garantindo acesso às informações específicas e às gerais para aplicação de mudanças necessárias (para garantir uma política sem tecnocracia) na máquina estatal, contribuindo para uma forma de planejamento socialmente construído, posicionando-se contra o clientelismo e o autoritarismo, garantindo o acesso da população aos bens produzidos historicamente. Articulando a “vontade geral” e o “pluralismo” dos diferentes grupos, rompendo hierarquias, socializando o poder; e compartilhando *controle, decisão e acompanhamento* sobre as políticas a serem implementadas.

Segundo Carvalho (1998), a descentralização e a desburocratização dos serviços públicos são aspectos ligados aos procedimentos técnicos de formas de gestão, que são importantes para assegurar uma maior compreensão e o empoderamento, por parte da comunidade, da máquina pública. O acesso à informação de forma clara e simplificada, sem carga excessiva de burocracia, é uma medida política administrativa assertiva para o avanço da GP. A descentralização da Gestão, não na perspectiva da “desconcentração”, mas na perspectiva de levar, as várias instâncias de deliberação e de participação coletiva, ao maior número possível de territórios na cidade, oportunizando a soberania e a autonomia da comunidade. A *descentralização e desburocratização* são “faces da mesma moeda”, ou seja, são dois procedimentos administrativos de gestão que andam juntos, que, se bem aplicados, expressam a amplitude da democratização da Gestão Participativa .

Portanto, essa nova cultura de participação que expressa uma amplitude da socialização da política na Sociedade Civil, frente ao Estado burguês, é um aspecto que deve ser apresentado e fortalecido para além das relações com as esferas do Estado. Ter uma Sociedade Civil politicamente forte e atuante, levará a um alargamento desse processo democrático para todos os espaços plurais na Sociedade, onde são vividos e exercitados acordos sobre valores e direitos sociais, pois são também espaços de participação. “[...]”

Disputar espaço na opinião pública,[...] Ampliar a tolerância, reduzir as segregações raciais, de gênero, de opção sexual, às crianças, aos velhos, aos portadores de deficiência, é o resultado da incidência de práticas participativas, nem sempre normatizadas pelo Estado, mas que constroem e modificam os valores sociais”.(CARVALHO, 1998).

Nesses espaços públicos, também conhecidos como *esfera pública não-estatal*, também se configuram como uma arena de disputas pela hegemonia que a sociedade reconhece como direitos. Portanto, a radicalização da democracia não deve ser restrita ao modelo de Gestão Pública Estatal, significa a implementação de uma cultura democrática na sociedade como um todo.

O espaço público não estatal se configura como um espaço estratégico para a consolidação de uma Gestão Participativa pelo e no Estado (a exemplo do Congresso da Cidade, vivido em Belém no período de 2000 a 2004, e dos Conselhos do Orçamento Participativo, vividos em Porto Alegre de 1989 a 2004). Pois nesses espaços, a despeito de suas fragilidades, buscou-se combinar a participação direta da população, com as instituições públicas estatais. Portanto, baseadas na idéia gramsciana, poderão ser efetivadas culturas democratizantes para uma “*guerra de posição*”, que acumulará forças para se constituir em um novo *bloco histórico*, gerando um protagonismo da classe trabalhadora nas mudanças efetivadas no Estado. “*Nesse espaço está dada à possibilidade de uma intervenção do Estado na Sociedade Civil, mas sobretudo ao contrário, ou seja, da Sociedade Civil sobre o Estado*” (AMARAL, 2006).

Oskar Negt (1984), em seu trabalho “*Dialética e História*” aborda esses espaços não estatais, como espaços de disputa de classe, denominando-os de “esfera pública proletária” e “esfera pública burguesa”.

“[...] esfera pública proletária é um processo de produção e não como a esfera pública burguesa, um procedimento de simples distribuição, de circulação de opiniões, de conhecimentos, de convicções. A esfera pública proletária sempre se forma historicamente ali os onde homens passaram, por necessidade material, espiritual ou intelectual, a discutir e a organizar na plena luz do dia os contextos importantes para a sua vida [...] O que vem a se expressar na esfera pública proletária é a superação do medo do contato com as instituições espaços definidos pelas classes dominantes. Se

*a esfera pública burguesa reside no fato de que nas universidades se ensine e aprenda, de que no tribunal se negocie, de que no parlamento se discuta, na esfera pública proletária que está surgindo **perde-se esta fragmentação de espaço e tempo e surge um contexto no qual tudo que os homens necessitam para a sua vida imediata é compreendido como interesse público***” (NEGT, 1984, p. grifo nosso)

A esfera pública proletária não se constitui num estado puro, mas numa inabalável circunstância de luta com a esfera pública burguesa. O autor chama atenção por conta da dissimulada argumentação burguesa, para que essa relação de contradição e de *guerra de posição*, não se opere para defender os interesses da classe trabalhadora, negociando e disputando esta hegemonia exclusivamente no campo da esfera pública burguesa e de seus mecanismos. Assim, perde-se a capacidade de ampliar a autonomia e a autoorganização desses movimentos. *“Uma efetiva dialética entre esfera pública proletária e burguesa somente é possível num contexto político, se com cada passo em que se utiliza a esfera pública burguesa se articula a ampliação da autonomia e da autodeterminação dos homens”* (Ibidem, p.40).

Neste sentido, o conceito de esfera pública proletária fundamenta uma concepção de *Gestão Participativa* pautada no projeto socialista, no qual a *soberania popular* seja vivida, efetivamente, *com autonomia da comunidade*, pautada no modelo da *democracia de massas*, que possibilita a combinação dos espaços *da democracia representativa e da democracia direta*, projetando a ampliação da radicalização da participação popular (o que Coutinho denomina da *Universalização da democracia*). Com uma efetiva participação popular nas decisões do Estado aliada a uma *esfera pública não estatal* forte e atuante, é possível perspectivar caminhos para uma *Gestão Participativa* nas políticas públicas.

“A construção do poder popular só se realiza no bojo da afirmação de uma concepção de mundo antagônica à que se produz e reproduz à luz da lógica capitalista. A desconstrução de arcaísmo de valores burgueses e a constituição de uma nova e alternativa tessitura de valores culturais são aspectos que dão significado para uma administração popular” (RODRIGUES, 2002 c, p.29)

Portanto, uma gestão pública, baseada nos aspectos políticos apresentados, pressupõe um governo democrático e popular. Desse modo, em função da pluralidade de sentidos que a gestão participativa recebeu nas últimas décadas, e do avanço do projeto neoliberal, são apresentados por Daniel (2002) alguns princípios que podem tornar mais eficazes os caminhos para “uma nova cultura política de participação” nas gestões públicas estatais que são: Soberania nacional; Participação popular; Inversão de prioridades; Desenvolvimento local; Radicalização democrática; Inclusão social com cidadania ativa; Gestão participativa e Intersetorialidade.

DEMOCRATIZAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA DE LAZER EM BELÉM: A REALIDADE APRESENTADA PELA CEAL E A COMUNIDADE DO COMBAT

Fig. 14 -Grafitagem na área externa do COMBAT



Fonte: Registro de Campo da pesquisa - 2007

5. DEMOCRATIZAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA DE LAZER EM BELÉM: A REALIDADE APRESENTADA PELA CEAL E A COMUNIDADE DO COMBAT.

Neste capítulo apresentaremos os resultados de nossa investigação, com o objetivo de revelar **se as ações de lazer implementadas** pelo poder público municipal, por meio dos projetos “Lazer: por que esta rua é minha” (LPRM) e “Felizidade”, no Centro comunitário COMBAT, no período de 2001 a 2004, **promoveram uma gestão participativa** com a comunidade. E também com objetivos específicos de: **a) Verificar se os projetos Lazer : por que esta rua é minha e Felizidade, realizados na comunidade do COMBAT, garantiram espaços de participação com autonomia popular;** **b) Identificar e analisar concepção de lazer da comunidade, dos gestores e dos educadores, envolvidos nos Projetos desenvolvidos no Centro Comunitário.** Assim nossos estudos foram norteados por três categorias de análise: **Concepção de Lazer; Participação Popular e Gestão Participativa.**

Serão apresentadas as análises das doze entrevistas realizadas a partir de dois grupos de sujeitos:

- a) Os membros da Equipe gestora:** entre coordenador, técnico e monitor, representados pelas letras, respectivamente: Co, T e M;
- b) Os membros da Comunidade COMBAT:** entre lideranças e comunidade, representados, respectivamente, pelas letras L e C, e nomeados como L1, L2, L3 e C1, C2, C3, C4, C5 e C6.

Marcellino (2001) em seu texto “Políticas de Lazer” aponta a necessidade de o poder público municipal oferecer políticas públicas setoriais de lazer, a partir da *“ampla discussão com setores representativos da população”*, considerando que, para termos uma política setorial de lazer, é importante desenvolvermos um amplo entendimento de lazer em termos de conteúdos culturais e da ação de difusão e participação nesses conteúdos, processo que precisa ser traduzido em um método de ação interdisciplinar. Além de uma ação de interface entre os diferentes órgãos do município, sugerindo a intersetorialidade, ressalta a existência de experiências, neste campo, que já são realidades no Brasil, com administrações que apontaram

o lazer como uma política setorial concebida como um direito social, como um Programa de Governo.

As reflexões anteriores sobre políticas de lazer e de gestão participativa, baseadas em nosso referencial teórico já apresentado, são fontes permanentes para nossas análises da realidade revelada a partir das falas e dos documentos oficiais. Vamos apresentar como a gestão das políticas públicas de Lazer, em Belém, foi desenvolvida no período de 2001 a 2004, realidade apresentada pela CEAL e pelo COMBAT - bairro da Castanheira, considerando essas relações a partir da dinâmica dos projetos FELIZCIDADE e LPRM. Realidade que esteve localizada em um período histórico em que nossa observação é marcada, em perspectiva gramsciana, por uma relação de “guerra de posição”, entre dois projetos antagônicos na cidade. De um lado, o projeto do “Governo do Povo” em um campo democrático e popular-marxista; e de outro lado, no campo liberal, um contexto estadual e nacional governado pelo PSDB (no nacional com final do governo PSDB/DEM e sua continuidade com PT/PL).

Nesse contexto, as políticas de lazer refletiam uma política pública do campo liberal hegemônica na cidade, que era organizada “sem diálogo” com a comunidade, com a lógica da negação aos bens culturais elitizados, como se pode observar no texto seguinte, “[...] ainda que a negação do direito ao lazer esteja ligada a um projeto de sociedade excludente, que objetiva perpetuar os domínios de uma classe sobre a outra [...]” (DOCUMENTO utilizado na formação CEAL, 2003, p. 04). Nesta perspectiva Padilha (2000) lembra:

“[...] parece improvável que o homem possa transformar o seu tempo livre em momentos que propiciem uma autêntica individualidade, na medida em que ele está inserido na sociedade capitalista, cuja lógica privilegia o produtivismo e o consumismo desenfreados [...] Assim, a conquista efetiva do tempo livre potencialmente emancipador depende de uma profunda mudança nas estruturas econômica, política, social e cultural da sociedade moderna, de forma a ferir esta lógica do capital [...]” (PADILHA, 2000, p. 17-18)

De outro lado, identificamos uma proposta que tinha em sua matriz programática de governo, o diálogo com a comunidade, “[...] a responsabilidade política de encaminhar a

participação popular expressa em um modelo de co-gestão envolvendo governo e sociedade [...]” (Governo do Povo- Diretrizes Básicas,1997, p. 08). Portanto, uma ação de lazer que trazia seu método de ação “[...] sob a ótica da ação comunitária, tendo como eixo metodológico a co-gestão” (CADERNO de EDUCAÇÃO, n.03, 2003, p.53) e apresentava como objetivo: “Impulsionar a auto-gestão das comunidades na implementação de eventos de lazer dessa natureza; Fomentar uma discussão crítico-reflexiva nas comunidades envolvidas; Impulsionar o intercâmbio entre os bairros de um mesmo distrito. [...]” (Projeto LPRM, 2000, p.04).

Diante de um cenário político que apresentava uma disputa pela hegemonia, as trilhas de nossa pesquisa e as análises dos dados coletados foram se revelando. Assim nossas categorias trazem este processo dialético e dinâmico – do espaço específico ao espaço geral, de falas reveladas em um tecido histórico - social de Belém.

A) Concepção de Lazer

Na análise desta categoria, identificamos que as concepções de lazer apresentadas pela equipe gestora e pela comunidade se apresentam de forma diversificadas e, em alguns pontos, contraditórias. Os discursos revelaram aspectos que são emblemáticos como: os *conteúdos* ou interesses culturais de lazer; a variável “*tempo*” para o lazer – tempo livre ou tempo disponível ou tempo da não-obrigatoriedade. Contudo, observamos que em um aspecto essa diversidade de percepções apresenta uma tendência de aproximação: compreender o lazer como uma atividade que deva ser acessada por todos, como um tempo / espaço cultural para o exercício da cidadania, seja este compreendido separadamente dos outros aspectos sociais e políticos, seja integrado a um contexto sócio-político .

No aspecto referente aos conteúdos e aos interesses do lazer⁵⁴, podemos observar, por meio de documentos analisados, que os entrevistados revelam uma superação da prática de uma “monocultura” de atividade, de um único campo de interesse do lazer. As falas

⁵⁴ O termo “conteúdos culturais do lazer” foi utilizado no trabalho do sociólogo francês Joffre **Dumazedier** (1999), no seu livro Sociologia Empírica do Lazer, SESC,1999. Ele apresentava a classificação das atividades de acordo com os interesses culturais predominantes pela sua escolha. Em seu trabalho classificou os conteúdos de lazer em: **físico, manuais, artísticos, intelectuais e sociais**. Luiz **Camargo**, em seu livro “O que é lazer?, SP,1986” acrescenta mais um interesse nesta classificação inicial, **os interesses turísticos**. A partir de Dumazedier, Nelson Carvalho **Marcellino** em seu livro “Estudos do Lazer: uma introdução, Campinas,1996.”, apresenta a classificação , que hoje é referência nos estudos e pesquisa sobre o lazer: Interesses físico-esportivos; interesses sociais; interesses manuais; interesses turísticos; interesses intelectuais; interesses artísticos.

relatam uma diversidade de atividades vivenciadas no campo do lazer. Assim, deduzimos que essas diversidades apresentam-se como elementos importantes para construir alternativas à superação da hegemonia dos conteúdos físico-esportivos em relação aos outros interesses do lazer, como podemos observar nas falas a seguir: “[...] *Sendo entendido como atividade prazerosa e espontânea centrada em interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos [...].*” (T). “*Esporte na escola, passeio no bosque, ler um bom livro, jogar bola, assistir um bom filme*”. (C3)

“Lazer é um momento de diversão, [...] mas o momento que tu relaxa, que tira tua obrigação e passa a conviver, socializar com outras pessoas através das brincadeiras, do esporte, então aquilo ali já passa ser um lazer”. (L3).

Observamos também essa recorrência nos documentos do Projeto LPRM da CEAL, que tinha em comum o objetivo de possibilitar à comunidade o acesso aos diferentes conteúdos culturais do lazer: “*Estimular a população à vivência de atividades de lazer envolvendo todos os seus conteúdos culturais*” (Projeto LPRM, 2000, p.04).

Para melhor entendimento do aspecto analisado, sobre a possível superação da comunidade e da equipe gestora *das práticas de lazer com foco nos interesses físico-esportivos*, é importante saber que tal fato já vem sendo pautado pela histórica produção teórica sobre este aspecto das práticas do lazer no Brasil, levantada por vários autores, como: Camargo (1986), Marcellino (1996), Silva (2004), Pinto (2006), Isayama (2007), e outros. A reflexão feita, em síntese, é que a trajetória da recreação, do jogo, e principalmente do esporte no Brasil (assunto debatido no Capítulo III desta pesquisa) acabou sendo uma forte referência para a criação de vários programas pioneiros, aplicados nos momentos de lazer da população brasileira, privilegiando as práticas dos conteúdos físicos- esportivos. O predomínio dessas atividades é amplamente difundido nos veículos de comunicação de massa, pois, segundo Adorno (1947), “*a violência da sociedade industrial instalou-se nos homens de uma vez por todas. Os produtos da indústria cultural podem ter a certeza de que até mesmo os distraídos vão consumi-los abertamente.*”. Assim, essas práticas corporais, adquiridas pelo advento da indústria cultural, são “oferecidas” como referenciais para as práticas de atividades de lazer, ou como possibilidade de consumo como o espetáculo esportivo, também predominante na história da educação física no Brasil, que sofreu influência das práticas corporais esportivas, mais especificamente do esporte de rendimento. Uma lógica de atividade corporal que foi sendo hegemonizada e disseminada pelos veículos de comunicação de massa e pelos

programas de lazer dos governos federais, dos governos estaduais e, nos últimos 20 anos, pelos governos municipais. Como apresenta Isayama:

“[...] o esporte, acrescento, as atividades físicas de maneira geral são bens culturais e direitos sociais, que podem ser constituintes do lazer. No entanto, o que predomina, em nossa realidade, é a sua associação com o esporte em alto nível [...] outra dimensão precisa ser valorizada, a sua dimensão recreativa, destacando-se seu potencial sociabilizador, sua capacidade aglutinadora e seu sentido lúdico, e possibilitando o entendimento de como e por que as atividades físicas e esportivas se fazem presentes em praticamente todas as culturas das sociedades modernas” (2007, p 37-38).

Desse modo, na análise que fizemos dos aspectos referentes aos conteúdos do lazer, da categoria *concepção de lazer*, apresentados nas falas e nos documentos investigados mostraram como a *equipe gestora* consegue apresentar uma melhor apropriação e maior informação acerca das formas e dos diferentes conteúdos culturais de lazer. Isso pode ser evidenciado em função da formação inicial destes sujeitos (todos são formados em educação física), e da condução do Projeto político-pedagógico do governo. Quanto à possibilidade de perceber se conseguem dar um novo trato a esses conteúdos, preliminarmente identificamos que sim, pois associam as práticas de lazer a uma possibilidade de exercício da prática crítica e reflexiva, como podemos observar anteriormente nos objetivos apresentados em um dos projetos em análise.

Quanto à *comunidade*, diante das muitas falas analisadas e expressas em tela, mesmo diante de toda força dos veículos de comunicação de massa e da própria trajetória hegemônica dos conteúdos físico-esportivos nas práticas de lazer, evidenciamos que conseguem apontar em suas práticas de lazer cotidianas na comunidade, a vivência de outros conteúdos culturais do lazer, porém deduzimos ainda, de forma preliminar, que diante do que já analisamos essas práticas ainda não são vivenciadas na perspectiva da reflexão crítica – participativa, como iremos perceber mais adiante.

Quanto à variável *tempo para o lazer* dentro da categoria “*concepção de lazer*”, observamos que os sujeitos acabam revelando uma tendência de entendimento de “tempo” como tempo oposto ao trabalho, com diferencial no olhar crítico sobre este “tempo para o lazer”, conforme as falas a seguir: “*Lazer é um momento de diversão, onde tu deixas os teus*

compromissos, as coisas que são obrigatórias [...]”. (L3). *“Lazer é muito amplo, acho que depende de cada uma pessoa, pra mim o lazer é que eu possa ter um tempo pra mim, [...], e que eu possa relaxar [...]”*. (C4). *“[...] é o tempo livre que a gente tem [...]. O lazer surgiu a partir de uma necessidade do capital também porque se a gente for rever hoje o que é o lazer na vida de muita gente é o tempo livre que a gente tem quando nos sobra, mas quem é trabalhador não tem esse tempo livre, e quem não tem trabalho vive de tempo livre”*. (Co)

Frente às duas variáveis para o entendimento do lazer: *tempo e atitude*, apontadas nos estudos de Marcelino (1996)⁵⁵, podemos identificar o entendimento de tempo na fala do sujeito **L3**, que revela como um momento de praticar o lazer fora do tempo da obrigatoriedade, quando afirma *“onde tu deixas os teus compromissos, as coisas que são obrigatórias”*. Lógica também percebida na fala do sujeito **Co**, onde aparece a relação do tempo, como “tempo livre”, porém com uma reflexão crítica sobre esse tempo *“é o tempo livre que a gente tem quando nos sobra, mas quem é trabalhador não tem esse tempo livre, e quem não tem trabalho vive de tempo livre”*. A outra fala da comunidade **C4** expressa uma relação que vai caracterizar o tempo do lazer com a atitude escolhida e revelar seu momento de ter lazer e “relaxar” *“ter um tempo pra mim... e que eu possa relaxar”*

As falas apontam duas idéias centrais: o lazer sendo vivido *no tempo* oposto ao trabalho, fora da obrigação, no tempo livre; e o lazer, vivido neste tempo de não obrigação, sendo um tempo pensado a partir de uma perspectiva pessoal- *atitude* com destaque para abordagem utilitarista do lazer.

Nesse aspecto, deduzimos que a concepção de lazer fica de forma preliminar, em relação às falas de **L3** e de **C4** no campo das teorias funcionalistas (que não leva em consideração as causas dos problemas) em uma perspectiva compensatória e utilitarista (momento de diversão- deixar as coisas obrigatórias para relaxar), pois revelam o entendimento do tempo para o lazer como um “espaço para compensar e recuperar” as energias gastas com o trabalho, sem ampliar o seu contexto e sem estabelecer os nexos com o mundo do trabalho, fato que já observamos ser superado na fala de **Co**, que se aproxima do campo das teorias críticas de lazer, pois apresenta uma perspectiva de entendimento acerca do “tempo livre” em sua relação com o trabalho no sistema capitalista, seja ele como um tempo de quem está desempregado, seja ele como tempo que sobra das horas fora do tempo de trabalho.

⁵⁵ Segundo estudos de Marcellino (1996), o lazer considerado como **atitude**, é quando envolve uma relação entre o sujeito e a experiência vivida. Em relação **ao tempo**, “considera as atividades desenvolvidas no tempo liberado do trabalho, ou no “tempo livre”, não só das obrigações profissionais, mas também das familiares, sociais e religiosas”.

O tempo do lazer na lógica funcionalista é compreendido como tempo do não-trabalho, o lugar para compensar as obrigações profissionais, familiares, e ao mesmo tempo desenvolvido a partir de práticas culturais em um tempo “livre” apartado do contexto de outras relações humanas. No caminho da superação desse entendimento, buscando também contribuir com um termo que não se confunda com a duplicidade ideológica do “tempo livre”, Marcellino sugere o uso de *tempo disponível*, no lugar de “tempo livre”, pautado na reflexão que considera o contexto do desenvolvimento das ações do lazer e do trabalho, pois nenhum tempo pode ser pensando livre de coibições ou de regras de conduta social. “*Uma vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social (no trabalho e no tempo disponível para o lazer) somente poderá efetivar-se por meio da demolição das barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho [...]*” (ANTUNES, 2001, p.23, grifo nosso).

Portanto, é importante diante do entendimento dessa totalidade do contexto das relações humanas, entendermos a importância da categoria *trabalho* nesse processo.

A relação entre *tempo livre e trabalho* deve ser observada por dois tipos diferentes de ausência de trabalho: “*tempo liberado após o trabalho e tempo liberado por falta de trabalho-desemprego*” (SADER, 2001, p.191). Assim, como foi observado na fala de Co, para Sader (2001), conforme a relação que se estabeleça com o trabalho, o tempo livre pode significar lazer ou desemprego.

Compreendemos trabalho, a partir de Lukács, como uma categoria fundante na transformação do homem em ser social, o trabalho em sua gênese é uma ação cultural que vem mediando a relação do homem com a natureza, portanto a ação de *produção e reprodução da vida humana* é alcançada pelo *trabalho*. Segundo Antunes (2001), em seu texto “Tempo de trabalho e tempo livre” do livro “Representações do lúdico” (organizado por Bruhns e Gutierrez, 2001), o debate sobre a possibilidade da redução do tempo do trabalho, pautado no universo da *vida cotidiana*, *pode vir a* garantir uma reflexão fundamental sobre o tempo, “[...] o tempo de trabalho, o auto-controle sobre o tempo de trabalho e o tempo de vida, e por outro, possibilitar o afluoramento de uma vida dotada de sentido fora do trabalho” (*Ibidem*, p.22, grifo nosso).

Assim as falas apresentadas pela comunidade **L3 e C4** apresentam um entendimento sobre *tempo do lazer*, sem uma relação direta com o contexto do mundo do trabalho. Fato que já foi possível perceber na fala da equipe gestora **Co**. Revelar esses aspectos do lazer que surgiram nas falas, ajudam a nossa análise final sobre a concepção de lazer, apresentada pelos dois grupos de sujeitos entrevistados, o que já evidencia as concepções conflitantes sobre o

lazer, de um lado a comunidade com uma concepção ainda no campo funcionalista, de outro a equipe gestora com uma concepção no campo crítico do lazer.

Quanto ao entendimento do lazer como tempo /espaço, como exercício de participação e de cidadania, vamos observar no discurso a seguir, uma aproximação, uma tendência, porém apresentam dois entendimentos diferentes: um tempo/ espaço e cidadania entendidos isoladamente dos outros aspectos sociais e políticos, e outro entendimento que os apresentam integrados a um contexto social e a uma coletividade: “[...] *fazer com que a criança aprenda muitas coisas, porque com o lazer você tira as crianças da rua, da marginalização, através do lazer você pode formar cidadãos*”. (C6). Outro aspecto pode ser evidenciado quando se analisa o seguinte trecho, presente na ficha de avaliação do Projeto FELIZCIDADE: “*Sim, porque através do lazer, principalmente em grupos, pode-se discutir termos voltados para a cidadania, como: drogas, sexologia, desemprego, etc*”. Em contraste, mas de forma complementar, o técnico que acompanhou as ações vê a natureza das atividades voltadas para os aspectos do desenvolvimento humano e cidadão diante da visão de uma sociedade de classe quando revela que: “*É uma das conseqüências da relação capital /trabalho. [...] realizados no tempo livre de homens, mulheres, crianças, jovens e idosos de todas as camadas sociais, podendo interferir no desenvolvimento pessoal e coletivo*”. Ele ainda complementa que os resultados voltam para a própria população: “*Estando a garantia do acesso aos seus componentes diretamente ligada à melhoria das condições de vida da população, do ponto de vista, cultural, econômico, educacional e social*”.

Observamos na totalidade das falas dos representantes da comunidade, posições conflitantes acerca da compreensão do lazer como espaço/ tempo para exercício de participação e de cidadania. Na fala dos sujeitos C2, L3, C3 observamos uma compreensão do papel do lazer como mobilizador, e como espaço de participação e de construção de um sentimento de coletividade, de novos valores e de reflexão crítica do contexto pelos participantes.

Um elemento relevante para compreender a concepção de lazer manifestada pela comunidade, quando se fala em participação e mobilização se mostra na fala dos moradores, ao revelarem um sentimento coletivo: “[...] *e a outra parte é que aglomera as pessoas, junta as pessoas que fazem ressurgir aquilo que eu acho que falta muito na humanidade, que era descobrir o potencial que ela tem, da união, seja para se divertir, seja pra lutar pelos seus direitos*”.

Já na fala do sujeito **C6** “*com o lazer você tira as crianças da rua, da marginalização, através do lazer você pode formar cidadãos*”, e do sujeito liderança do COMABT “*através*

do lazer, principalmente em grupos, pode-se discutir termos voltados para a cidadania, como: drogas, sexologia, desemprego”, observa-se que, embora traga para o espaço/ tempo do lazer a lógica do “formar cidadãos”, e “discutir cidadania”, na totalidade do discurso, ainda há a predominância de uma perspectiva assistencialista e utilitarista de lazer, como um instrumento de “apoio” para suavizar as mazelas de um sistema excludente, minimizando as tensões e as crises sociais, como também apresentando um referencial de lazer com características subjetivistas e individualistas⁵⁶, sendo restrito a escolha e aspirações individuais.

Na fala do representante da equipe gestora T: “podendo interferir no desenvolvimento pessoal e coletivo. Estando a garantia do acesso aos seus componentes diretamente ligados à melhoria das condições de vida da população, do ponto de vista, cultural, econômico, educacional e social”, identificamos certa confluência na compreensão do lazer como uma perspectiva de espaço/ tempo para exercício de participação e cidadania, aproximando-se assim, como o que há de recorrente na maioria das falas da comunidade, uma compreensão do papel do lazer, como mobilizador, como espaço e tempo cultural de construção de um sentimento de coletividade, de exercício de participação e de cidadania, com reflexão crítica do contexto pelos participantes.

B) Participação Popular

Na análise desta categoria, foi revelada nos discursos, uma tendência geral para a importância da participação como estratégia fundamental para o sucesso das ações de lazer a serem desenvolvidas. Apesar de ser uma posição de todos os sujeitos entrevistados e fator também revelado nos documentos das duas entidades (SEMEC /CEAL e COMBAT), foi possível identificar entre eles os diferentes valores quanto à compreensão do que é

⁵⁶ As características *subjetivista e individualista* são duas das principais características comuns ao conjunto das concepções burguesa de lazer, e é apresentada por Munné (Apud MASCARENHAS, 2004), onde o lazer é concebido como um processo subjetivo das “[...] necessidades e aspirações individuais, ou seja, uma realidade própria separada do trabalho e distinta do tempo livre, que é apreendida operativamente mediante pesquisas de opinião e atitudes individuais” (p.23). Ver mais em MASCARENHAS, F. *Lazer como Prática da Liberdade*. Goiânia:UFG, 2004.

participação, com diferentes abordagens, como: a) compreendê-la como forma de articular uma metodologia de ação em todos os processos da política de lazer a ser desenvolvida – participação como processo; b) compreendê-la reduzida ao nível da gestão com perspectiva de instrumentalizar o gerenciamento - observado na fala de uma liderança sobre a relação da Direção do Centro com a comunidade: “*tem que haver uma parceria com a comunidade e a direção do Centro, até porque esse espaço é muito bom, só que ele não pode ser totalmente livre entendeu, para a comunidade, porque se não já vira bagunça, então tem que haver uma parceria entre comunidade e Centro Comunitário*” (C6); c) compreendê-la como etapa diretamente vinculada ao momento de execução da ação- participação como fim e como desdobramento, d) identificaram-na, ainda, como *parceria*, na perspectiva funcional, em que a comunidade vai organizar-se frente aos objetivos pré-determinados de ter as tarefas definidas entre as partes envolvidas, como na fala a seguir: “*A comunidade participava, inclusive os pais das crianças que iam participar, eles também estavam, empenhados em organizar, nós fazíamos reuniões e eles vinham para cá.*” (L2).

Evidencia-se que a comunidade ainda não obteve um grau de autonomia necessário, para que a *participação popular* nas instâncias e nas etapas de deliberação nos projetos “*Felizidade*” e LPRM, efetivamente, estivesse revelando uma participação ativa em todo o processo, com uma *autonomia efetiva* e com uma conscientização das implicações técnicas e políticas dessa participação para chegar-se a uma efetiva co-gestão. Esses aspectos da co-gestão serão revelados com maior nitidez na categoria *Gestão Participativa* que apresentaremos a seguir.

Observamos que havia, basicamente, duas perspectivas que se projetavam, gerando uma “tensão positiva” para a dinâmica da democracia participativa que se expressava com veemência, sendo, uma que percebia a participação nos meios, somente em uma parte das ações, quando a comunidade era consultada para ter sua opinião sobre as ações propostas (muitas vezes com objetivos já pré-estabelecidos) para serem desenvolvidas no local, considerando assim a participação popular essencial para a eficiência e o sucesso das ações do “*Felizidade*” e do LPRM. O discurso apresenta um conteúdo afirmativo no sentido da participação: “*Era feita reunião para decidir as atividades que seriam realizadas na escola ou espaço*”. (C5). A mesma comunidade afirma que a participação é democratizante em suas possibilidades: “[...] *pelo menos participou de muitas coisas, entendeu, assim, jovem participou, a criança participou, o adolescente, participou o adulto também. [...] participaram e todos tiveram uma participação geral, porque também participou a Direção, participou os professores, então uma questão assim geral*”. Há um sentimento de coletividade, de compartilhamento: “*a gente fazia divulgação na rua, saía de porta*

em porta batendo e uma das coisas que a gente exigia ou solicitava que as pessoas participassem, [...] então nós estabelecíamos isso, que se chegasse um idoso, mesmo que não soubesse jogar uma bola, mas que soubesse pegar pelo menos um dominó e mudar de posição, ele já estaria se divertindo na atividade de lazer, então para nós a idade não tinha limite.”

E a outra que destacava os princípios e os referenciais de uma participação no processo, na definição, na elaboração, na execução: *a participação no e pelo lazer* e na avaliação- porém não aplicou todas estas etapas, contudo conseguiram perceber a comunidade como parte essencial do processo de decisão nas etapas desenvolvidas, como na discussão e na execução dos programas e dos projetos de Lazer (fato observado na análise dos documentos das duas versões Encontro com as Comunidades⁵⁷, realizados em 2003 e 2004). Essa última perspectiva, embora não evidencie a participação em todo o processo, revela-se mais próxima da participação como cidadania ativa, fortalecendo a *autonomia, a soberania e o controle social*, que poderá potencializar a ampliação de uma concepção de *democracia de massa*, com combinação de espaços de democracia direta/ popular com espaço de democracia representativa, por meio do alargamento da intervenção popular, que participa diretamente e que se propõe a contribuir nas instâncias de formulação, de gestão e de execução das políticas públicas de lazer.

No aspecto referente à execução, na *participação no e pelo lazer*, observamos em várias falas como esse processo foi significativo, pois as etapas de formação e de organização das ações de lazer, desenvolvidas pelos dois projetos na comunidade, revelam a descoberta do potencial de autonomia e de protagonismo que esses sujeitos envolvidos nas ações poderiam desenvolver. Deduzimos que este universo micro- da realização das ações da *participação no e pelo lazer*- oportunizou um alargamento do entendimento da importância do direito ao acesso a estas atividades, pela comunidade e pela equipe gestora, como podemos perceber nas falas a seguir:

Conceber a participação, em sua condição intrínseca, mostra que o *no e o pelo* representa um *estado*, uma *condição* de autonomia e de autodeterminação: *“Tinha participação da comunidade diretamente, juntamente com os membros do Centro que era a*

⁵⁷ **O Encontro com as Comunidades**, foi realizado em duas versões, em cada início de ano. O primeiro em 2003 e o segundo em 2004, uma ação que tinha a participação de toda a cidade, *“como forma de fortalecer e dar continuidade ao processo de diálogo”*, para discutir, organizar e definir as ações dos projetos de lazer junto as comunidades dos bairros de Belém, tinha como objetivo : *Debater de forma ampla as políticas públicas de esporte, arte e lazer para os diversos bairros de Belém; *Ampliar o debate sobre a concepção de esporte, arte e lazer implementadas em Belém; *Efetivar comissões na área do esporte, arte e lazer nos bairros; *Construir um calendário de ações de esporte, arte e lazer nos distritos de Belém. **(Folder do I e II Encontro com as Comunidades, 2003 e 2004)**

Diretoria que fazia presente lá, e juntamente os jovens que participavam diretamente com a gente lá no encaminhamento em todo planejamento que a gente fazia pra que acontecesse a nossa rua de lazer lá.”

Uma exterioridade importante, para que nas falas apresentadas, seja identificado o caráter da participação, é uma identificação do momento da inserção dos sujeitos envolvidos nos processos decisórios: como na elaboração dos procedimentos, na execução das tarefas e na avaliação das políticas de lazer, observadas no caso dos projetos “Felizidade” e LPRM articulados à organização do COMBAT; como também na gestão desenvolvida no COMBAT junto à comunidade.

As análises resultantes dos documentos da CEAL e do COMBAT revelam que em alguns momentos a participação dos moradores fica reduzida ao instante inicial da atividade do projeto LPRM e ou FELIZCIDADE, participação como meio, e como já apresentamos, em muitos momentos sendo colocada no campo da organização das atividades, fato que avaliamos como um espaço riquíssimo para o exercício da *participação no e pelo lazer*. Porém esta realidade não evidencia sinais de uma participação em todo o processo: *“Participando somente do processo de planejamento de atividades de lazer e do desenvolvimento de projetos voltados principalmente par as crianças e adolescentes”*.(Ficha de avaliação do FELIZCIDADE, liderança do COMBAT, 2003)

As duas grandes perspectivas de participação popular aqui reveladas pelos discursos expressos nas falas e pelos documentos oficiais dos sujeitos investigados, evidenciam também que o COMBAT apresentava em sua trajetória uma luta e uma organização popular, baseado em um associativismo comunitário, que apresentou uma “porosidade” para o processo de gestão democrática. Assim como na equipe gestora percebe-se certa “unidade” na concepção e no método utilizado pelos projetos “Felizidade” e LPRM, evidenciando o que chamamos de fortes nexos políticos- pedagógicos *entre forma e conteúdo* nas políticas de lazer implementadas pela CEAL junto ao COMBAT, e conseqüentemente na cidade.

Embora essas duas perspectivas realizassem uma “tensão positiva”, as nuances dessas tensões revelaram algumas contradições entre o que era idealizado e o que era efetivado como, por exemplo, nos objetivos propostos pelo Encontro com as Comunidades (que é bastante citado nas falas), o texto do documento é claro quando apresenta como resultado final a *“construção de um calendário anual, a partir dos trabalhos em grupos após a apresentação dos projetos da CEAL”*, o que reflete uma perspectiva de participação como fim, pois deliberavam sobre objetivos preestabelecidos, e a fala do representante da equipe gestora - Co revela uma posição contrária com a clara intenção de ter oportunizado com esta

instância de participação a *autonomia e a soberania da comunidade*, vejamos: “[...] o Centro Comunitário tinha a sua atividade paralela à agenda da Prefeitura. Então ele não ficava dependendo daqui, então tudo que ele construiu lá, partiu de uma base, de uma construção que foi através do Felizidade, através do Encontro com as Comunidades e que serviu de referência para que essa comunidade pudesse ter autonomia e levasse as ações de esporte e de lazer para frente [...]” (grifo nosso)

Assim identificamos que a participação popular aconteceu apresentando um grau de implicação que se aproximava da consulta e da decisão, entre uma participação como fim e a aproximação de algumas etapas da participação como processo, aconteceu de forma contínua e envolvendo todos os sujeitos presentes na ação de forma direta, como também momentos significativos de *participação no e pelo lazer* quando da definição e da organização das atividades, mas também apresentando “vazios” na possibilidade de radicalizar naquilo que era desejado pelos sujeitos, ter a participação como processo para que pudesse efetivar a autonomia e a soberania no campo da formulação das políticas de lazer, pois as deliberações sobre o orçamento, as definições na formulação e na construção dos projetos, por exemplo, não apareceram em nenhum momento nas falas, nos relatórios, ou nos projetos analisados.

Contudo é possível afirmar que a participação popular foi uma categoria que se fez fundamental nas ações das políticas de lazer desenvolvidas através dos projetos “Felizidade” e LPRM pela CEAL junto/ na comunidade do COMBAT.

B) Gestão Participativa

A Gestão Participativa, revelada nas falas dos sujeitos evidencia uma aproximação na perspectiva de co-gestão, recorrente nas falas da equipe gestora, porém o que na realidade evidenciou-se foi uma combinação de participação como meio e como processo, deixando caminhos e revelando aspectos fundamentais para a construção de uma nova cultura política, pois assumiam em seus discursos a democratização e o acesso a outras formas de lazer, e a outras formas de *relação entre Estado e Sociedade Civil*, buscando partilhar este poder, evidenciando assim um esforço em trabalhar com princípios democráticos e populares que gerassem uma forma de participação democrática. Podemos observar isso nas falas da comunidade: “[...] pra gente como comunidade e Centro e a gestão Prefeitura, pra gente foi muito bom, porque foi uma participação diretamente da comunidade juntamente com a

Prefeitura nas decisões de todas as tomadas que eram dadas pela Prefeitura”. Observa-se então que: [...] não era só a Prefeitura que decidia, era a comunidade também juntamente com a Secretaria de lazer, que a gente decidia juntamente com a comunidade, [...] então para a gente foi uma participação muito boa, de ter poder de decidir também, não só aceitar o que era levado, a gente decidia juntamente com a Secretaria as decisões que eram tomadas, executadas em nosso bairro.” (L1)

Identificamos que a participação democrática na etapa da organização dessas atividades configurava-se como um momento significativo, pois apresentava a possibilidade em um universo micro de atividades, de se efetivar uma participação direta *na ação no e pelo lazer*, como também nos planejamentos e nas funções.

Observamos ainda, nos documentos analisados, o que constatamos apresentar-se como uma forte confusão conceitual por parte da equipe gestora e da comunidade, o entendimento do que seria a co-gestão, levando muitas vezes os dois coletivos de sujeitos a executarem, na prática, ações de participação democrática e falarem em co-gestão. Uma fala que mostra que: *“[...] e lá conforme a demanda sugerida pela Secretaria de orçamento, de recursos humanos, a gente conseguia chegar em um consenso elegendo as prioridades de ação de lazer, organizadas pela Secretaria, e junto a comunidade, as outras nós ficávamos com a idéia da co gestão, a gente assumia a formação, dava o suporte de material, só não ficava a frente da organização, quem ficava geralmente era a comunidade.[...] ”(Co).*

No entanto, sabemos que o aprendizado nessas práticas participativas, quando trazem a perspectiva da auto-organização da comunidade, a despeito de suas fragilidades e de suas contradições é importante para que a capacidade de autonomia e de controle social da população possa emergir desta prática continuada, na relação entre Estado e Sociedade Civil organizada. Esse fato foi observado nas ações dos projetos de lazer que buscavam garantir a participação *no e pelo lazer*. Isso pode ser evidenciado na fala da comunidade: *“Sentava as duas partes e tinha discussões, e ali eram feitos dois grupos tanto de um lado como do outro, tomavam decisões, depois se dividiam, faziam a discussão do trabalho.” (C5)*

Analisamos alguns limites e potencialidade da prática participativa vivida em Belém, identificamos que as diferenças de concepções sobre lazer e sobre o funcionamento como um todo da máquina pública, foram limites que reforçaram as fragilidades de posições e de apropriações de poder durante o processo da gestão participativa. Assim, se faz necessário investir em uma qualificação técnica e política dos sujeitos envolvidos na ação – fato que observamos com a política de formação interna da CEAL e da formação da comunidade com

os métodos da *ação comunitária* e da ação pedagógica via *pesquisa-ação/ tema gerador*, bem como o investimento dado ao FELIZIDADE.

Identificamos que a Equipe gestora apresentava uma disposição política de partilhar o poder com a comunidade e, a despeito de sua posição privilegiada acerca da concepção e da informação sobre o funcionamento da máquina pública, procurava exercitar por meio dos métodos aplicados, um “nivelamento” dos tempos de apropriações e de concepções no campo das políticas públicas de lazer. [*...]* *assim como tantos outros da Prefeitura na época desse governo passado, que foi ta chamando a comunidade para participar, pra planejar, praticamente do inicio até o final da ação na realização*. (C 2). *O projeto Felicidade foi através de estudo, formava grupos de estudos sobre as explicações, apostilas e algumas dinâmicas e atividade e o lazer porque essa rua é minha foi feito em vários bairros, na qual nós tivemos dois aqui, duas ruas que uma foi a Jarbas Passarinho, e a outra foi a Santa Adília que teve jogos como: vôlei, futsal, pintura, recreação, varias atividades.* (C6).

Evidenciamos em nossa análise, portanto, que essa tendência revelou que a Gestão Participativa foi vivida em algumas etapas, reforçada pela intencionalidade política do discurso, mas que na prática não se efetivou em sua totalidade e radicalidade. Podemos afirmar, ainda, que a ação de participação se aprimorou, buscando superar as vertentes assistencialistas vividas em ações de lazer, historicamente, na cidade. Diante das análises das falas, pode-se afirmar que suas experiências de participação superavam e distanciavam-se do modelo de parceria típica liberal e dos processos de terceirização recorrentes do modelo de “participação” do Estado burguês e do terceiro setor, que se realiza apenas como uma transferência de funções, conforme vimos anteriormente.

Pelo contrário, observamos a confusão conceitual revelada nas falas, mas na prática a participação democrática, se estabelecia em um campo de crescente transparência, de quebra de hierarquias, de busca da superação de ações setorializadas, ou seja, a “parceria” – conceito utilizado e que aparece nas falas dos sujeitos - evidenciou a presença de responsabilidades divididas e a certa medida, no que se refere à definição de atividades com a participação na construção *no e pelo lazer* que possibilitou aos participantes as descobertas de novas possibilidades para viver as ações de lazer.

As possibilidades de ações poderiam se dar pela prática ou simplesmente pela ajuda na participação do outro, como também no planejamento das ações, na construção do calendário, no momento da avaliação, como um momento de divisão de responsabilidades e de certa forma – um exercício de compartilhamento do poder.

Um elemento importante em nossa análise é que na fala dos dois grupos de sujeitos, observa-se um mesmo caminho ideológico percorrido, no que se refere à relação e ao papel do Estado e da Sociedade Civil, na efetividade de uma gestão participativa. Identificamos nas nuances desses discursos, uma perspectiva de conceber o Estado (poder público estatal) como fruto do antagonismo de classe (na concepção gramsciana - o Estado como sociedade política) e como parte da superestrutura, é um espaço de luta para efetivação de contra-hegemonias.

Como diria Abers (apud AVIRTZES, 2003), é possível perceber como as experiências de práticas de *gestões participativas* contribuem para “[..] a criação de uma sinergia entre Estado e sociedade civil, levando ao empoderamento da sociedade civil [...] mas também a um processo gradual [...] de controle pelos participantes sobre o processo governamental de tomada de decisão (ibidem, p.19).

Identificamos também como a gestão participativa investigada apresentou uma combinação de métodos participativos, desde as etapas mais gerais de planejamento das ações macro de lazer para a cidade (Encontro com as Comunidades), envolvendo os bairros, passando pelas ações distritais (Comissões de lazer dos Distritos) com debates específicos de um projeto em um determinado bairro, com reuniões de formação de agentes culturais de lazer, com a reflexão sobre a concepção de lazer, com debates e com deliberações das atividades de lazer -FELIZCIDADE e LPRM, até os métodos pedagógicos de execução das atividades com a participação vivida *no e pelo lazer* por meio da articulação entre *ação comunitária e pesquisa-ação*. Deduzimos que esses procedimentos garantiram a viabilidade para uma regularidade em sua qualidade e parte do cumprimento de suas metas.

Por fim, evidenciamos elementos constitutivos para um caminho que foi iniciado revelando etapas democráticas em políticas públicas de lazer participativas na experiência entre SEMEC / CEAL e a comunidade do COMBAT, refletidas na garantia da participação como processo, em várias etapas da implantação dessa política, de forma ativa e contínua, que deixou um campo fértil para a autonomia dos sujeitos envolvidos (tanto na equipe gestora quanto na comunidade).

Alargando as instâncias de participação, com perspectivas de exercitar uma soberania popular que vem fortalecer um maior controle social (em relação às experiências de gestões anteriores) dessas políticas públicas de lazer pelo centro comunitário do COMBAT, que também contribuíram para o entendimento do lazer além do campo funcional, gerando uma abertura maior de reflexão sobre um lazer que emancipa, por isso passou a ser valorizado na comunidade como uma atividade de acesso a todos, revelando um entendimento, em nossa

análise, de constituir-se (o lazer) para os dois grupos de sujeitos, como uma intervenção do Estado, compreendendo-o como direito social e como necessidade humana.

As políticas públicas de lazer investigadas revelaram, em seu caderno de Educação de 2002, que a participação é uma das diretrizes expressa nos projetos em *um modelo de gestão envolvendo governo e sociedade*, afirmando uma gestão participativa onde está explícita que a “*participação popular nas ações de esporte lazer vem atender a uma histórica demanda dos trabalhadores: a garantia de espaços de intervenção direta nas políticas públicas*”. Da mesma forma que a condição de classe se mostra de forma “[...] *onde aqueles que sempre foram excluídos, hoje estão sendo priorizados e chamados a construir os espaços de gestão e vivência desses direitos.*”

Um importante aspecto nesse processo é a avaliação pública das políticas implementadas pelo Estado, etapa que foi identificada em nossa análise como o instrumento de maior controle social dessas políticas, para evidenciar o grau de transparência, assim como a efetivação de uma gestão participativa, oferecendo uma maior instrumentalização técnica e política para que os sujeitos envolvidos pudessem se posicionar frente aos processos de deliberação nas ações de lazer.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A pesquisa aqui apresentada teve como objetivo central investigar se as políticas públicas de lazer, implementadas em Belém, promoveram uma gestão participativa com a comunidade. Assim sendo, a partir de nosso referencial teórico-metodológico, percorremos um caminho que nos possibilitou chegar a algumas respostas ao final de nosso estudo, como também a outras problemáticas que foram sendo reveladas neste percurso. Porém, a busca para nossas respostas foram baseadas na indagação central: **As ações de lazer implementadas pelo poder público municipal através dos projetos Lazer: porque esta rua é minha e Felicidade no Centro comunitário COMBAT, no período de 2001 a 2004, promoveram uma gestão participativa com a comunidade?**

Após análises dos dados coletados, apontamos algumas constatações. A experiência da gestão participativa nas ações de lazer em Belém pode ser caracterizada como um aprendizado da gestão pública para os sujeitos envolvidos. A experiência apresentou

caminhos reais para ampliação de uma cultura democrática a partir das organizações populares, dos diferentes segmentos de associativismo comunitário. As políticas de lazer implementadas pela SEMEC/ CEAL, articuladas as políticas gerais do Congresso da Cidade, evidenciaram uma série de novos subsídios e de formas institucionais, como: método pedagógico, princípios, critérios de participação, espaços de deliberação, normas, que se constituem em um novo desenho institucional (Avritzer, 2003). São elementos novos que se destacaram durante nossas análises, que iremos comentar de forma breve, na parte final desta seção.

Diante de nossas constatações, evidenciamos que a experiência de políticas públicas de lazer, investigada no momento de sua execução nas ações de lazer, não aprofundou todas as etapas de uma gestão participativa, pois a comunidade do COMBAT não chegou a participar da *definição das políticas de lazer para cidade, da construção de seus princípios e diretrizes*, como também, *não deliberou sobre o orçamento* dessas ações. Todavia, podemos afirmar que houve a deliberação coletiva – CEAL e COMBAT, no Planejamento Geral dos projetos de lazer, nas atividades a serem implementadas, nos locais das atividades, nas formas de execução, na avaliação, no debate sobre as concepções e nas escolhas dos conteúdos culturais de lazer, etc.

Podemos assim afirmar que a *gestão participativa vivida*, mesmo sem ter efetivado todas as etapas, garantiu um aumento significativo da participação popular nas deliberações das ações de lazer, antes nunca registrado nas políticas de esporte, arte, lazer do município de Belém; uma ampliação do acesso às atividades de lazer nos seus diferentes conteúdos culturais, pelos diferentes segmentos sociais, religiosos, de gênero, intergeracionais, portadores de deficiência, entre outros; um avanço na qualidade técnica tanto da equipe quanto da comunidade para tomada de decisões coletivas, principalmente, acerca do lazer, com indicativos de caminhos para a compreensão do lazer como direito social e necessidade humana.

O modelo de *Gestão analisada*, a despeito do que foi revelado na experiência vivida pela CEAL COMBAT, em uma *versão preliminar de gestão participativa*, sem efetivamente realizar a co-gestão, se constituiu em um espaço importante para potencializar uma noção de bem público, de apresentar o lazer como importante componente da humanização do homem, como um importante elemento de mobilização social, pelo lúdico e pelo prazer, revelando este componente da cultura humana, como um direito social que foi conquistado e vivido pela comunidade do COMBAT.

Entretanto, por ser uma primeira experiência na história da cidade, com a democratização na gestão pública, no campo do esporte, arte e lazer, frente as fortes tensões e contradições políticas, observamos fragilidades e problemas, mas também avanços no seu percurso.

Com base em nossas investigações pautadas nos documentos do Congresso da Cidade, podemos afirmar que os referenciais políticos do ideal democrático apresentados na proposta de gestão participativa da PMB, caracterizaram-se como um *Programa de Governo* que orientou politicamente e administrativamente as secretarias municipais e sustentou politicamente o modelo de Planejamento Participativo e Socialmente Construído.

Assim, a SEMEC /CEAL, seguindo os princípios e os programas de governo, apresentou um campo claro de exercício político de rupturas com o modelo liberal de democracia, evidenciando as contradições e os conflitos do sistema capitalista refletidos no Estado com a perspectiva de superar coletivamente esta realidade, exercitando a garantia de novos espaços e de novas estruturas de participação, com ampliação da Sociedade Civil na gestão pública, especificamente nas ações de lazer, como é apresentado nas falas a seguir: *Olha, geralmente havia reunião... que eram até mesmo porque o CEAL, ele se organizava por distrito também assim como a Prefeitura como todo,[...] a gente já participou mais assim do planejamento, das atividades, da montagem do cronograma, da montagem de agendas e também participando de algumas atividades em outros lugares, mas eram sempre com reuniões mesmo, eram sempre chamando a comunidade para reunir, para planejar juntos.* (C2)

Diante desse cenário, os projetos “*Lazer: por que esta rua é minha- LPRM*” e “*Felizidade*”, realizados de forma participativa na comunidade do COMBAT, garantiram espaços de exercício da participação com perspectivas para autonomia popular. Nos documentos analisados, há indicativos que revelam o método da prática educativa utilizada pela CEAL: a pesquisa-ação⁵⁸, que se traduziu na articulação entre estes dois projetos. Na primeira etapa com o projeto “*Felizidade*” que tinha em sua natureza o foco na formação

⁵⁸ Pesquisadores e sujeitos /realidade pesquisada estão envolvidos em conjunto com a intencionalidade crítica de detectar as problemáticas e as alternativas de superação das mesmas. Realizada em três etapas: Estudo da realidade, que se caracteriza por um estudo do contexto (junto com a comunidade); Organização do conhecimento, após a organização das falas significativas coletadas, são elencados os Tema Geradores, que ira balizar a organização do conteúdo a ser desenvolvido com a comunidade; e a Aplicação do conhecimento: que é a execução das ações /conteúdos do lazer a serem desenvolvidos para a superação dos temas geradores, revelados nas falas significativas da comunidade.

sobre lazer e na segunda etapa que compreendia a execução das ações planejadas anteriormente, através do “Lazer: porque Esta Rua é Minha- LPRM”. Esses aspectos da operacionalidade dos projetos nos ofereceram mais subsídios para revelar os nexos existentes entre a concepção dos conteúdos de lazer defendidos pela gestão, e o método utilizado para aplicação dessas ações com a comunidade. Porém, observamos que as etapas da pesquisa-ação não foram apropriadas de maneira uniforme por todos os componentes da equipe gestora (a equipe de funcionários da secretaria revelava que uma parte do quadro de técnicos que passavam a ter contato pela primeira vez com estes referenciais teóricos- metodológicos), o que levou a uma fragilidade na sua execução, resultando em etapas encaminhadas com superficialidade, gerando em algumas ações atividades desconectadas com a realidade encontrada junto à comunidade.

Contudo, os métodos pedagógicos utilizados para efetivação das ações de lazer na CEAL mostram indicativos de uma sincronia e de nexos político-pedagógicos entre forma e conteúdo, o que nos faz levantar a hipótese da importância dos nexos teóricos entre forma e conteúdo para realização de políticas públicas com um trato diferenciado das concepções de lazer, junto às comunidades.

Constatamos que havia uma boa receptividade da comunidade no sentido de superar as concepções de lazer entendidas como mero divertimento e como meio para relaxar. Como também a busca pela equipe gestora da superação dos princípios hegemônicos pela lógica capitalista, que transforma as ações de lazer em mais uma mercadoria para consumo. Portanto, os projetos “Felizidade” e LPRM revelaram um rico espaço para a educação de uma política participativa e de reflexão para o pensar – viver o lazer na comunidade, embora não tenha dado conta de alterar definitivamente a concepção de lazer da comunidade, por vários fatores limitadores da política implementada. Analisando alguns documentos de avaliação da Equipe Técnica de Esporte e Lazer, observamos uma série de evidências de dificuldades e algumas contradições que podem deixar pistas do por que da fragilidade em alguns aspectos na execução dos projetos junto à comunidade, como: o número reduzido de técnicos e de monitores para dar conta de um exaustivo calendário de ações na cidade, decidido junto à comunidade - que com a abertura e com a conquista de espaço de deliberação de democracia participativa, deliberava suas necessidades para a área do lazer, porém a equipe não dava conta de retornar com qualidade essas demandas. Assim, chegava para as ações junto à comunidade com uma equipe fragilizada, com um frágil planejamento; com um grande problema de orçamento que resultava em uma grande redução de material e com

pouca infra-estrutura, para desenvolver as atividades nas comunidades, como também, para poder estar nas reuniões durante à noite e nos finais de semana com as ações de lazer.

Contudo, verificamos que as ações dos projetos foram passos importantes para pensar novas possibilidades para o lazer com a comunidade, o que vem, em sua práxis, dialogar com o referencial teórico que apresentamos, quando falamos da compreensão do lazer como fenômeno social e histórico resultante das relações humanas, apontando a relação do lazer com o *tempo livre, e este com o trabalho*, e que essas relações devem ser observadas por dois tipos diferentes de concepção de “*tempo livre*” de ausência de trabalho (tempo do não-trabalho): “*tempo liberado após o trabalho e tempo liberado por falta de trabalho-desemprego*”, sem perder de vista o seu conteúdo classista; e, portanto, como tempo / espaço à emancipação humana “para produzir valores socialmente necessários”. Perspectiva que dialoga com pensamento de Mascarenhas:

O lazer passa a ser visto como fonte de valores e contradições. Constitui-se num agente difusor de conteúdos vivos e indissociáveis a realidade que os produz. O homem se apresenta como síntese concreta das múltiplas determinações que o cercam. É um sujeito social, político e histórico. O conhecimento emerge da experiência do próprio grupo, e seu desenvolvimento deriva da participação ativa de seus membros dentro de um modelo autônomo e organizado de reflexão e debate.[...] Em outros termos, a prática do lazer se configura enquanto uma possibilidade de construção de sujeitos co-participantes do processo educativo e que se transforma na medida em que modificam também suas próprias circunstâncias de vida (MASCARENHAS, 2004, p. 34).

Quanto a identificar e analisar concepção de lazer da comunidade e da equipe gestora, envolvidas nos Projetos desenvolvidos no Centro Comunitário, destacamos, a tendência para perceber o lazer como bem cultural importante que deveria ser acessado por todos. Percebemos também aproximações e contradições entre a concepção da equipe gestora e a concepção da comunidade, porém percebeu-se uma busca de nivelamento dessas diferenças, a partir do método pedagógico aplicado, o que apontamos como um movimento dialético crítico, como podemos observar na fala a seguir: “[..]. nestas formações eram discutidas, desde concepções de lazer, passando por seus conteúdos, organização comunitária, participação popular dentre outras [...] O lazer porque essa rua é minha já a partir de um processo de avaliação, a gente avaliava que para fazer uma ação de lazer, a gente precisava dar subsidio, precisava passar por uma formação, uma qualificação das lideranças comunitárias, para ampliar seu entendimento sobre o

lazer e seus conteúdos, para compreender e desenvolver a concepção que a gente estava buscando consolidar”. (T)

Quanto ao acesso aos diferentes conteúdos de lazer, compreende-se a necessidade de se dar condições à comunidade de vivenciar outros conteúdos e assim ampliar suas experiências no campo dos conteúdos de lazer. Nas falas dos entrevistados, observamos como o conteúdo artístico aparece com menor destaque dado pela comunidade, as experiências de lazer da comunidade são hegemônicas no campo dos conteúdos físico-esportivos. Possivelmente, isso seja consequência da realidade socioeconômica da população envolvida, bem como, do que vem sendo historicamente hegemônico pela lógica capitalista, nos meios de comunicação de massa como entendimento de conteúdos do lazer.

Analisando a gestão de políticas públicas de lazer realizadas com a comunidade do Castanheira, levantamos indicativos para afirmar que os vários canais de participação, oportunizaram ao cidadão, momentos para pensar sua realidade e, em seguida, conquistar espaços para buscar o acesso as diferentes atividades de lazer para seu bairro, por meio de planejamento e de deliberações coletivas.

Porém, observamos as fragilidades acerca do que seria uma efetiva participação como processo, gerando confusões conceituais sobre o processo de co-gestão nas ações de lazer entre a CEAL e a comunidade do COMBAT. Assim, com base nas análises anteriores podemos afirmar que a gestão participativa não aconteceu em toda sua amplitude e execução.

Mesmo diante do esforço da partilha do poder por parte da equipe gestora, observamos como, em certos momentos, ocorria o predomínio “controle e poder” centrado na equipe gestora. Evidenciamos que, embora de forma indireta, a equipe gestora colocasse sua concepção de lazer, seu modo de fazer e organizar as ações como referência frente à comunidade, os métodos e os procedimentos utilizados para a implementação das ações de lazer junto à comunidade, traziam à tona contradições. Dessa forma, funcionavam como uma espécie de “termômetro” durante o processo vivido, para aferir o momento em que se distanciava ou se aproximava dos critérios, etapas apresentadas para uma gestão pautada nos princípios da participação popular.

Diante dos estudos apresentados anteriormente, neste conjunto de métodos participativos e de resignificação das concepções e entendimentos sobre lazer, pontuamos que os conteúdos físico-esportivos e as práticas de lazer baseadas em práticas funcionalistas e excludentes, assim como as relações de poder pautadas pelo corporativismo e clientelismo, não podem ser consideradas como realidades de uma política de lazer e de participação

superadas. As experiências de políticas públicas participativas são fundamentais para oportunizar amadurecimento e fortalecimento de uma nova cultura de participação política, gerando novos desenhos institucionais no aparelho estatal, bem como desafiando a superação de associativismos tradicionais. O desafio é articular e combinar a vontade geral e o pluralismo, buscando preservar a liberdade e a igualdade de direitos sociais e políticos entre homens em uma sociedade. A combinação da vontade geral e do pluralismo revela que o projeto democrático participativo, na construção da transição para uma nova sociedade, precisa construir regras pautadas em consenso, gerando uma nova ordem que deve ser autoregulada como fruto de construção coletiva e de uma efetiva democracia participativa, revelando as contradições que devem ser debatidas e não entendidas simplesmente como oposição. Conseqüentemente, como já apontamos anteriormente, o projeto democrático e participativo deverá buscar aquilo que Gramsci apontava como “*a vontade coletiva nacional-popular*”. Este novo “bloco histórico” deverá ser regulado por uma relação de hegemonia entre os diferentes interesses das diferentes classes da sociedade.

Como já foi apresentado no início de nossa pesquisa, não temos aqui a pretensão de fazer a avaliação da política de lazer investigada, porém, achamos necessário apontar as fragilidades e as dificuldades para uma ação de continuidade dessas ações como, por exemplo: uma dependência, ainda existente, por parte da comunidade, do poder público estatal, para continuidade das experiências, portanto, se faz necessário buscar práticas que possam potencializar a autonomia dos movimentos sociais, bem como fortalecer sua cultura participativa e suas organizações populares.

Na perspectiva de consolidar as práticas de participação institucionalizadas nessa trajetória histórica na cidade e no país, é importante que se realize uma avaliação criteriosa e séria desses canais participativos objetivando aperfeiçoá-los. Porém sabemos que para que essas experiências de gestões participativas avancem e se efetivem como ações de co-gestão, precisamos avançar também na construção de uma contra-hegemonia nos campos da esfera pública não estatal. Devemos traçar objetivos que afirmem uma reorganização da luta e dos sujeitos históricos dos movimentos populares, da classe trabalhadora, para que efetivamente a disputa por dentro da esfera burguesa se dê de forma orgânica e qualificada, pois corroboramos com Oskar Negt (1984), quando diz que:

“Uma efetiva dialética entre esfera pública proletária e burguesa somente é possível num contexto político, se com cada passo em que

se utiliza a esfera pública burguesa se articula a ampliação da autonomia e autodeterminação dos homens” (Ibidem, p.40)

O que também foi revelado na pesquisa é que esta experiência de gestão priorizava o fortalecimento de canais e de instâncias de participação na perspectiva de efetivar-se um controle público da Sociedade Civil sobre o Estado, sem retirar do Estado seu papel de agente público, ou seja, sem desobrigar o Estado de suas funções. O que nos chamou atenção, como elemento novo de análise, e que precisaremos aprofundar teoricamente em uma outra oportunidade, foi que, como consequência dessa partilha de poder, em um exercício de gestão coletiva nas políticas de lazer na cidade, refletimos sobre os ajustes e as reorganização da máquina pública (as possibilidades de institucionalizar a participação), como a criação de instâncias e de espaços de participação e de deliberação juntamente com a população.

Avritzer (2003) chamou atenção, em seus estudos sobre as experiências do OP de Porto Alegre, de exercitar um novo desenho institucional, com base na teoria do desenho institucional, capacitando a administração pública para reformatar, legitimar e legalizar novos espaços de deliberação coletiva no governo. Avritzer apresenta os estudos de Fung e Wright (2002) que denomina esta experiência de “*governança participativa com transferência de poder para as bases*”. Avritzer destacou a capacidade do Op de conciliar no momento da sua implantação propostas de desenhos institucionais feitas por diversos atores. Como exemplo em Belém, observamos nas políticas de lazer, as comissões de lazer constituídas nos distritos após os Encontros de Lazer com as Comunidades, as equipes de acompanhamento, execução e deliberação criadas com as comunidades após a formação no Felicidade, comissões que eram práticas e formas anteriores do movimento comunitário; O Encontro com as Comunidades, que foram resultados de propostas específicas da gestão municipal, entre outras. Assim a originalidade das experiências participativas, em termos de desenho institucional, que partiram das articulações entre esfera estatal e esfera não estatal, demonstra a sua capacidade de integrar “*propostas de desenho institucional feitas por diferentes atores*”. (AVRITZER, 2003).

Outro elemento para futuras reflexões é sobre a relação do associativismo comunitário e suas relação com as formas e as instâncias, espaços de participação em Belém, suas implementação no aumento ou fragilidade para a participação desses novos desenhos institucionais, pois a comunidade apresenta uma forma de organização que se associa às lutas

específicas como movimento pela saúde, pela moradia, pela educação pública, e que apresentam, segundo Avritzer, uma prática às vezes pouco democráticas e muito ligadas a *uma tradição de mediação privada*, na distribuição desses bens públicos. E as novas formas de plenárias por temáticas, por eixos e até por projetos trazem um confronto nessa possibilidade de relação participativa entre Estado e Sociedade Civil. Mas essas questões são inquietações para futuras análises e futuras pesquisas a serem desenvolvidas no campo das políticas públicas participativas de lazer .

A trajetória das políticas de lazer aponta caminhos que vêm acompanhando as fases políticas do capitalismo em momento histórico do país, revelando-se como um produto das relações humanas, portanto concreto, histórico e contraditório – como um espaço de disputas ideológicas e políticas. Apesar da utilização do lazer pela lógica neoliberal, como objeto de consumo e de um “tempo liberado e controlado”, concepção disseminada e absorvida pelo senso comum, as políticas de lazer resultantes de um projeto social desenvolvido pelos trabalhadores, possibilitarão evidenciar o lazer como direito social e liberdade humana, contribuindo para o processo de elevação cultural, o de emancipação e o de autodeterminação da população.

Por fim, deduzimos em nossa investigação acerca da experiência da CEAL e do COMBAT que alguns elementos geraram dificuldades e fragilidades para uma efetiva gestão participativa nas ações de lazer, classificadas em um campo histórico- político, desvelados em 3(três) fatores que foram sendo “anunciados” durante a nossa investigação:

- 1) A ausência da prática de gestão participativa na comunidade e na CEAL em gestões anteriores, o que implica dizer que este caminho estava sendo novo e revelador para os dois grupos de sujeitos envolvidos na ação, sendo apresentada uma ambígua realidade: uma com uma cidade onde predominam grupos comunitários isolados, muitas vezes sem uma experiência de organização autônoma, revelando um cenário que é comprometido com a reprodução de práticas clientelistas tradicionais, relações que historicamente mostravam (e ainda mostram) retorno para obtenção de alguns benefícios para a comunidade, junto aos “políticos” e aos governantes. Isso, no campo do lazer, reflete as práticas da política de balcão com entregas assistencialista de materiais esportivos àquelas comunidades “protegidas”, bem como uma política de eventos, sem continuidade e isolada. Outra: onde o movimento popular em Belém, a partir de suas lutas pela moradia, pela educação, pela saúde, tenha apresentado o “solo fértil” e realizado as pressões e tensões necessárias para a

possibilidade de uma relação diferenciada com o poder estatal - Estado. E como mostrou Avritzer (2003), a dinâmica de participação criada em gestões participativas, se dá em função da “*ação mobilizadora de um conjunto de lideranças que possuem como principal campo de identificação e atuação, uma rede associativa de base comunitária*” (p.17). O desafio da gestão participativa em Belém se constituiu a partir dessa realidade ambígua do movimento social na cidade.

2) O fator tempo, pois foram efetivamente 5 (cinco) anos de construção de uma nova proposta de gestão participativa nas ações de lazer para serem efetivadas na cidade, principalmente com as ações dos projetos “*Felizcidade*” e “*Lazer: porque esta rua é minha*”, e que na comunidade COMBAT foi vivida a partir do ano de 2001. Destacando também que os movimentos social e popular em Belém, viveram, a exemplo de outras cidades no Brasil, há mais de cinco séculos, uma história de exclusão e de ausência de participação direta, gerando uma hegemonia de valores e de crenças de uma lógica antidemocrática e tecnocrática nos diferentes espaços, quer seja na burocracia do poder estatal, quer seja nas formas de organização dos movimentos sociais, dada nas relações de poder político e cultural. Como também, apresentando uma trajetória das práticas de lazer pautada em referenciais segregadores, funcionalistas e elitistas, com políticas concentradas no centro da cidade e centralizadoras, com objetivos, métodos e planejamentos, distantes da participação popular, e tendo essas políticas baseadas no referencial do esporte de alto rendimento e no lazer como entretenimento e mercadoria para ser consumida.

3) O cenário político com “*tensões desfavoráveis*” que se expressava em um cenário de forte presença do projeto neoliberal no governo do estado e no governo federal. A gestão municipal investigada em Belém teve início no final da década de 90. Uma década que, segundo apontam as várias bibliografias sobre o assunto, apresentou um refluxo na participação popular, na capacidade de mobilização dos movimentos sociais, em relação aos anos anteriores, sem força para mobilizar e dar visibilidade em ações de massa e de rua.

Diante de nossas análises sobre a experiência de gestão participativa em lazer e de suas relações com o histórico de políticas públicas da área no Brasil, avaliamos que a existência dessas experiências em políticas de lazer participativa com intencionalidade de fortalecer a participação popular significa um grande avanço para as políticas públicas de lazer em Belém. Ainda que parte desta política pública de lazer tenha sofrido interrupção na atual gestão do município.

Evidenciamos com nossa pesquisa que a experiência de gestão pública investigada efetivou-se como um espaço para a reflexão e para a prática de uma nova cultura de participação política na cidade. Essa experiência promoveu um avanço na negociação dos interesses públicos em várias áreas das políticas públicas com a participação da comunidade, com destaque para o lazer, como também as implicações quando se fala do trato dado ao lazer, com um projeto de ação que revele a preocupação dos nexos existentes na relação forma e conteúdo, nessas políticas setoriais, para mudanças de caráter substancial nas ações implementadas na cidade.

REFERENCIAS:

ADORNO, T. & HORKHEIMER. 1947. *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos filosóficos*. Tradução Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro. Disponível em http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/frankfurt/adorno/adorno_d_index.htm. Acesso em 17 de março de 2008.

ALVES, Giovanni. 2006. *Trabalho, subjetividade e lazer: estranhamento, fetichismo e reificação no capitalismo global*. In: PADILHA, Valquíria (org.). *Dialética do Lazer*. São Paulo: Cortez

AMARAL, Silvia C.F. 2006. *Políticas públicas de Lazer: existe possibilidade de uma gestão participativa?* In: PADILHA, Valquíria (org.). *Dialética do Lazer*. São Paulo: Cortez.

ANDERY, M.A.P.A. et al. 2004. *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: EDUC.

ANTUNES, Ricardo. 2005. *A desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula*. 2ª edição. Campinas, SP: Autores Associados

_____. 1999. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo Editorial.

ARAÚJO, L. 2007. *Financiamento da educação Básica no Governo Lula: elementos de ruptura e de continuidade com as políticas do governo FHC*. Dissertação Mestrado – Universidade de Brasília, UNB.

AVRITZER, L., & NAVARRO, Z. 2003 (Orgs.). *A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo*. – São Paulo: Cortez.

AZEVEDO, J. 2004. *A educação como política pública*. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados.

BETTI, M. 1991. *Educação Física e sociedade*. – São Paulo: Editora movimento.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. 1994. *Cidadania e Democracia*. In: Lua Nova, nº 33,

BOBBIO, N. *Dicionário de Política*. 1986 Brasília, UNB- Hamburgo Ltda.

_____. 2000. *O futuro da democracia*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra. (Pensamento crítico,63).

BORON, A. 1994. *Estado e capitalismo e democracia na América Latina*. Tradução Emir Sader. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BRACHT, Valter. 1997. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução* – Vitória: UEFS, Centro de Educação Física e Desporto.

BRUNO.L. 1997. *Poder e administração no capitalismo contemporâneo*. IN : OLIVEIRA, A. D. (org).1997. *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. Petrópolis, rj: Vozes.

CAPELOSSI, F.S.1992, *Guia Histórico e Turístico da cidade de Belém*. Belém: CEJUP.

CARVALHO, M. C. A., 1998 - *Participação social no Brasil hoje*. São Paulo: Instituto Pólis .

CHAUÍ, Marilena. 1990. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. 5. Ed. São Paulo: Cortez.

CRANOY, Martin.1990. *Estado e Teoria Política*. 3ª Ed. Campinas: SP: Papyrus.

CODEM- *Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém*. 2007. Relatório Anual.

COUTINO, C.N. 2000. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez.

DAGNINO. E. 2004. *Sociedade civil, Participação e cidadania: de que estamos falando?* En Daniel Nato(Coord.), *Políticas de cidadania y sociedade n tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110. Disponível em: www.globalaelt.org.ve/pub/rocky/libro2/dagnino.pdf. Acesso em 22 de novembro de 2007.

DECCA, Edgar Salvadori de.2002. *E.P.Thompson: tempo e lazer nas sociedades modernas*. In Bruhns, H. *Lazer e Ciências Sociais: diálogos pertinentes*. São Paulo: Chronos.

FERREIRA, H. 2004. *Movimento Social Urbano em Belém: construindo um histórico e uma agenda de lutas no FMRU*. IN: GOMES, J.(Org).FASE, Políticas Públicas e Gestão Local: Programa

FREIRE, Paulo. 2000. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*: Editora UNESCO.

_____.1987. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 36ª edição.

FRIGOTTO, G. *Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional*. 2002. In: GENTILI,P.(org). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 10ª Edição. – (Coleção estudos culturais em educação).

_____. 2002. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez.

FRIGOTTO, Gaudêncio & CIAVATTA, Maria.2003. *Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado*. Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 24, n.82, p. 93-130, abril.

_____, 1991. *O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional*. IN: FAZENDA,I.(org). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez.

GADOTTI, M. 2003. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. São Paulo: Cortez.

GENTILI, P. 2002. (org). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 10ª edição. – (Coleção estudos culturais em educação).

GIL, A.C. 1996. *Como elaborar projetos de pesquisa*,São Paulo: Editora Atlas S.A.

GOHN, M .2005. da G. *O Protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais , Ongs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez.

_____.2007. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. 3ª ed. – SP, Cortez, - (Coleção questões da nossa época; v.84)

GOLDENBERG, M.2000. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências sociais*. Rio de Janeiro: Record.

GRAMSCI, A. 2007. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; v. 2.

_____. 2007. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; v. 4.

_____. 1987. *Concepção dialética da história*. Tradução de Carlos N.Coutinho. 7ªed. – RJ, Civilização brasileira.

IANNI, Octavio. 1988. *Dialética e capitalismo: ensaios sobre o pensamento de Marx*, Petrópolis: Vozes.

IAGUA – Instituto Amazônico de Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental. 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2000. Contagem população 2007*.

www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem_final/tabela1_1_5.pdf.

Acesso 14 de março de 2008.

ISAYAMA. H. F. 2007. *Reflexões sobre os Conteúdos Físicos- esportivos e as Vivências de Lazer*. IN: MARCELLINO,N.C. (Org) *Lazer e Cultura*, Campinas, SP: Editora Alínea. (Coleção estudos do lazer).

KONDER, L. 2003. *História das idéias socialistas no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular.

KOSIK, Karol. 1976. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LEFEBVRE, H. 1968. *Sociologia de Marx*. Rio de Janeiro: Forense.

_____. 1955. *O marxismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.(Coleção: Saber atual).

LENIN, V.I. 2007. *O Estado e a revolução*. Tradução revista por Aristides Lobo. São Paulo: Expressão Popular.

LINHALES, M. A. 2001. *Jogos da Política, Jogos do Esporte: subsídios à reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo*. IN: MARCELLINO, N. C.(Org). *Lazer e Esporte: políticas públicas*, Campinas,SP: Autores Associados. (Coleção educação física e esportes).

LUKÁCS, G. 2006. *O Trabalho. Capítulo I, vol II, da Ontologia*. Tradução Ivo Tonnet (mimeo). 92 p.

MACPHERSON, Crawford B. 1978. *A Democracia liberal: origens e evolução*. Rj: Zahar Editores.

MAIA, LERSON F. S. 2003. *A Formação de Técnico em Lazer e suas possibilidades de atuação e intervenção em políticas públicas*. In MARCELLINO, N. C. formação e Desenvolvimento de Pessoal em Lazer e Esporte. Campinas, SP: Papyrus.

MARCELLINO, N. C. 1994. *Capacitação de animadores sócio-culturais*. Campinas: UNICAMP, FEF,DEL; Brasília, D.F.: MED, SEED,PFDC, 48p.

_____. 1995. *Lazer e Ação Comunitária - a operacionalização da fase de deflagração – um estudo de caso*. Campinas, FEF/ UNICAMP.

_____ (org).2007. *Lazer e Cultura*. Campinas, SP: Editora Alínea.

_____. 1996. *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas, SP: Autores Associados, (Coleção educação física e esportes).

_____ (org).2001. *Lazer e Esporte: políticas públicas*. Campinas, SP:Autores Associados.

_____ (Org.).1996. *Políticas Públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*, SP: Autores Associados. (Coleção educação física e esportes).

_____ (org).2003. *Formação e Desenvolvimento de Pessoal em Lazer e Esporte*. Campinas, SP: Papyrus.

MARX e ENGELS, F. 1984. *A ideologia alemã*. São Paulo: Moraes.

MARX, Karl, 1818-1883. 2004. *A origem do capital: a acumulação primitiva*/ tradução Klaus Von Puchen. 2ª ed. São Paulo: Centauro.

MASCARENHAS, F. 2004. *Lazer como Prática de liberdade: uma proposta educativa para a juventude*. 2ª edição. Goiânia : Ed. UFG.

MATOS, Lucília da Silva. 1999. *Esporte, lazer e participação popular*. In: Prefeitura Municipal de Belém - SEMEC. Caderno do I Fórum Municipal de Esporte e Lazer. Belém, SEMEC, p.14-15.

MÈSZÁROS, I. 2003. *O Século XXI: socialismo ou barbárie*. São Paulo: Jinkings Editores.

_____. 2004. *Para além do capital*. Campinas: UNICAMP; Boitempo.

_____. 2005. *A educação para além do capital*. 1º ed. São Paulo: Boitempo.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. 1996. *O Desafio do Conhecimento*. São Paulo Rio de Janeiro: Hucitec –Abrasco.

MOREIRA, Fátima e MATOS, Lucília. 2006. *Debatendo um campo curricular para o lazer*. (Mimeo – ENAREL, Novembro- 2006) 08p.

NEGT, Oskar. 1984, *Dialética e história: crise e renovação do marxismo*. Porto Alegre: Instituto Goeth.

NOVAES, Jurandir Santos de. 2002. *Luzes na floresta: o governo democrático e popular em Belém (1997-2001)*. Belém, Pa: Prefeitura Municipal de Belém.

OLIVEIRA, Cristina Borges de. 2004. *Sobre Lazer, Tempo e Trabalho na Sociedade de Consumo* . Conexões, v. 2, n. 1.

OLIVEIRA, A. D. (org). 1997. *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. Petrópolis, rj: Vozes.

_____. (org). 2002. *Política e Gestão da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica.

PADILHA, V. 2000. *Tempo Livre e Capitalismo: um par imperfeito*. Campinas, SP: Editora Alínea.

_____. (org.).2006. *Dialética do Lazer*. São Paulo: Cortez.

_____. 2004. *O Lazer Contemporâneo: Ensaio de filosofia social*. In: Revista Movimento, v.10, n.02, p 147-166, Porto Alegre, maio /agosto.

PINTO, L. M. 2006. *Dimensões políticas de lazer*. CNI/ SESI/ UFMG. v.7, Políticas participativas de lazer.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM – SEMEC. *Caderno do I Fórum Municipal de Esporte e Lazer*. Belém: SEMEC, 1999, 32 p.

_____. 2002. *Esporte, Arte e Lazer em Belém: sob o olhar dos que fazem*. Caderno de Educação n°.03 , Belém: SEMEC, 226p.

_____. *Relatório Anual da Coordenadoria de Esporte, Arte e Lazer*. Belém, SEMEC, 2004.

_____. 1997. *Governo do Povo – Diretrizes Básicas (1997-2000)*.

RODRIGUES, Edmilson. 2002 a. *O Congresso da Cidade*. Belém, Pa: Prefeitura Municipal de Belém.

_____.2002. c. *Modo petista de governar*. IN: TREVAS, V.(Org.). *Governo e Cidadania: Balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

RODRIGUES, Olinda. 2004 b. *Experiência da gestão participativa na cidade: um olhar sobre o Congresso da Cidade*. IN: GOMES, J.(Org).FASE, Políticas Públicas e Gestão Local: Programa de Capacitação em Políticas de Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão democrática. Belém – Pará –Amazônia.

SEGEP- Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento. 2003. Relatório Anual.

SANTOS, Dalva de Cássia S., SALLES, Lílian Silva de. *Esporte e Lazer: a busca pela consolidação do direito*. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM – SEMEC. Caderno do I Fórum Municipal de Esporte e Lazer. Belém: SEMEC, 1999. p.11-13.

SANTOS, Milton. 2005. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Record.

SILVA, Jamerson A. de A. da ; Silva, Katharine N. P. 2004. *Círculos Populares de esporte e lazer: fundamentos da educação para o tempo livre*. Recife / Pe: Bagaço. 72.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. 1987. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 1ª ed. São Paulo: Atlas.

TRIVIÑOS, A. N. S. MOLINA, V.(Orgs). 1999. *A pesquisa qualitativa na educação física: alternativas metodológicas*. Porto Alegre: Ed.Universidade /UFRGS.

YIN, Robert. 2005. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. Tradução. Daniel Grassi. 3ª edição. Porto Alegre: Bookman.